O Pulsar da Vida no Campo:

FETRAECE 50 ANOS

O Pulsar da Vida no Campo:

FETRAECE 50 Anos

GESTÃO FETRAECE 2009/2013

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: **MOISÉS BRAZ RICARDO**
Vice-Presidente: **JOSÉ PEREIRA RODRIGUES (*in memoriam*)**
Sec. Geral: **LUCILENE BATISTA DE LIMA**
Sec. de Finanças: **RAIMUNDO MARTINS PEREIRA**
Sec. de Política Agrícola: **LUIZ CARLOS RIBEIRO DE LIMA**
Sec. de Política Agrária e Meio Ambiente: **JOSÉ MILITÃO DE ALMEIDA NETO**
Sec. de Assalariados/as Rurais: **JOSÉ FRANCISCO DE ALMEIDA CARNEIRO**
Sec. de Políticas Sociais: **CÍCERA VIEIRA DA COSTA**
Sec. de Formação, Org. Sindical e Comunicação: **ANTÔNIO SOARES GUIMARÃES**
Sec. de Mulheres Trabalhadoras Rurais: **ROSANGELA FERREIRA MOURA**
Sec. de Jovens Trabalhadores/as Rurais: **MARIA ERIVANDA FRANÇA DE OLIVEIRA**

SUPLENTES DA DIRETORIA EXECUTIVA

Sec. Geral: **LUCAS PINTO DE SOUSA**
Sec. de Finanças: **JOÃO EDSON DE FARIAS**
Sec. de Política Agrícola: **ANTONIO RODRIGUES VASCONCELOS**
Sec. de Política Agrária e Meio Ambiente: **FRANCISCO GERMANO FERREIRA DOS SANTOS**
Sec. de Assalariados/as Rurais: **MARIA DE JESUS PEREIRA DE OLIVEIRA**
Sec. de Políticas Sociais: **JOSÉ SINVAL FILHO**
Sec. de Formação, Org. Sindical e Comunicação: **RAIMUNDA CELESTINA DE MASCENA**
Sec. de Mulheres Trabalhadoras Rurais: **MARIA SOARES BEZERRA NOGUEIRA**
Sec. de Jovens Trabalhadores/as Rurais: **CLÁUDIA MARIA AVELINO**

ASSESSORIA DA FETRAECE

Anísia Gomes Ribeiro	Assessora da Presidência
Antonia Rosangela Silveira Cavalcante	Assessora de Comunicação
Emanuel Barreto de Oliveira	Assessor da Secretaria de Jovens Trabalhadores/as Rurais
Francisco Vital Sousa Neto	Assessor da Secretaria de Política Agrária
José Antônio dos Santos	Assessor da Secretaria de Política Agrária
José Irineu Pontes Martins	Assessor Jurídico
José Rogério Martiniano de Sousa	Assessor da Secretaria de Políticas Sociais
Maria Celina Ribeiro Garcia	Assessor da Secretaria de Finanças
Maria de Jesus dos Santos	Assessora Contábil
Maria Lucemir Pinheiro Vaz	Assessora Jurídica
Maria Lucimar dos Santos Lima	Assessora da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais
Maria Rosa de Sousa Rodrigues Martiniano	Assessora de Formação e Organização Sindical
Marilu Moreira de Sousa	Assessora da Secretaria de Assalariados/as Rurais
Raimundo Vicente da Silva Júnior	Assessor da Secretaria de Política Agrícola
Tânia Maria Arcanjo de Almeida	Assessora da Secretaria Geral

TÉCNICOS/AS DE PROJETOS DA FETRAECE

Angélica Cavalcante Soares	PNHR/Projeto Moradia e Cidadania
Antônio José de Sousa Santiago	FECEAF/Feira Cearense da Agricultura Familiar
Antônio Wilson de Sousa	Projeto Dom Helder Câmara
Benedito Ricardo da Silva (Ecílio)	P1MC/Projeto Cisterna de Placas
Erbênia Maia da Costa	Projeto Dom Helder Câmara
Rosangela Alves Sá	Projeto Dom Helder Câmara

Francisco Amaro Gomes de Alencar
José Levi Furtado Sampaio
Francisco Kennedy Leite Felix
Helaine Saraiva Matos
Rosângela Ferreira Moura
Antonio Soares Guimarães
Anísia Gomes Ribeiro
Raimundo Vicente da Silva Júnior
Marilu Moreira de Souza
José Rogério Martiniano de Sousa
Maria Rosa de Sousa Rodrigues Martiniano
Antonia Rosangela Silveira Cavalcante
Erbênia Maia da Costa

O Pulsar da Vida no Campo:

FETRAECE 50 Anos

Fortaleza
2013

O Pulsar da Vida no Campo

© 2013 FETRAECE
Todos os direitos reservados aos autores

Normalização Bibliográfica CRB 3801
Perpétua Socorro Tavares Guimarães

Revisão de Texto
Leonora Vale de Albuquerque – MTB 320/CE JP

Programação Visual e Diagramação
Luiz Carlos Azevedo

Capa
Darcílio Pereira da Costa

Capa escolhida por meio de concurso cultural

Catalogação na Fonte
Bibliotecária: Perpétua Socorro T. Guimarães CRB 3 801–98

O Pulsar da vida no campo: FETRAECE 50 anos Francisco Amaro Gomes de Alencar, José Levi Furtado Sampaio, Francisco Kennedy Leite Felix ... [et al]. – Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2013.

188 p.: il.

ISBN: 978-85-420-0287-4

1. Trabalhadores rurais I. Alencar, Francisco Amaro Gomes de, II. Sampaio, José Levi Furtado III. Felix, Francisco Kennedy Leite IV. Título

CDD: 341.6519

Dedicado a José Pereira e a todos aqueles e aquelas que lutaram cada dia da vida, incansavelmente e com paixão, pelo movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Prefácio

Fico honrado em receber o convite para escrever o prefácio do livro *O Pulsar da Vida no Campo*: FETRAECE 50 anos. Primeiro por acompanhar de perto o grande interesse da Diretoria da Federação, de seus assessores e assessoras, dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais que sempre manifestaram a vontade de guardar a memória do caminho percorrido para a criação da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará – FETRAECE e do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR.

Em segundo lugar, o que me renova e me reveste de alegria é saber que além de pesquisas em documentos escritos relatando histórias que aconteceram nestes cinquenta anos, muito do que nos é oferecido nesta obra é contado por aqueles e aquelas que percorreram este caminho de luta e construção do sindicalismo rural. Não com o interesse de destacar indivíduos, opiniões pessoais, mas, para revelar a vivência do trabalhador e da trabalhadora rural, suas conquistas e percalços na construção deste tão grande e precioso movimento sindical cearense.

Este apanhado histórico de grandes proporções enfatizando os acontecimentos desde os anos 1960 até os dias atuais busca reunir um conjunto de informações contextualizadas, em que os autores relacionam os fatos locais com os processos globais vivenciados a cada década, revelando- os de forma simples e didática, inclusive com citações de exemplos e acontecimentos ao longo da história, relatados pelos próprios agricultores/as e lideranças que, à época, estavam à frente dos sindicatos ou da federação. É um trabalho revelador, porém nunca nos foi contado nos livros didáticos. Como bem disse Chico Buarque “a dor da gente não sai no jornal”.

Assim, podemos conhecer um universo rico de acontecimentos na história do movimento sindical. As primeiras ações; a legislação na época; a realização de Conferências; a fundação das primeiras associações rurais; a criação dos sindicatos, da federação e da CONTAG; a presença das mulheres e jovens nas lutas camponesas; a pressão do regime militar com intervenção nas organizações de trabalhadores/as.

Os/as autores/as também enfatizam as marcas profundas deixadas pelo processo de modernização da agricultura, que afetam e influenciam profundamente a vida do campo e a repercussão e lutas frente a este contexto; os conflitos de terra; as mobilizações pela Reforma Agrária, o surgimento de outras organizações camponesas e o contexto e estrutura da FETRAECE hoje.

O livro nos apresenta importantes fatos históricos, nos convida a revisitar os principais aspectos envolvidos, as informações ali contidas e uma história gestada coletivamente. Aqui sem dúvida está o alicerce para entendermos a evolução do nosso MSTTR atual e a necessidade de continuar reafirmando o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável – PADRSS como estratégia política refletindo sobre que tipo de sindicalismo é necessário para atender aos desafios que se apresentam.

O “Pulsar da Vida no Campo”, editado no contexto em que a FETRAECE celebra 50 anos, quer revelar a bravura do homem e da mulher do campo em construir sua própria história e se encontrarem nela. Assim muitos nomes aparecem, como participantes ativos dela, tais como José Leandro, Vicente Pompeu, João Felismino, João de Sales, Paullet Ripert, Amadeu Arraes, Olavo Sampaio, Belinha do Vale, Zé Mendes, Antonio Amorim, Antonio Soares Guimarães (Bandeira) e tantos outros e outras.

Também fez “pulsar a vida no campo” o companheiro e amigo Zé Pereira, militante do Movimento Sindical há quarenta anos e vice-

-presidente da FETRAECE na gestão 2009-2013 (*in memoriam)*. Os agricultores e agricultoras do Ceará, de Orós e do Guassussê sabem de sua grande contribuição a este Movimento e com certeza entendem que você está nos dizendo: “sigam em frente, sejam firmes e perseverantes”.

Portanto, agradecido com a contribuição de várias mãos neste trabalho, convido os/as amantes da leitura, do conhecimento e da história, para ler e divulgar esta obra. Uma história que pode mudar sua visão de mundo, uma história que não se apagará mais. Uma história rica e dotada da força e resistência do trabalhador e da trabalhadora rural.

Fortaleza, agosto de 2013

Moisés Braz Ricardo
Presidente da FETRAECE

Apresentação

Os caminhos trilhados ao longo dos 50 anos da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura no Estado do Ceará (FETRAECE) mostram as marcas deixadas por muitos protagonistas que, acreditando na possibilidade de um mundo novo, se despiram de suas vidas para viver a intensidade e a luta por um espaço que legitimasse e acolhesse os/as trabalhadores e trabalhadoras rurais deste estado.

Apresentamos para apreciação e conhecimento dos/as leitores/as, o livro *O Pulsar da Vida no Campo*: FETRAECE 50 anos fragmentos de uma história de mulheres e homens que não se deixaram vencer pelo medo, que acreditaram e lutaram por um mundo melhor e mais justo no campo.

As escritas contidas neste livro revelam a coragem e ousadia de homens e mulheres, que venceram a sequidão do campo, as humilhações do patrão, a tirania da ditadura militar, e seguiram em frente, embora tenham feito algumas pausas para aliviar as dores de um caminho cheio de desafios e provações.

Nesta mesma leitura, mostramos a linha do tempo com os diversos protagonistas em vários lugares e momentos diferentes, as revelações que foram encontradas a cada passo dado, e, nesse caminhar, de compassos sintonizados, a FETRAECE se fortalece com a colaboração de segmentos rurais que chegam para colaborar no processo de organização e fortalecimento da categoria.

As mulheres trabalhadoras rurais chegaram ao movimento sindical para, junto com os homens, fortalecer os passos e abrir caminhos, assim chegaram também a juventude rural, a 3ª idade os assalariados/as rurais. Todos e todas, juntos, sintonizados na luta, na coragem, na ousadia e comungando do mesmo sonho de transformar um mundo rural no lugar de muitas possibilidades e vários acontecimentos.

A FETRAECE agradece a parceria da Universidade Federal do Ceará – UFC, que aceitou o desafio de rever e resgatar a memória e história da FETRAECE, percorrendo conosco as trilhas que nos levaram até a década de 1960, quando homens e mulheres ousaram sonhar juntos/as com um mundo diferente.

Abrimos os livros, as atas, as revistas, as pastas, a memória e presenteamos a humanidade com a historia de um povo que sempre acreditou e acredita que sonhar juntos e juntas sempre valerá a pena. Continuaremos firmes, sabendo que a semente foi lançada 50 anos atrás no solo fértil e que muito ainda teremos que colher. Viva os homens! Viva as mulheres! Viva a coragem! Viva o sonho!

Viva a FETREACE com os seus 50 anos de pulsar da vida no campo!

Direção Executiva da FETRAECE
2010 - 2013

1. Introdução

Introdução

> A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial. Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida.
>
> (BOSI, 1994, p. 37)

A ideia deste livro está vinculada a alguns fatos. Primeiro, o desejo e a necessidade da FETRAECE em registrar a sua história.

Em segundo lugar, a direção executiva da Federação decidiu que, nas comemorações dos cinquenta anos da FETRAECE (19 de setembro de 2013), iria registrar a trajetória histórica de lutas da entidade, por meio da publicação de um livro, videodocumentário, mostra fotográfica, entre outros.

O terceiro fato, a Federação buscou no estado do Ceará algum estudo e/ou pesquisa que tivesse relação com a ideia da proposta do livro. Foi aí que encontrou o projeto de pesquisa *Práticas e vivências políticas, sociais e culturais do camponês no Ceará*. Essa pesquisa é coordenada por um professor do Departamento de Geografia da UFC, e apoiada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará (PRPPG-UFC), com bolsa de iniciação científica para aluno do curso de Geografia da UFC.

Quarto, além das pessoas ligadas diretamente a FETRAECE e aos STTRs, encontramos também o apoio e acesso aos documentos, relatórios, como NUDOC/Departamento de História e Casa Amarela Eusélio Oliveira, UFC; CPT-CE; Esplar, Cetra; e na Anistia 64 – 68.

Para elaborar o livro foi então formado um grupo composto por treze pessoas: quatro do Departamento de Geografia, Leat da UFC,

sendo dois professores e dois alunos; nove indicados pela diretoria executiva da Federação, que formaram duas comissões – uma técnica e outra política.

Por isso, destacamos que este livro não tem um autor, organizadores ou coordenador. Este livro é resultado de um fazer coletivo, prazeroso, de que todos participamos. Em cada capítulo tem um pouco de cada um de nós.

Portanto, este livro é de todos nós, que escrevemos, daqueles e daquelas que deram sugestões e que tinham satisfação em nos contar suas histórias.

Como este livro foi pensado e planejado, principalmente, para **o trabalhador e a trabalhadora rural, o sindicalista rural, a família camponesa,** enfim, para aqueles (as) que fazem parte do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, dos movimentos sociais do campo, procuramos usar uma linguagem simples e objetiva. Bem como, tentamos relatar os fatos, os acontecimentos, as falas sem nenhuma análise crítica nossa.

Pensando em tornar a leitura melhor, mais atraente utilizamos dois recursos metodológicos. Um foi o “Saiba mais”, com o objetivo de trazer mais informações sobre alguns temas, assuntos que são importantes para compreensão da criação da FETRAECE. O outro, são os anexos para situar um pouco o momento histórico de cada década.

Feitos esses esclarecimentos iniciais, este livro está dividido em oito capítulos. O primeiro, essa introdução. O segundo, “Os anos 1960”; o terceiro, “Os anos 1970”; o quarto, “Os anos 1980”; o quinto, “Os anos 1990”; o sexto, “Os anos 2000”; o sétimo, “Fragmentos da memória: fotografias, jornais e documentos”; o oitavo, “Considerações Finais”. Do segundo capítulo ao sexto, escrevemos por década por acharmos que esta é a melhor forma de tornar fácil e compreensiva a linha do tempo da construção da FETRAECE e dos STTRs. O sétimo

capítulo expressa os significados dos acontecimentos, dos fatos históricos através das fotografias, jornais, documentos e relatórios.

Privilegiamos em termos de tamanho e quantidades de páginas dois capítulos. O capítulo dois, “Os anos 1960”, porque nessa década encontramos as raízes do movimento sindical e o surgimento da FETRAECE. O sétimo capítulo, “Fragmentos da memória e significados: fotografias, jornais e documentos”, em decorrência das recordações, significados e importância para o nosso principal leitor(a).

Por último, queremos ressaltar que este livro tem como objetivo contar um pouco dos fragmentos da história da FETRAECE e do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais no Ceará. Daí, não termos comentado sobre os demais Movimentos Sindical e Sociais do Campo. Movimentos esses a exemplo do MST, MAB ou das pastorais sociais como CPT, CPP, CIMI entre outros, que são também importantes no processo de construção da democracia, da liberdade, do acesso democrático aos recursos ambientais e de uma reforma agrária ampla e massiva.

2. Os Anos 1960

Os Anos 1960

Cantei o passado para que o futuro fosse mais claro.
Jáder de Carvalho

As primeiras ações do movimento sindical dos trabalhadores rurais no Ceará encontramos nos anos de 1950, com a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Conforme José Leandro (1988) (ver Saiba mais nº1) e entrevista de Vicente Pompeu (ver Saiba mais nº2) a Glória Uchoa (1982), primeiro era fundada a associação e, depois de uns dois anos, transformava-se em sindicato. A legislação exigia

> [...] o mesmo método para a sindicalização urbana, quer dizer, em cada município precisava reunir um terço da categoria profissional para poder formar um sindicato [...] precisava-se fundar uma associação e depois de um ou dois anos, era que se transformava em sindicato (LEANDRO, 1988, p. 49).

Essa legislação chega até 1954, quando da realização da I Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em São Paulo. Nessa Conferência, o Ceará foi representado por membros do PCB e oito municípios – Várzea Alegre, Assaré, Iguatu, Quixadá, Camocim, Itapajé, Ibiapina e Fortaleza. Data desse evento a fundação da União dos Lavradores e Trabalhadores na Agricultura do Brasil – ULTAB, e que foi eleito José Leandro, vice-presidente, fato significativo para o movimento sindical rural cearense.

A partir das orientações da ULTAB e seu estatuto para fundação de associações rurais, criou-se a União dos Lavradores e Trabalhadores na Agricultura do Ceará – ULTAC, que tinha como proposta reunir as associações existentes. No entanto, as mesmas eram deslegitimadas por não possuírem estatuto próprio. José Leandro esclarece que:

> [...] os latifundiários destruíam essas associações dizendo que aquilo não era legal, não tinha estatuto nem coisa nenhuma... decidimos, então, começar o trabalho de fundar associações com estatuto, como entidades civis, e em 1957, criamos a Federação das Associações dos Lavradores e Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FALTAC) (LEANDRO, 1988, p. 50).

No início dos anos 1960 o Estado brasileiro facilitou a criação dos sindicatos rurais com receio do avanço do PCB e das Ligas Camponesas. Nessa disputa pela sindicalização rural participou também a Igreja Católica. Ou seja, o movimento sindical rural nos três primeiros anos da década de 1960 era objeto de embate político entre o Estado, PCB e a Igreja.

Para frear e minimizar o avanço do PCB e das Ligas Camponesas o governo federal por meio do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), publicou as Portarias nº 209-A, de 25 de maio, 355-A e 356 de 20 e 21 de novembro de 1962, que corrigiu a lacuna da CLT. Essa legislação previa quatorze categorias de sindicatos rurais. No Ceará, os sindicatos rurais foram organizados em quatro categorias:

1. Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados – trabalhadores da lavoura;
2. Sindicato dos Pequenos Produtores Rurais Autônomos – arrendatários, meeiros, parceiros e foreiros;
3. Sindicato dos Pequenos Proprietários Rurais;
4. Sindicatos dos Posseiros Rurais.

No Ceará, Leandro (1988), Pompeu e Uchoa (1982), afirmam que, nesse processo, a distribuição dos associados por categoria chegou a promover a constituição de até três sindicatos por categoria em um mesmo município. Com estas Portarias, foi natural que as associações se transformassem em sindicatos.

Na década de 1960 o Ceará era formado por 140 municípios,

e no período compreendido entre os anos de 1962 a 1969 foram criados, de acordo com as portarias citadas, 83 sindicatos. Isto significou que em nove anos, aproximadamente, 60% dos municípios contavam com uma entidade que representava a "classe camponesa". Nesse período chamamos a atenção para alguns aspectos (ver Figura 1).

Primeiro, na distribuição dos sindicatos, percebemos que há uma concentração nos sertões e que a criação ocorreu de forma sequencial e propaga-se como efeito dominó entre os municípios vizinhos.

Segundo aspecto, dos 83 sindicatos criados no período de 1962 a 1969, 36 surgiram nos anos de 1962 e 1963, ou seja em torno de 44%.

De acordo com entrevista do ex-deputado estadual Amadeu Arraes, PDC e PMDB (ver Saiba mais nº3), Delegado Regional do Trabalho no Ceará em 1959-1961, e João Felismino (Glória Uchoa, 1982), nos quatro primeiros sindicatos criados no Ceará em 1962, a base não era o município, mas sim, uma base intermunicipal. O Sindicato de Juazeiro abrangia os municípios de Juazeiro do Norte, Caririaçu, Missão Velha e Aurora; O sindicato do Crato era formado pelos municípios do Crato, Farias Brito, Araripe, Santana do Cariri, Nova Olinda e Altaneira; o Sindicato de Barbalha compreendia os municípios de Barbalha, Jardim, Jati, Porteira e Penaforte; o sindicato de Várzea Alegre era composto pelos municípios de Várzea Alegre, Lavras da Mangabeira, Ipaumirim, Baixio, Umari e Granjeiro.

Conforme o ex-deputado Amadeu Arraes, os primeiros sindicatos rurais foram fundados no Cariri cearense, principalmente, em virtude de dois fatos:

> *procurei o Zé Leandro e falei da lei da sindicalização rural. Ele respondeu: "não, Amadeu, isso é muito complicado, burocrático"... Então, por eu ter pertencido ao Círculo Operário Católico, a Juventude Universitária Católica e, nomeado para o cargo com o apoio do*

> *Ministro Franco Montoro (PDC). Eu resolvi procurar a Fundação Padre Ibiapina, no Crato, para explicar a lei. A fundação aceitou participar na criação dos sindicatos na região do Cariri cearense. Por isso, os primeiros sindicatos foram na região do Cariri cearense* (Entrevista em 28/10/2012).

Com as portarias de 1962, nº 209-A, 355-A e 356-A, a ULTAB foi extinta e substituída pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em dezembro de 1963, e teve como primeiro presidente, Lyndolpho da Silva e o vice José Leandro. A eleição dessa primeira diretoria foi marcada por uma disputa acirrada entre a ULTAB (seguia orientação do PCB), Ação Popular (AP), vinculada ao setor da Igreja Católica progressista, o setor da Igreja Católica conservador e o Estado.

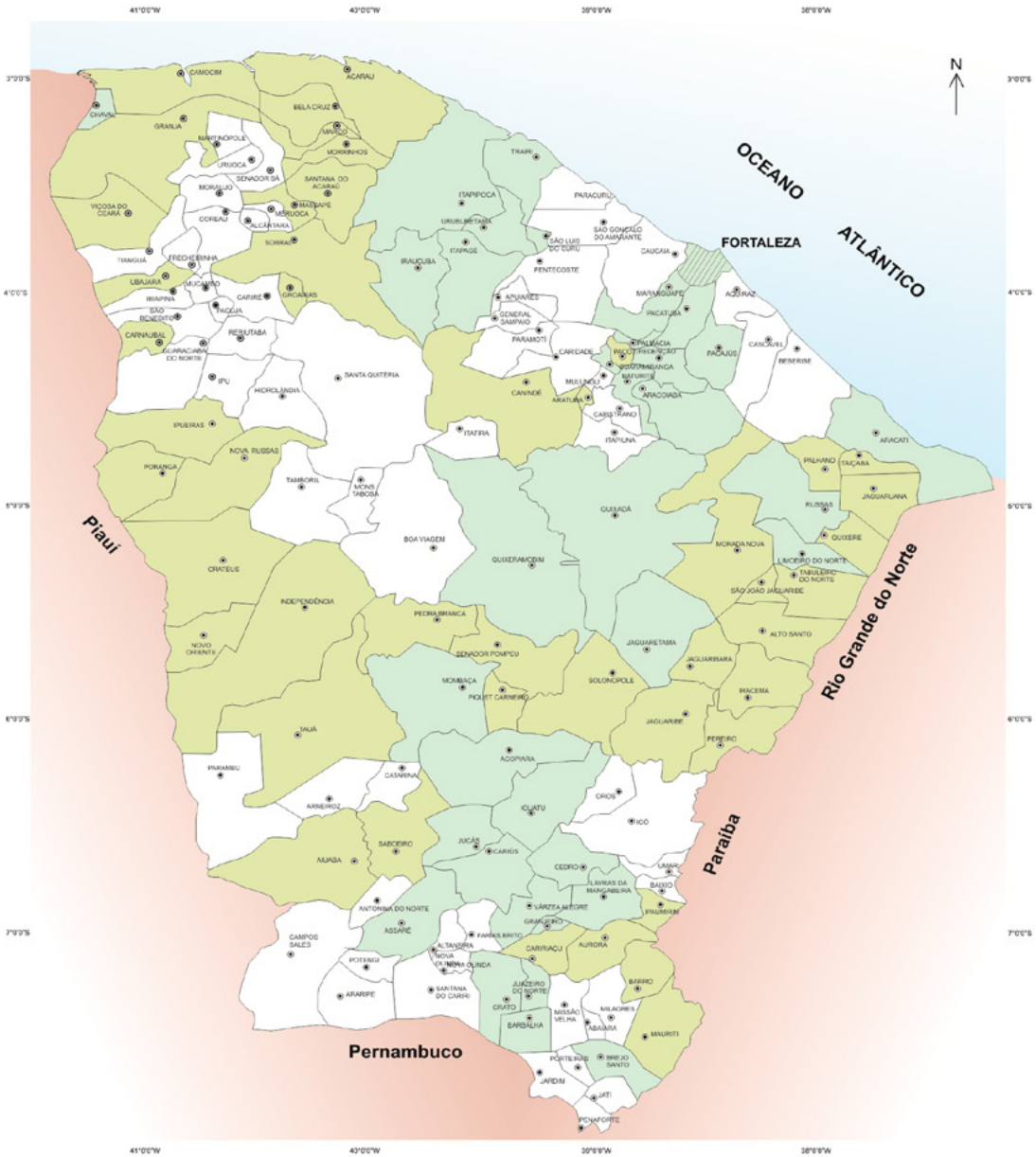
No Ceará, a FALTAC e os sindicatos rurais dos municípios do estado convocaram assembleias para deliberar a criação das federações que reunissem os sindicatos por categorias. A assembleia para criação das novas federações ocorreu nos dias 19 e 20 de setembro de 1963. Nesse ato, foram criadas:

Federação dos Trabalhadores na Lavoura do Estado do Ceará, presidida por Jesus Batista de Oliveira (Assaré);

Federação dos Trabalhadores Autônomos do Estado do Ceará, presidida por Vicente Pompeu (Iguatu);

Federação dos Pequenos Proprietários e Posseiros do Estado do Ceará, presidida por Vitorino de Sousa (Caridade).

O evento de fundação das duas primeiras federações contou com o apoio e palestra do Delegado Regional do Trabalho no Ceará, doutor Olavo Sampaio (ver *Saiba mais nº 4*), deputado estadual Pontes Neto (PCB), do Delegado da Supra-CE, representantes do Pacto Sindical e da União Estadual dos Estudantes (UEE). A terceira federação, conforme Leandro (1988), foi criada em novembro de 1963.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E TERRITORIAIS
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA DO ESTADO DO CEARÁ

Figura 1
Mapa do Estado do Ceará
Espacialização da fundação dos sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Ceará (1960-1969)

LEGENDA

- **SINDICATOS FUNDADOS DE 1960 A 1963**
- **SINDICATOS FUNDADOS DE 1964 A 1969**
- **MUNICÍPIOS SEM SINDICATOS**

0 15 30 60 90 120 Km

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum WGS84

CONVENÇÕES

- **SEDE MUNICIPAL**
- **LIMITE MUNICIPAL**
- **CAPITAL DO ESTADO**

Fonte: FETRAECE
Vetorização e edição: José Walacy Lima Lopes
Elaboração e sistematização: Alencar, Sampaio, Matos e Félix

Com isso, a FALTAC, criada em 1957, foi extinta em 1963, e os bens transferidos para as novas federações. Nesse período de seis anos foram presidentes da federação Jesus Batista, Américo Silvestre e Vicente Pompeu.

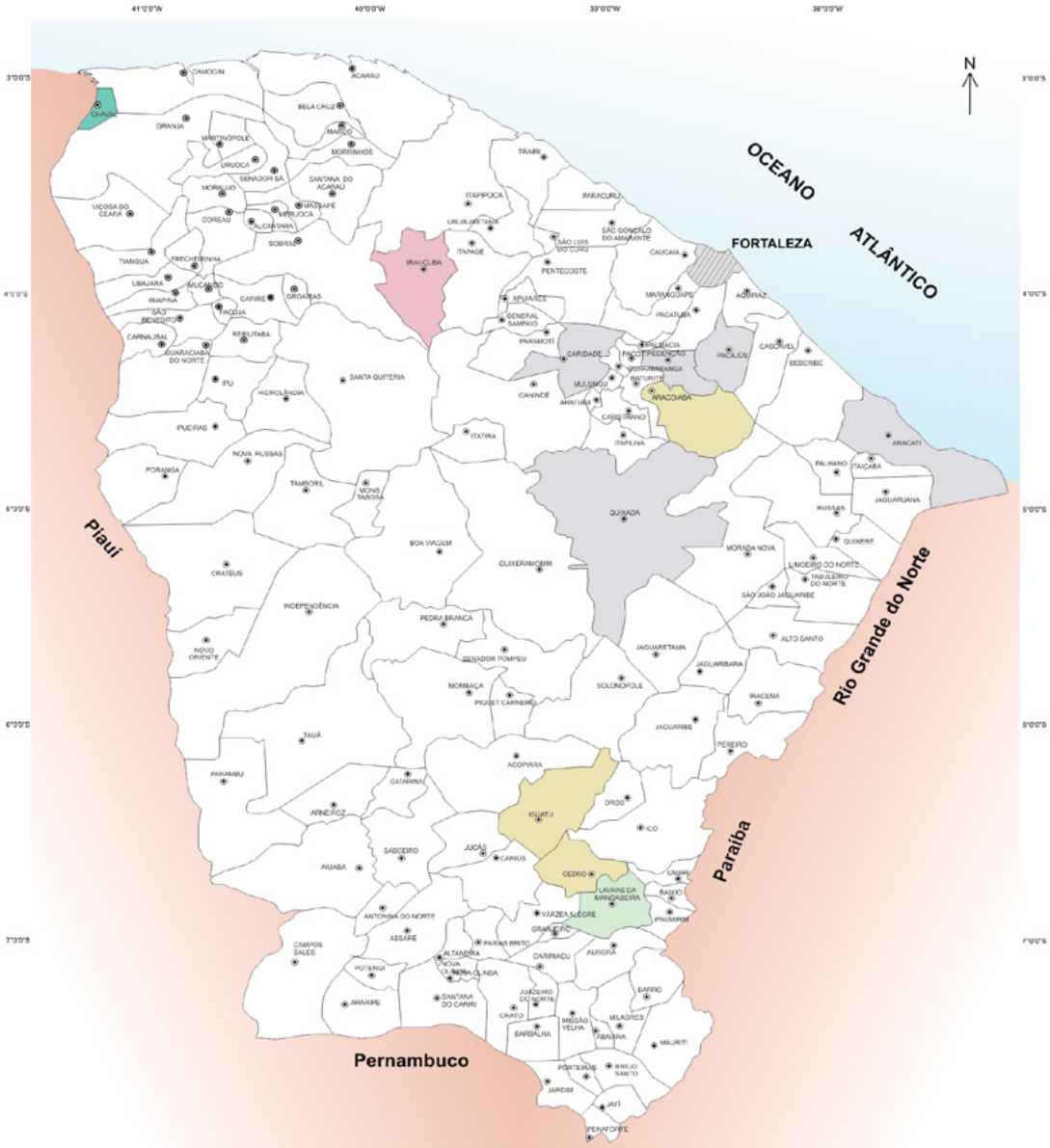
Os sindicatos rurais do Ceará que participaram da criação das Federações foram: sete Sindicatos dos Trabalhadores Autônomos Rurais, três Sindicatos dos Pequenos Produtores Autônomos, dois Sindicato dos Pequenos Proprietários Rurais, um Sindicato dos Produtores Autônomos Rurais. Ao todo foram 13 sindicatos que compareceram às assembleias de construção das federações. O munícipio com maior número de sindicatos foi Chaval, com dois, um dos Trabalhadores Autônomos e o outro dos Pequenos Proprietários Rurais.

Com relação à espacialização, dos treze sindicatos observamos que há duas "concentrações por região", a primeira, no leste do estado que compreende os municípios de Redenção, Pacajus, Aracoiaba; a segunda, a região sudeste e abrange os munícipios de Iguatu e Cedro (ver Figura 2).

Com relação ao comparecimento somente dos treze sindicatos, que representavam aproximadamente 40% dos 33 sindicatos à época, destacamos alguns fatos do contexto histórico do período:

i) os sindicatos que participaram dessa assembleia seguiam a orientação da ULTAB, FALTAC e do PCB;
ii) as campanhas e ações do Estado brasileiro e de setores da Igreja Católico (conservador) que tinham receio do avanço do comunismo no espaço rural;
iii) A igreja alertava para os sindicatos "cristãos" para não se envolverem com essa Federação, esperassem a posição de Roma (Vaticano).

O arcebispo de Fortaleza, à época, Dom José Delgado através da imprensa, chamava a atenção para os cristãos tomarem cuidado



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E TERRITORIAIS
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS
NA AGRICULTURA DO ESTADO DO CEARÁ

Figura 2
Mapa do Estado do Ceará
Distribuição Espacial dos Sindicatos Rurais na Fundação da Federação dos Trabalhadores Autônomos e Pequenos Proprietários do Estado do Ceará em 19 de setembro de 1963

LEGENDA

- SINDICATO DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS RURAIS
- SINDICATO DOS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS RURAIS
- SINDICATO DOS PRODUTORES AUTÔNOMOS
- SINDICATO DOS PRODUTORES AUTÔNOMOS RURAIS
- SINDICATO DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS RURAIS E SINDICATO DOS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS RURAIS

0 15 30 60 90 120 Km

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum WGS84

CONVENÇÕES

- SEDE MUNICIPAL
- LIMITE MUNICIPAL
- CAPITAL DO ESTADO

Fonte: Adaptado do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / ATA da Assembléia Geral da Federação dos Trabalhadores Autônomos e Pequenos Proprietários do Estado do Ceará em 19 de setembro de 1963.

Vetorização e edição: José Walacy Lima Lopes

Elaboração e sistematização: Alencar, Sampaio, Matos e Félix

com as propostas dos comunistas. E que aguardassem a posição de Roma e o plano piloto de uma reforma agrária cristã. Ou seja, no Estado a disputa pelos sindicatos rurais e pelas federações acompanhavam as disputas nacionais.

Com o golpe militar em 1964, a CONTAG sofreu intervenção, sendo nomeado para o cargo de presidente interventor, José Rotta, oriundo dos Círculos Operários de São Paulo, que ficou no cargo até 1968, quando então o movimento sindical retornou para os trabalhadores com a eleição do líder sindical pernambucano, José Francisco da Silva (RICCI, 1999).

No Ceará, a Federação dos Trabalhadores Autônomos Rurais na Agricultura do Estado do Ceará, também é atingida pelo regime militar. Vicente Pompeu, primeiro presidente, é destituído do cargo e em seu lugar foi nomeado o presidente interventor, José Rodrigues de Araújo, 1964 - 1967 (ver anexo1 "Presidentes da FETRAECE").

Na instância municipal, dos 33 sindicatos criados no período 1962-1963, 26 sofreram intervenção, o que representou aproximadamente 78%. Os sindicatos que não foram atingidos pelo regime militar foram os criados pela Fundação Padre Ibiapina, e vinculados a setores da Igreja Católica conservadora, principalmente, os da região do Cariri, que de acordo com entrevista de João Felismino "o pessoal chamava o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato, o sindicato do bispo, que funcionava numa dependência da Fundação Padre Ibiapina" (UCHOA, 1987, p. 24).

Além da intervenção nas Federações e nos STRs, o Governo Militar, com a portaria do MTPS n°. 71, de 2 de fevereiro de 1965, instituiu somente um sindicato por município e uma federação por estado para todas as diversas categorias de trabalhadores do campo. Ou seja, conforme Ricci (1999, p. 117),

> enquadrou todas as categorias num organismo de representação, mas admitiu interesses diversos no interior das categorias de trabalhadores, permitindo a filiação de pequenos produtores também a sindicatos patronais.

Nesse contexto, as três federações são reunidas em uma única federação, no dia 8 de julho de 1969, com o nome de Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE), (FETRAECE, 2003).

Embora no Estado as intervenções tenham começado em 1964 e atingido 78% dos STRs da época e as três federações, aos poucos e de maneira silenciosa, o movimento sindical ganha espaço, e já em 1966 reestrutura-se, e em 1967 foi eleita uma nova diretoria. Conforme Barreira (1984),

> *começou, então, uma nova propaganda do movimento sindical, diferente da propaganda de antes de 64. Nesta, era proibido se falar em reforma agrária. O que caracterizava este "novo sindicalismo"* (aspas de Barreira) *era o caráter assistencialista. Ou seja, a partir de 67, começaram a despontar as lutas reivindicando assistência médica e odontológica para os trabalhadores rurais.*

Convém destacar a importância da Diocese de Crateús na fundação dos sindicatos dos trabalhadores rurais dos municípios de Ipueiras, Crateús, Independência, Novo Oriente e Poranga, porque foi diferente do que ocorreu na região do Cariri cearense, bem como, da fundação dos outros sindicatos do Ceará. O bispo da Diocese de Crateús, Dom Antonio Batista Fragoso (1964 – 1998), convida a francesa, Paulette Ripert que era sindicalista e tinha experiência na área sindical, para colaborar com a criação dos sindicatos dos municípios que abrangiam a região da diocese de Crateús. Paulette chega em novembro de 1964. Para começar os trabalhos em Crateús, conforme Paulette (CPT – Crateús, nov. 2001, p.3),

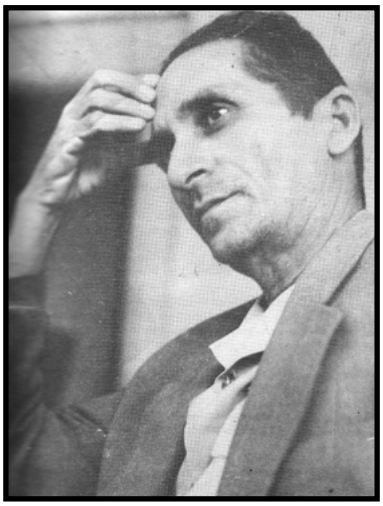
> Sabendo que o sindicalismo brasileiro era do tipo vertical, submetido ao Ministério do Trabalho sob um Governo ditatorial, a pergunta que me deu muitas dores de cabeça foi esta: "ajudar o povo a entrar neste tal de sindicato ou fazer logo uma oposição sindical clandestina?" Eu conhecia um pouco das "Comisiones obreras" da Espanha sob a Ditadura". Decidi utilizar o que existia, ou seja, em governo ditatorial, utilizar as leis existentes para organizar sindicatos, mas com espírito diferente.

O primeiro sindicato fundado foi o de Ipueiras, depois o de Poranga, em seguida Crateús, Independência e Novo Oriente. Para Paulette (CPT – Crateús, nov. 2001, p.14),

> [...] este trabalho foi rápido quero dizer 5 sindicatos em 4 anos é depressa demais. Fora o primeiro ano antes do primeiro sindicato. Os outros foram feitos com uma velocidade que me deixava muito preocupada. Mas no contexto político precisava espalhar o movimento, pois se não, a repressão ia baixar em cima de um só. Multiplicando os sindicatos, diminuía o risco de um certo modo. Mas, o pessoal não teve tempo para amadurecer bastante e formar-se também.

Para concluir a década de 1960, destacamos algumas características. A primeira, nos primeiros passos do movimento sindical rural no Ceará a mulher já era uma presença, embora, de forma tímida como descreve Zé Leandro. Segundo, de 1960 a 30 de março de 1964 a democracia, a liberdade de expressão no campo com a disputa pela criação dos sindicatos, das Federações e da Confederação envolvendo o PCB, a Igreja Católica e o Estado foram importantes. Terceiro, a partir da ditadura militar, os sindicatos dos trabalhadores rurais, as Federações e a Confederação sofreram intervenções. Muitos dos seus presidentes, diretores e lideranças dos trabalhadores rurais foram perseguidos, presos, torturados, assassinados e exilados. A data de criação da primeira Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Ceará - FETRAECE é 19 de setembro de 1963, e teve como primeiro presidente, Vicente Pompeu de Sousa.

JOSÉ LEANDRO



O agricultor José Leandro Bezerra da Costa nasceu no dia 9 de julho de 1906 no Sítio Sanharol, município de Várzea Alegre, Ceará. Começou a trabalhar no campo aos 5 anos de idade. Inconformado com a desigualdade que o cercava, entrou para o PCB e para a luta das organizações camponesas, em 1941, para fundar associações que tinham como objetivo lutar pela reforma agrária, por melhores salários e financiamentos para o homem do campo.

Além do movimento para fundação das associações, José Leandro esteve à frente das lutas para criação dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais no Ceará nos anos de 1950 e 1960. Em 1954, foi dirigente da delegação de oito camponeses participantes da 1ª Conferência Sindical Camponesa, realizada em São Paulo de onde saiu a ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores na Agricultura do Brasil. Em 1957, fundou a FALTAC – Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará, que chegou a reunir 29 associações, mas foi extinta em 1963 com a fundação da Federação dos Trabalhadores Autônomos Rurais, que congregava os pequenos arrendatários, meeiros, parceiros e pequenos posseiros.

José Leandro foi um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza, no início de 1963, quando ocupou o cargo de primeiro secretário. Durante a ditadura militar (1964 a 1979) teve prisão decretada e viveu clandestinamente no Rio de Janeiro

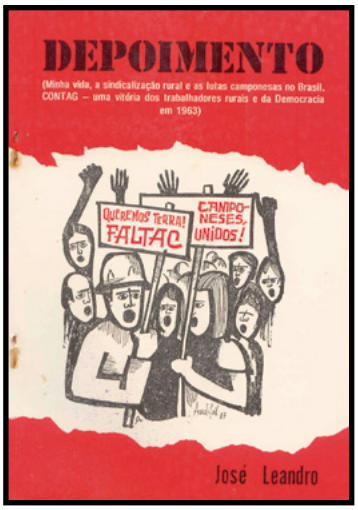
como militante do PCB e das organizações camponesas. De 1941 até os anos de 1990, nunca abriu mão das lutas por terra, pela reforma agrária e do movimento sindical.

José Leandro morreu em Fortaleza, no Bairro Conjunto Ceará, em 19 de julho de 2000.

José Leandro entrevistando Patativa do Assaré em sua casa na Serra de Santana, Assaré, Ceará. Publicado em Terra Livre.
Fonte: arquivo pessoal da família.

José Leandro aos 80 anos de idade, em 28 de janeiro de 1987.
Fonte: arquivo pessoal da família

José Leandro e família.
Fonte: arquivo pessoal



Capa do Livro *Depoimento* escrito pelo sindicalista José Leandro no ano de 1987.

VICENTE POMPEU DA SILVA

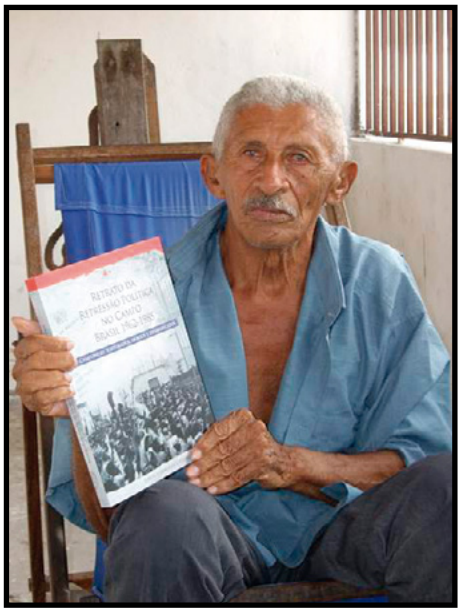
Nasceu em 9 de novembro de 1925 na cidade de Potengi, Ceará. Aos três anos de idade sua família mudou-se para Iguatu. Desde sua adolescência, trabalhava na condição de meeiro em uma propriedade alheia. Entre os anos de 1954 e 1963, fundou junto com outros companheiros 29 associações de trabalhadores rurais no Ceará, onde foi eleito presidente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Iguatu, sendo a mesma transformada em sindicato em 1962.

Com a criação da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Ceará (FALTAC), em 19 de setembro de 1963, foi eleito presidente. Com o Golpe Militar de 1964, Pompeu foi preso em 3 de abril de 1964 e passou 30 dias numa cela no subsolo de um prédio da Polícia Federal, sendo conduzido posteriormente ao 23º Batalhão de Caçadores. Era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), morou na União Soviética entre 1967 e 1968, onde fez cursos de formação política. Em Moscou aprendeu a ler e escrever com Anita Prestes, filha de Carlos Prestes e Olga Benário.

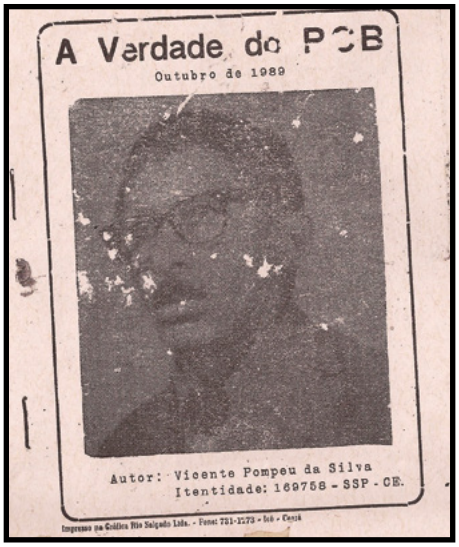
Retornou ao Brasil em 1969, mas, enquanto fazia uma palestra na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza, no ano de 1974, foi preso e levado para a Polícia Federal, enquadrado na Lei de Segurança Nacional como subversivo.

Aproximadamente durante setenta anos (1950 a 2011), Pompeu defendeu e lutou incansavelmente e com paixão pelo PCB, por ter-

ra, pelo movimento sindical rural, por reforma agrária. Ele tinha uma consciência de classe ímpar, pois até a data de seu falecimento, no dia 25 de março de 2011, vítima de um acidente cardiovascular, afirmava ser camponês, porque ainda cultivava um pedaço de terra, que detinha posse e disputava na justiça o direito de ser o proprietário, bem como se dizia comunista.



Sindicalista Vicente Pompeu no ano de 2007. Na foto ele exibe o livro "Retrato da Repressão Política no Campo: Brasil 1962 - 1985" que descreve em um de seus capítulos a trajetória vivida pelo agricultor durante a Ditadura Militar.
Foto: Marta Cioccari.



A Verdade do PCB
Outubro de 1989
Autor: Vicente Pompeu da Silva
Itentidade: 169758 - SSP - CE.

Capa do folheto escrito por Vicente Pompeu, em outubro de 1989, entitulado " A Verdade do PCB".
Fonte: arquivo pessoal da família.

AMADEU ARRAIS

Nasceu no dia 3 de dezembro de 1924, no distrito de Quixeriú, município de Campos Sales, Ceará. Formado em Direito, exerceu o cargo de Delegado Regional do Trabalho – DRT de 18 de julho de 1961 a 29 de janeiro de 1963, quando saiu para cumprir o mandato de deputado estadual pelo PDC. Em 1964, foi cassado pela ditadura militar. Foi preso e enquadrado como "subversivo" por ter apoiado frente estudantil operário camponesa, o pacto camponês - operários e defender a classe trabalhadora.

Nos primeiros anos como delegado realizou fiscalizações nos locais de trabalho, principalmente, nos horários noturnos, feriados e dias santos. No Ceará, foi quem iniciou o processo dos registros oficiais das cartas dos sindicatos dos trabalhadores rurais em 1963. Seu segundo mandato à frente da DRT durou de 3 de julho de 1985 a 14 de fevereiro de 1986; o terceiro mandato ocorreu de 18 de dezembro de 1987 a 21 de março de 1990.

Durante o período do seu primeiro mandato na DRT-CE, além de contribuir para a sindicalização dos trabalhadores rurais, colaborou para melhorar a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) beneficiando outras classes de trabalhadores. Amadeu Arraes realizou campanhas para o pagamento do 13º salário aos trabalhadores, bem como, as fiscalizações nos locais de trabalho, nas fábricas, no comércio, que tinha como objetivo verificar o cum-

primento do horário e das condições de trabalho, dentre outros. Dessa forma, procurou assegurar o cumprimento da legislação trabalhista. Atualmente ele tem 88 anos de idade, é aposentado e mora em Fortaleza.

Amadeu Arraes, quando Delegado Regional do Trabalho, na década de 1960.
Fonte: arquivo pessoal

OLAVO SAMPAIO

Olavo França Sobreira de Sampaio nasceu no município de Tofé, estado do Amazonas. Formou-se em Direito na Universidade Federal do Ceará. Foi Delegado Regional do Trabalho, após a saída de Amadeu Arrais, no período de 10 de maio de 1963 a 6 de abril de 1964 quando foi destituído pela ditadura militar e submetido a inquérito policial sob acusação de ser comunista e autoridade subversiva. Por esse motivo, ficou preso durante dez meses.

A nomeação para cargo de Delegado contou com o apoio do PCB, do movimento sindical e operário. Sua atuação como Delegado Regional do Trabalho teve como uma das características, o trabalho junto a classe trabalhadora rural e urbana, "corpo a corpo", inclusive viajava para os lugares mais distantes e de acesso precário do espaço rural cearense (CACAU, 2009).

Seu trabalho para e com a sindicalização rural, resultou na fundação de 46 sindicatos de trabalhadores rurais e cinquenta de proprietários rurais (BRASIL, 2001). Em entrevista ao *jornal O Povo*, após a posse como delegado afirmou: "A sindicalização do camponês é pressuposto básico da reforma agrária, pois sem a organização dos grupos de pressão do mais importante interessado nessa reforma, ela terá um caráter livresco e formalístico, será uma espécie de roupa feita sem tomada anterior do número do manequim" (*Jornal O Povo*, 13/05/1963, p.5 *apud* CACAU, 2009, p. 137).

Além de Delegado Regional do Trabalho exerceu as funções de Chefe da Procuradoria do Incra-Ceará e Presidente da Fundação Ulysses Guimarães-CE. Olavo Sampaio morreu em 12 de junho de 2011.

Olavo Sampaio quando Delegado Regional do Trabalho.
Fonte: arquivo pessoal da família.

Olavo Sampaio com seu filho e amigos de 64 no 23° Batalhão de Caçadores, em Fortaleza.
Fonte: arquivo pessoal da família.

3. Os Anos 1970

Os Anos 1970

Nos anos 1970 o Brasil passava pelo processo de modernização da agricultura que caracterizou-se pelo: crédito agrícola subsidiado para as grandes propriedades, avanço da monocultura, uso intensivo de máquina, equipamentos e implementos agrícolas, aumento da concentração de terras. Esta modernização foi possível em decorrência da atuação ativa dos Governos Federal e estaduais, por meio das políticas de intervenção, dos projetos como Proterra / Funterra, Polonordeste, e as ação de órgãos como Sudene, Sudam, DNOCS, entre outros.

Essas ações dos governos deixaram marcas profundas nas comunidades rurais, porque, a partir dessas intervenções governamentais, ocorreu uma redefinição e reconfiguração dos espaços rurais como as relações de trabalho e de produção; redimensionando profundamente o mercado de trabalho. Isso criou novas categorias sociais e recriou as já existentes, consoante às demandas do pacote tecnológico e práticas de gerenciamento estabelecido pelo modelo adotado pelos governos Federal e Estadual.

Nesse período, a presença marcante de militantes de diferentes filiações ideológicas, abrigados em ONG's, mas principalmente, os ligados à Igreja Católica, destacando-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT), 1975, e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), 1970, que conseguiram introduzir questões políticas relevantes à ação sindical. Isso fez com que os sindicatos mostrassem o caráter de "classe" da sua existência, atuando junto a posseiros, pequenos produtores e assalariados, deixando marcas importantes para as definições de rumos que se materializaram no III Congresso da CONTAG.

No III Congresso da CONTAG, em 1979, as questões emergentes para o conjunto dos trabalhadores brasileiros, em particular aos movimentos sociais populares, o MSTR, hegemonicamente, perma-

neceram ligados aos interesses “paroquiais”, com a manutenção das ações dos sindicatos presos à base territorial.

A CONTAG procurou manter a hegemonia na direção das ações que se travavam no campo, na condição de exercitar sua função de representação da categoria por meio da luta por direitos já existentes (principalmente os trabalhistas) e, sobretudo, mediante a bandeira da reforma agrária, mas norteando-se em fortalecer o verticalismo, peculiar ao sindicalismo brasileiro.

No estado do Ceará, a década de 1970 chegou com os processos de modernização da agricultura, em especial as atividades agrícolas com a introdução de maquinários, equipamentos, implementos e agroquímicos que faziam parte da chamada revolução verde protagonizada pelos governos dos Estados Unidos da América em parceria com o capital financeiro e as indústrias fornecedoras desse material. Além do pacote tecnológico da revolução verde que chegava no campo cearense, concomitantemente, acontecia o cercamento das propriedades rurais, dando sinal de que os latifúndios queriam a delimitação das terras, bem como expandi-las.

Esse movimento contribuiu para ampliação dos conflitos rurais por terra, porque os posseiros, índios e negros, entre outros, começaram a sentir que as terras devolutas apossadas e de trabalho, estavam sendo expropriadas e griladas pelos latifundiários e fazendeiros.

Neste momento, aumentaram no Estado as lutas por terra travadas pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base que protagonizavam as lutas em favor da Reforma Agrária e da renda paga aos trabalhadores.

Por outro lado, o Ceará passou a ter uma sede de STR em cada município do estado, constatamos esse fato quando olhamos para a figura 3, ”Espacialização da fundação dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Ceará de 1960 - 1979”, nela observamos que 82 sindicatos haviam sido criados na década de 1960 e 58

na década de 1970. Com isso, no final da década de 1970 no Estado existiam 140 sindicatos, que correspondia ao total dos municípios. A maior parte destes foram criados entre 1971 e 1975 no auge da repressão da ditadura militar, do Ato Institucional nº 5.

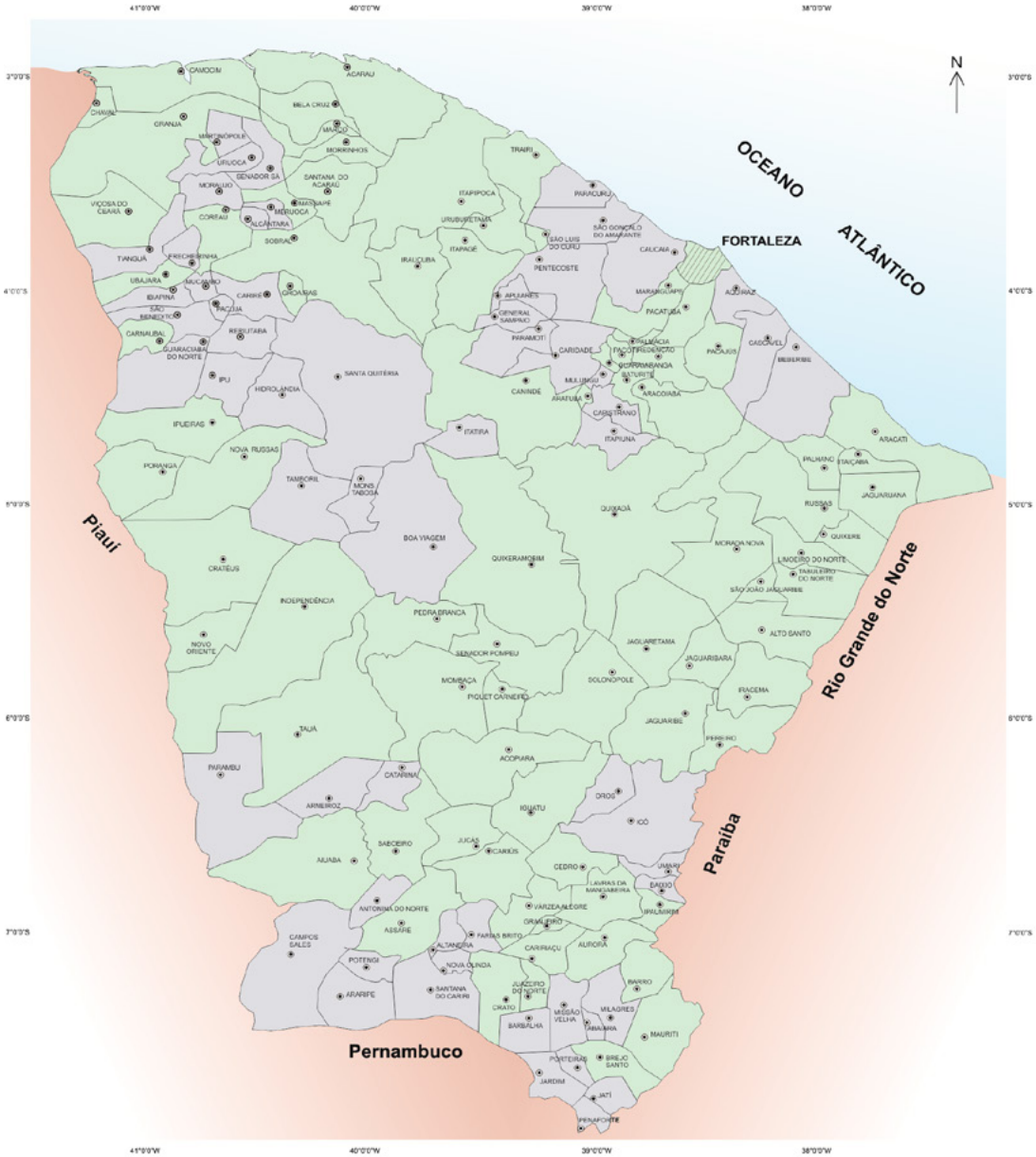
Esse aumento do número de sindicatos, ou a existência de um sindicato em cada município é atribuído a vários fatores, entre eles:

i) ao esforço empreendido pelas instituições que colaboraram na organização dos sindicatos, principalmente, a Fundação Padre Ibiapina da Diocese do Crato, que foi uma das defensoras do regime militar;
ii) O período de 1971 a 1975 no Ceará é marcado pelo surgimento do sindicalismo-assistencialista com a instalação de gabinetes odontológicos e ambulatórios médicos.

Essa disfunção dos sindicatos surge porque está regulamentada pelo Estatuto do Trabalhador Rural. A nova atividade promovida pelos sindicatos vai ser reforçada pelo FUNRURAL e pela Lei complementar 11/71 que criou o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural. Esse fundo previa o repasse de recursos para a construção de ambulatórios e consultórios médicos (BARREIRA, 1984; RICCI, 2000).

Em debate realizado em 1982, durante o “I Seminário Nacional de Estrutura Agrária”, o sindicalista João Felismino (ver Saiba Mais nº 5) afirmou que,

> o grande problema do FUNRURAL é porque ele é mal utilizado. Sabe-se perfeitamente que quando o governo criou o FUNRURAL e jogou dentro das entidades sindicais, o objetivo do governo era prender as entidades sindicais prestando assistência aos trabalhadores, para se esquecer daquilo que era o seu verdadeiro papel. E os dirigentes sindicais, em sua maioria, não souberam utilizar esse FUNRURAL e tornaram-se funcionários gratuitos do governo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E TERRITORIAIS
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA DO ESTADO DO CEARÁ

Figura 3
Mapa do Estado do Ceará
Espacialização da fundação dos sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Ceará (1970-1979)

LEGENDA

- **SINDICATOS FUNDADOS NA DÉCADA DE 1960**
- **SINDICATOS FUNDADOS NA DÉCADA DE 1970**

0 15 30 60 90 120 Km

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum WGS84

CONVENÇÕES

- **SEDE MUNICIPAL**
- **LIMITE MUNICIPAL**
- **CAPITAL DO ESTADO**

Fonte: FETRAECE
Vetorização e edição: José Wallacy Lima Lopes
Elaboração e sistematização: Alencar, Sampaio, Matos e Félix

Ainda conforme João Felismino, sobre o aumento do número de sindicatos e relação com o Funrural, ele se expressa,

> *A partir daí acelerou ainda um pouco mais o sistema, o movimento assistencialista [...] chegando a acumularem por cima uma das outras a fundação de sindicatos já por interesse muito extra aquilo que se chama de representatividade, de orientação do trabalhador. Não. Era simples e unicamente com objetivo de arranjar o gabinete odontológico, ambulatório médico para dar assistência aos trabalhadores rurais. E foi nessa época que foram fundados vários sindicatos em todas regiões por interesse já de políticos partidários querendo aparecer e dizer depois: "o Sindicato dos Trabalhadores Rurais fui eu quem trouxe para cá. Fui eu que fundei. Fui eu que criei. Então é o que se vê a diferença do movimento sindical antes da revolução para o movimento sindical depois da revolução* (Entrevista a Gloria Uchoa, Nudoc, UFC, 1983).

Ao se estabelecer as novas (dis)funções dos sindicatos ocorreu então esse crescimento do número de organizações. Porém, o medo da repressão militar inibiu alguns de fazerem o debate sobre a Reforma Agrária, direitos dos trabalhadores rurais garantidos por legislação. Apesar desse medo, outras organizações ao "desafiarem" o regime militar sofreram intervenção como a Federação e 30 sindicatos, simplesmente porque não seguiram as determinações políticas estabelecidas pelo Regime Militar.

No caso da FETRAECE, a intervenção ocorrida em 1973, conforme entrevistas de João de Sales (ver Saiba Mais nº 6) decorreu,

> *dos rumores de desvio de verbas pela diretoria. O padre Mendes um dos assessores, dizia que falavam de delapidação do patrimônio que era um nome bonito para se colocar em ladrão. Então naquela época a região do Cariri tinha como líder principal João de Sales Pinheiro.*

Para João Felismino a intervenção ocorreu porque,

> (*sic*) *fizeram um movimento (regiões do Cariri e Jaguaribara) e nesse movimento deu-se o afastamento da diretoria da Federação e*

> *naquela época não dizia junta interventora [...] criação de uma junta governativa.* (Com o afastamento do delegado da DRT-Ce, por saúde) *o delegado substituto [...] transformou a portaria em uma Junta Interventora. Ai, foi chamada de intervenção federal* (Entrevista de João Felismino a Uchoa, Nudoc, UFC, 1983)

Entre os anos de 1973 e 1974 foi administrada por duas juntas interventoras. A primeira junta interventora teve como presidente Joaquim Daniel, 1973, e a segunda foi presidida por José Laurindo dos Santos, 1974. Esses dois anos de intervenções e duas juntas interventoras na FETRAECE tiveram como causa principal apontada por João Filismino e João de Sales: os desvios dos recursos financeiros e apropriação indevida do patrimônio da Federação.

No caso dos sindicatos que não abandonaram a luta por terra e por reforma agrária, então enfrentaram e resistiram as determinações da ditadura militar resultou em conflitos violentos, nos quais trabalhadores e policiais foram mortos. Foi o caso da Fazenda Japuara, 1971, município de Canindé, envolvendo 60 famílias; Fazenda Jardim, 1979, município de Aratuba, 5 famílias, e Monte Castelo, 1978, município de Quixadá, 35 famílias.

Nesses três exemplos, a luta das famílias camponesas era pelos seus direitos. Para pagar a renda da terra conforme previa a lei. A Lei em questão era respeitar o que constava no Estatuto da Terra no Cap. IV, seção III, art. 96, inciso VI, que estabelece percentual que o proprietário pode cobrar sobre a produção do morador-parceiro. Como a grande maioria dos proprietários cediam simplesmente a terra nua, cobravam 50% da produção, ou seja, a meia. E o Estatuto da Terra define para esses casos a cobrança de 10%. Portanto, no Ceará nos anos de 1970 as lutas da terra começaram e cresceram em número em decorrência do percentual que o proprietário de terra cobrava do morador-parceiro.

É nesta década de 1970, que a Comissão Pastoral da Terra (CPT), junto com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) dão

apoio aos camponeses cearenses na luta pelo pagamento da renda da terra, conforme previa o Estatuto da Terra , dos direitos adquiridos e negados pelos patrões.

A década de 1970 tem algumas características do período.

O primeiro foi o marco nos debates sobre as lutas camponesas, no enfrentamento ao regime militar e no crescimento do número de sindicatos no Ceará.

Segundo, as atividades de instituição como a Fundação Padre Ibiapina e a participação de sindicalistas, que estiveram a convite dos governos da ditadura militar atuando como responsáveis pelo "ordenamento dos sindicatos".

Terceiro, a forma da eleição ou escolha da diretoria da FETRAECE. A chapa era formada entre e com os componentes da diretoria. Os membros dessa chapa, geralmente, gozavam da confiança e mantinham boas relações com o Delegado Regional do Trabalho no Ceará. Pois, cabia ao Delegado baixar portaria nomeando a diretoria escolhida. Ou seja, o processo de eleição era vinculado a DRT, pois quando não ocorria a concordância da diretoria escolhida, o Delegado Regional do Trabalho intervinha e nomeava a junta interventora. Esse fato não aconteceu somente na FETRAECE, mas, também nos sindicatos. Essa forma de administração política da Federação e dos sindicatos durou quase todo o período do regime militar.

Quarto, a compra do imóvel que é a atual sede da entidade, na avenida Visconde do Rio Branco n° 2.198, Bairro Joaquim Távora. A FETRAECE no período de 1963 a 1974 funcionou na rua Barão do Branco, n° 1516, Bairro Centro. No dia 2 de agosto de 1974 a 2ª junta interventora (José Laurindo – presidente -, João de Sales – secretário – e Francisco Timóteo – tesoureiro), comprou o terreno de 19,36 m por 110 m, por meio da Imobiliária Santa Lúcia por Cr$ 300.000,00. Para usar os recursos da Federação para pagar a aquisição do imóvel, bem como a compra de duas "Rurais Wills", o Delegado Regional do Trabalho assinou a autorização para compra dos bens.

JOÃO FELISMINO DE SOUZA

Nasceu em 1922 no sítio Pau Ferrado, município de Santana do Cariri, Ceará. Trabalhou na roça desde criança. Em entrevista à pesquisadora Glória Uchôa recordou da infância como "anos desagradáveis como o de todas as crianças pobres que viviam nas fazendas dos coronéis, cujos pais tinham obrigação estrita de obedecer às ordens do coronelismo daquele tempo".

Aprendeu a ler e escrever aos 12 anos, apesar de quase não ter frequentado a escola. Entrou para a luta sindical em 1970 e, já no ano seguinte, foi eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brejo Santo. Presenciou momentos históricos e difíceis para a luta sindical como as intervenções sofridas pelos sindicatos após o Golpe de 1964. Foi eleito presidente da FETRAECE em 1977 e permaneceu no cargo até o ano de 1980. Atualmente, João Felismino é aposentado e mora na cidade de Brejo Santo com a família.

JOÃO DE SALES PINHEIRO

João de Sales Pinheiro nasceu em 8 de fevereiro de 1936 na cidade de Lavras da Mangabeira, Ceará. Fez o primário no grupo escolar de Arrojado, e sexta e sétima série ginasial no colégio agrícola, ambos localizados no mesmo município.

Ingressou jovem no STTR de Assaré onde exerceu os seguintes cargos: Presidente da Junta Governativa, em 1968, eleito presidente no período de 1968 a 1971. Exerceu ainda os cargos: 2º Secretário da Sociedade de São Vicente de Paulo de 1969 a 1971, 2º Secretário do Lions Clube de 1970 a 1972, ambos em Assaré. Eleito membro do Conselho Fiscal da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE) no período de 1970 a 1972. Foi presidente da FETRAECE nos anos de 1974 a 1977. Membro efetivo do Conselho da Reitoria da Universidade Federal do Ceará. Segundo Suplente da Diretoria da CONTAG, em 1977. Assistente Técnico do Superintendente do INCRA – CE. Nomeado Diretor da Divisão de Organização Fundiária do IDACE – CE.

Participou dos seguintes eventos: Encontro Regional de Reforma Agrária realizado em Pacatuba, em 1969; Congresso Nacional de Dirigentes Sindicais (CONTAG) Brasília, em 1973; Congresso de Advogados e Líderes Sindicais na cidade de Caxias do Sul – RS, em 1975; Simpósio das Federações e Líderes Sindicais realizado em Brasília, em 1976; Curso de Capacitação de Líderes realizado em Fortaleza, no ano de 1976.

4. Os Anos 1980

Os Anos 1980

Os anos de 1980 a 1989 são marcados por algumas características. Primeiro, os conflitos por terra que iniciaram na década passada. Lutas pelo pagamento da renda da terra de acordo com o Estatuto da Terra que gerou uma série de conflitos entre latifundiários e trabalhadores (as) que desencadeou muitas ações judiciais, despejos, alguns chegaram à desapropriação por interesse social, a exemplo das fazendas: Jardim, município de Aratuba (1979 a 1981); Monte Castelo, município de Choró Limão (1978 a 1983); Santo Antonio, município de Caridade (1980 a 1984); Mato Grosso, Bandeira Velha e Cachoeira Cercada, município de Itatira e Canindé (1978 a 1987).

Segundo, o processo de redemocratização do país com o último Governo da Ditadura Militar (1975 a 1985) e Governo da "Nova República" (1985 a 1990). Terceiro, o revigoramento dos movimentos sindicais e sociais do campo. Quarto, a elaboração e implementação do "I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República" (1985 – 1989) e do "I Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA) do Ceará" (1986 – 1989), resultou na desapropriação por interesse social de 132.771 ha, atendendo a 3.168 famílias, distribuídas em 33 assentamentos rurais (Alencar, 2005).

Acerca das lutas por terras no Estado no período em destaque, afirma Barreira (1984, p. 11),

> Em todos esses movimentos está, muito presente, a luta dos camponeses por seus "direitos" (aspas no original). Os "direitos" surgem em oposição a uma arbitrária do proprietário, uma quebra de contrato entre dono da terra – morador, ou um contrato independente do que rege as leis agrárias e, mais especificamente, o Estatuto da Terra. Esses "direitos" vêm ocupar um conjunto de normas formadas pelo arbítrio do proprietário. [...], queremos ressaltar que a violência dos proprietários de terra perpassa todos estes movimentos populares rurais, do século passado aos dias de hoje. No século passado, com os exércitos privados, e hoje, com os pistoleiros particulares."

Dos anos de 1980 destacamos duas mobilizações nacionais que aconteceram também, no Ceará. Uma a "Campanha pelas Diretas Já", em 1984, que uniu o então governador do Ceará, Gonzaga Mota e o empresariado cearense através do Centro Industrial do Ceará (CIC), que tinha como presidente Tasso Jereissati.

A segunda mobilização foi a "Campanha Nacional pela Reforma Agrária Já", em 1985. Essa campanha resultou em uma das maiores passeatas realizadas em Fortaleza e uniu diversas entidades: FETRAECE, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Centro de Estudo do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador (Cetra), Centro de Pesquisa e Assessoria - Esplar, Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra-CE), Fase, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – Regional Nordeste I, Frente Sindical dos Trabalhadores Urbanos e Rurais, entre outros. De acordo com Martins (1991, p. 20 e 21),

> Dois fatores concorreram para o êxito da manifestação: primeiro, a história da luta pela terra no Ceará e, em segundo lugar, o acelerado processo de urbanização na década de 70, provocado sobretudo pela migração campo-cidade, sendo a população da capital, predominantemente, de origem rural recente. Dai o forte apoio recebido dos setores urbanos, não so das lideranças sindicais e populares [...] como da própria população da periferia onde se localizam centenas de favelas que abrigam os "sem terra" agora transformados em "sem teto" (grifos no original).

Ao analisarmos a figura 4 "Espacialização da fundação dos STTRs no Ceará, 1980 a 1989", percebemos que:

i) Nessa década foram criados 33 municípios, e em decorrência desse fato ocorreu a fundação de 26 sindicatos rurais;
ii) Se na década de 1970 a 1979 havia uma sede de STTRs em cada município, consequentemente, a FETRAECE estava presente fisicamente nesses locais. O mesmo não aconteceu no período de 1980 a 1989, pois o movimento sindical

através dos STTRs e da Federação estava presente em 171 municípios dos 178 no Ceará. Ou seja, em 96% dos municípios do estado encontrávamos instituições que representavam os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Por outro lado, sete municípios não tinham sindicato de trabalhador rural, isto é, 4% dos municípios cearenses não contavam com uma instituição sindical dos trabalhadores e trabalhadoras.

iii) Ocorre uma concentração dos novos sindicatos rurais na região norte;

iv) O processo de fundação dos 26 sindicatos também ocorreu entre municípios vizinhos ou próximos.

A década de 1980 no movimento sindical rural do Ceará tem como uma das características o fortalecimento da oposição sindical, que deu outro rumo ao sindicalismo e a FETRAECE.

Os passos dessa oposição sindical foram dados através das lutas pela reforma agrária, por sindicalismo participativo e democrático-que tinha como objetivo romper com o legalismo, assistencialismo e com a tutela do governo estadual do período.

A oposição sindical era formada por dois blocos. Um que tinha como referência José Fernandes Mendes com atuação no Sertão Central, Centro Sul e Região de Fortaleza, além disso contava com o apoio do Cetra. O outro bloco tinha como referência Antonio Rodrigues de Amorim com atuação no Sertão dos Inhamuns/Crateús, Cariri e Sobral. Esse bloco contava com a forte presença da Central Única dos Trabalhadores (CUT) através do Departamento Rural e do Centro de Pesquisa e Assessoria (ESPLAR).

A oposição sindical contava, ainda, com o apoio da CPT, CEBs, MEB, Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza, Associação Cristã de Base (ACB), FASE, Centro de Assessoria e Assistência ao Trabalhador (CEAT), Federação de Entidades

Comunitárias do Ceará (FECECE) e algumas dioceses, por meio de suas paróquias, do Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Comunista do Brasil (PCB).

A primeira disputa e a vitória com o objetivo político de romper com o legalismo, assistencialismo aconteceu no STTR de Canindé em 1985. Foi a partir deste outro sindicalismo que o movimento de oposição sindical rural chegou à direção da FETRAECE e tornou-se concreto.

Em 1986 aconteceu o I Congresso para a eleição da diretoria da FETRAECE, os trabalhadores depositaram nesse evento toda a esperança de ver a Federação assumindo a bandeira da Reforma Agrária e em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais.

Teve inicio no mesmo ano, o convênio com o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP). Os recursos desse convênio foram destinados ao pagamento de educadores, assessores, advogados e despesas com cursos e seminários, bem como, para aquisição de veículos, equipamentos e melhoria da infraestrutura da Federação. A FETRAECE participou como executora do programa no Estado.

Na eleição de 1989 para a diretoria da FETRAECE realizada nas regionais, a disputa ocorreu entre duas chapas. Uma liderada por José Amadeu e outra por Eurico Francisco, sendo eleita a chapa encabeçada pelo primeiro.

Logo após a eleição, a Federação entrou em uma crise financeira. Os convênios com os governos foram diminuindo, a contribuição sindical era praticamente zero, não existia plano de lutas nem ações políticas na vida da Federação que desse sustentação política e financeira a entidade. Essa crise durou aproximadamente três anos.

Em 1992, a eleição da diretoria da FETRAECE foi realizada novamente nas regionais com disputa entre duas chapas, sendo eleita a chapa de oposição encabeçada por Francisco Miguel de Lucena, do STTR de Brejo Santo, numa composição com o grupo cutista liderado

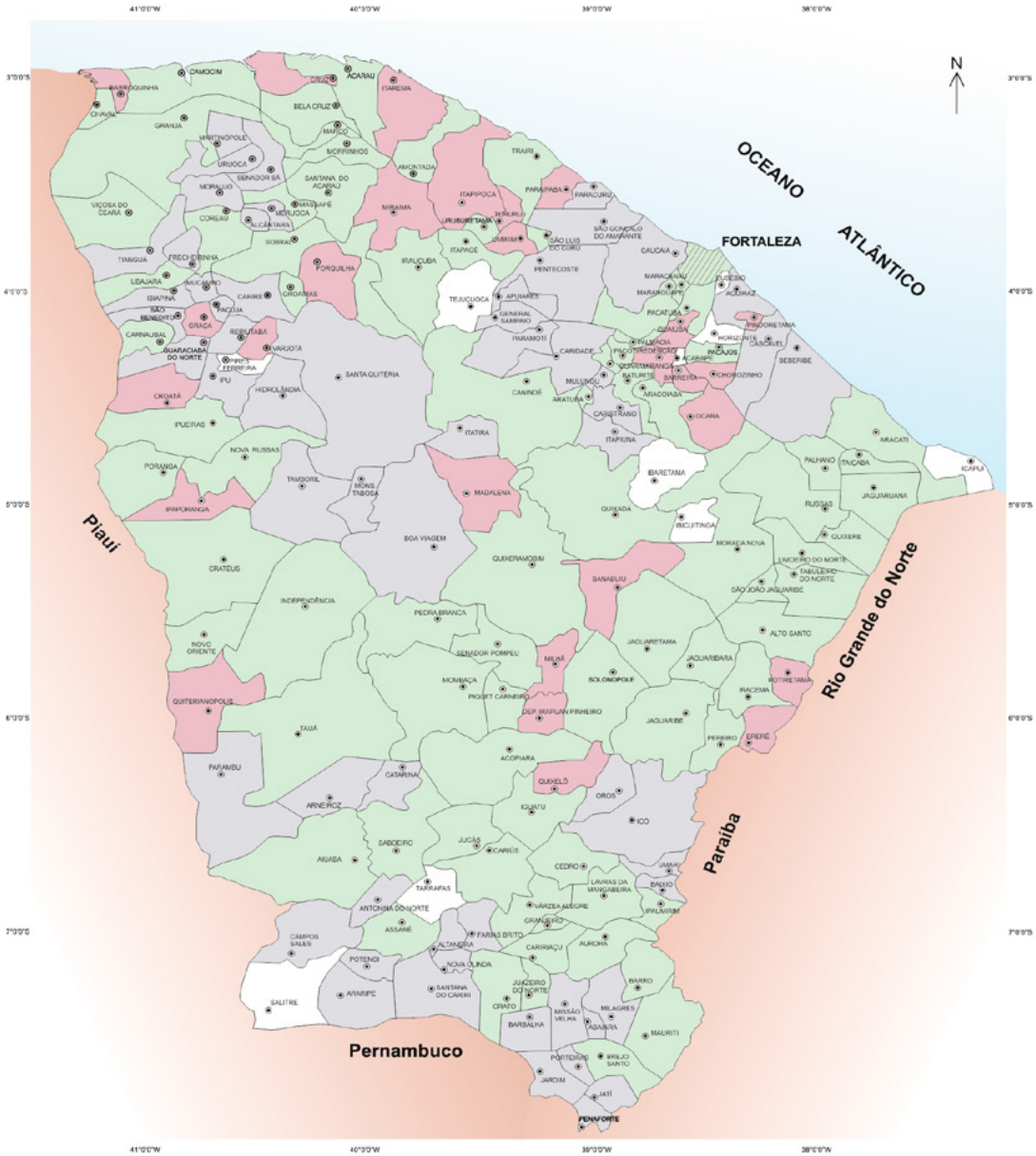
por Antônio Amorim do STTR de Tauá e José Mendes do STTR de Quixeramobim, e o grupo liderado por Eurico Francisco, do STTR de Groaíras e Raimundo Maceno, do STTR de Eusébio.

O grupo que ganhou a eleição para dirigir a Federação em 1992, derrotou o grupo formado por lideranças tradicionais da FETRAECE e vinculados ao governo do Ceará à época como: José Amadeu (Nova Russas), Francisco Macario (Caucaia), Raimundo Paiva (Milhã), Felipe (Milagres), Antonio Ulda Urbano (Iracema), Francisco Elisiário Rodrigues de Andrade (Aracati).

Convém destacar que antes do I Congresso de 1986 os dois blocos de oposição sindical já disputavam ou influenciavam a direção dos sindicatos municipais – essa disputa aconteceu também durante o congresso.

Na década de 1980 quatro lideranças sindicais destacam-se: Eurico Francisco de Sousa, José Amadeu, José Mendes (ver Saiba Mais nº 7) e Antonio Amorim (ver Saiba Mais nº 8).

No final dessa década surgiram outras formas de organizações rurais que complementaram, fortaleceram ou competiram com o MSTR como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), entre outros.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E TERRITORIAIS
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS
NA AGRICULTURA DO ESTADO DO CEARÁ

Figura 4
Mapa do Estado do Ceará
Espacialização da fundação dos sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Ceará (1980-1989)

LEGENDA

- **SINDICATOS FUNDADOS NA DÉCADA DE 1960**
- **SINDICATOS FUNDADOS NA DÉCADA DE 1970**
- **SINDICATOS FUNDADOS NA DÉCADA DE 1980**
- **MUNICÍPIOS SEM SINDICATOS**

0 15 30 60 90 120 Km

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum WGS84

CONVENÇÕES

- **SEDE MUNICIPAL**
- **LIMITE MUNICIPAL**
- **CAPITAL DO ESTADO**

Fonte: FETRAECE
Vetorização e edição: José Walacy Lima Lopes
Elaboração e sistematização: Alencar, Sampaio, Matos e Félix

JOSÉ FERNANDES MENDES

José Fernandes Mendes nasceu no dia 14 de junho de 1938 na Fazenda Tingui, a 27 km da sede do município de Quixeramobim, Ceará. Filho de Raimunda Mendes Uchoa e Sebastião Fernandes Mendes.

Ainda jovem se filiou ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Quixeramobim vindo a exercer as seguintes funções: Tesoureiro no período de 27 de setembro de 1972 a 27 de setembro de 1978; Presidente no período de 27 de setembro de 1978 a 27 de setembro de 1981; Secretário Geral no período de 1981 a 1987. Neste período exerceu por dois anos o cargo de 2º Secretário da CUT Estadual. Exerceu ainda, os cargos de 2º Secretário da CUT-CE; Secretário Geral da FETRAECE no período de janeiro de 1992 a janeiro de 1995; Secretário de Política Agrária da FETRAECE no período de janeiro de 1995 a janeiro de 1998; desde janeiro de 1999 até dezembro de 2013 é Coordenador Regional da Instância Regional da FETRAECE no Sertão Central; é sócio fundador do CETRA desde o ano de 1974 até os dias atuais; filiado desde o ano de 1986 ao PT – Partido dos Trabalhadores.

ANTONIO RODRIGUES DE AMORIM

Nasceu no dia 26 de janeiro de 1963 na comunidade de Abóbora, município de Tauá. Entrou para o Movimento do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) na tentativa de mudar a realidade que o cercava. No início ele e os demais agricultores da sua comunidade tinham que pagar a renda de meia no valor de 25% por todos os bens cultivados em terras alheias, quando o valor estipulado pelo Estatuto da Terra era de 10%. Na tentativa de reverter essa situação, ele se uniu às lutas locais do sindicato que saiu vitorioso e fez valer o Estatuto.

Após esse episódio, associou-se à delegacia sindical de São João Trici. Em 1986 foi o primeiro trabalhador rural a candidatar-se ao cargo de deputado federal. Exerceu durante seis anos (1986-1992) o cargo de presidente do STTR de Tauá.

Entre as conquistas realizadas nesse período destacam-se: a participação dos jovens no quadro social; a filiação das mulheres como sócias do sindicato; realização do primeiro congresso estadual de jovens; audiências regulares para dirimir, e ou resolver problemas entre agricultores, moradores e donos de terra. Na FETRAECE foi diretor suplente de ações efetivas durante os anos de 1992 e 1995, Delegado Regional de Crateús de 1984 a 1995, período em que acumulava o mandato de diretor da CUT Nacional de 1983 a 1987 e da CUT estadual de 1982 a 1993 sempre assumindo a secretaria rural e em seguida, o departamento rural da CUT. Participou da Coordenação do Congresso da CONTAG em 1994. Desde 2007 exerce o cargo de secretário adjunto de desenvolvimento agrário do estado do Ceará.

5. Os Anos 1990

Os Anos 1990

Na década de 1990 no cenário político nacional assumiu a presidência Fernando Henrique Cardoso, por dois mandatos consecutivos, 1995 – 1998 e 1999 - 2002.

Nesse período do governo foi aprovada a reforma previdenciária que dificultava o direito de aposentadoria para os trabalhadores rurais. A reforma para os trabalhadores do campo determinava que a idade de 30 anos de contribuição para as trabalhadoras rurais e de 35 anos para os trabalhadores rurais.

No Ceará, os governos de Tasso Jereissati e Ciro Gomes ,também não visavam os trabalhadores do campo. Os investimentos ficavam centrados nas áreas do turismo, transporte e construção de grandes obras favorecendo aos grandes empresários.

> O descaso do governo das ”mudanças” com a Agricultura Familiar e com a Reforma Agrária, gerou muitas insatisfações no campo, desencadeando uma série de conflitos que se agravaram a cada dia. Ao mesmo tempo, em que a política de privatização dos órgãos públicos, aliada à demissão de servidores estaduais, contribuiu para o agravamento destes conflitos.
> As manifestações e ocupações de órgãos públicos tornaram-se mais frequentes neste governo, que reagia de forma violenta. São constantes os ataques policiais aos manifestantes que buscavam viver com dignidade, como por exemplo, as ocupações no INCRA e na BR 116 (localidade do Peixe Gordo) no Município de Tabuleiro do Norte, onde trabalhadores(as) foram massacrados(as) violentamente e torturados(as) pelos policiais (*Anais* do 3º CETTT , 1998).

Na FETRAECE, a década de 1990 iniciou com uma nova diretoria, eleita no final do ano de 1989. As eleições foram realizadas nas delegacias regionais, Cariri, Iguatu, Vale do Jaguaribe, Sobral, Crateús e na Sede da Federação, em Fortaleza.

> As eleições da diretoria da FETRAECE em 1989 e em 1992 não foram realizadas em congresso. Não havia regimento eleitoral. A regra era os Estatutos da FETRAECE. As votações eram realizadas nas delegacias regionais: Cariri, Iguatu, Vale do Jaguaribe, Sobral, Crateús e na Sede da FETRAECE. Quem votava eram os diretores efetivos dos sindicatos que estivessem em dia, a diretoria efetiva da FETRAECE, o Conselho Fiscal efetivo e os delegados regionais. As urnas eram trazidas para serem apuradas em Fortaleza.

A FETRAECE enfrentou dificuldades financeiras que perduraram por alguns anos. A contribuição sindical era praticamente inexistente e os convênios com o Poder Público eram escassos. A situação se agravava à medida que a Federação não apresentava ações políticas e planos de luta que viabilizassem a sustentação política e financeira.

Mas, nessa década, aconteceu uma grande transformação: a eleição da nova diretoria da FETRAECE: em 1992 com um projeto diferente do fazer sindicalismo rural que resultou em outras mudanças como: uma nova concepção de sindicalismo rural, criação da política de autossustentação financeira, filiação à CUT, a criação de instâncias regionais, de Secretarias específicas, do Coletivo Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais, do Coletivo Estadual de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, a redefinição do papel das Delegacias Regionais.

Em 1992, a FETRAECE foi a primeira Federação do nordeste a se filiar à CUT, onde se posicionou veementemente, unindo forças para o enfrentamento ao projeto neoliberal presente na conjuntura política brasileira da época e no enfrentamento aos problemas da seca.

No que se refere a organização das mulheres trabalhadoras rurais, no 3º Congresso Estadual, 1998, foi discutido que,

> No Ceará, o processo organizativo das mulheres se deu com a realização do primeiro Congresso de Mulheres Trabalhadoras Rurais, promovido pelo Departamento Rural da CUT, em 1991. O Congresso elegeu uma comissão de trabalhadoras rurais, com a tarefa de articular as mulheres a se filiarem nos sindicatos e participarem

> das atividades sindicais. Este grupo ganha dimensão maior em 1993, quando as mulheres decidiram criar o Coletivo Estadual de Mulheres da FETRAECE, formado por representantes de Regiões do Estado, onde se instituiu também, os Coletivos Regionais de Mulheres na Base da Federação. Esses Coletivos empunharam a bandeira de trazer para a cena política/sindical o debate sobre a participação das mulheres nas atividades sindicais, bem como nas instâncias de decisão. Ao mesmo tempo em que as mulheres lá na sua base, se organizavam também em Comissões e/ou Coletivos Municipais.

A participação das Mulheres era significativa, porém faltava criar um espaço específico para a discussão do tema dentro da Federação. Por isso, a Federação criou o Coletivo Estadual de Mulheres sendo eleita sua coordenadora vinculada à Secretaria de Formação.

> foi visível o avanço alcançado na participação das mulheres nas diferentes atividades e no interior do MSTR Cearense. Logo no início da gestão, o Coletivo Estadual de Mulheres passou a ser estatutário.
> A Coordenadora foi liberada exclusivamente para fazer o trabalho específico com as Mulheres, com orçamento próprio, possibilitando um crescimento significativo na organização e participação das mulheres trabalhadoras rurais nos diferentes níveis (3º CETTR, 1998).

Ainda no 3º. CETTR, foi implementada a cota mínima de 30% de mulheres e aprovada a inclusão de um **"T"** nas siglas dos STTR, bem como, escrito por extenso a palavra **Trabalhadora** quando se referir aos sindicatos e a Federação.

Com o intuito de trazer a Juventude Rural para dentro dos STTRs e da Federação, por compreender a importância da juventude na construção de novos rumos para o MSTTR, a FETRAECE, no final da década de 1990, criou o primeiro Coletivo Estadual de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e elegeu coordenador geral vinculado à Secretaria de Formação.

Ainda no 3º. CETTR - Ceará foram criadas as instâncias regionais do Maciço de Baturité, do Sertão Central e de Itapipoca, desvinculando-as da regional de Fortaleza. A partir desse Congresso, em 1998, a FETRAECE passou de seis instâncias regionais (Vale do Jaguaribe, Sobral, Iguatu, Fortaleza, Crateús e Cariri) para nove instâncias regionais (Vale do Jaguaribe, Sobral, Iguatu, Fortaleza, Crateús, Cariri, Sertão Central, Itapipoca e Maciço de Baturité).

Na década de 1990, a FETRAECE adotou como um dos principais instrumentos no fortalecimento do MSTTR o processo de formação política dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Esse projeto de formação politica representou avanços devido aos temas estudados, uma vez que reunia conteúdos relacionados ao sindicalismo rural, procurando atingir os diferentes públicos das diversas instâncias da Federação, visando consolidar, a partir das experiências anteriores, o Projeto de Formação para Trabalhadores e Trabalhadoras rurais do estado do Ceará.

Foi nessa década que a FETRAECE iniciou as discussões sobre a necessidade de construir um Projeto Alternativo que fizesse contraponto ao Projeto Neoliberal em curso no Brasil e no Ceará. O projeto adotado pelos governos federal e estadual excluía, oprimia, repremia e explorava o trabalhador e a trabalhadora rural, logo não atendia às mínimas necessidades da classe trabalhadora rural. Portanto, era necessário elaborar outro modelo de desenvolvimento. Um projeto que tivesse como base a valorização do trabalhador e da trabalhadora rural. Para tanto, o conjunto do MSTTR elaborou o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS). Nele, a FETRAECE procurou atender aos anseios, sonhos do homem, da mulher, do jovem e do idoso que moram e vivem do campo.

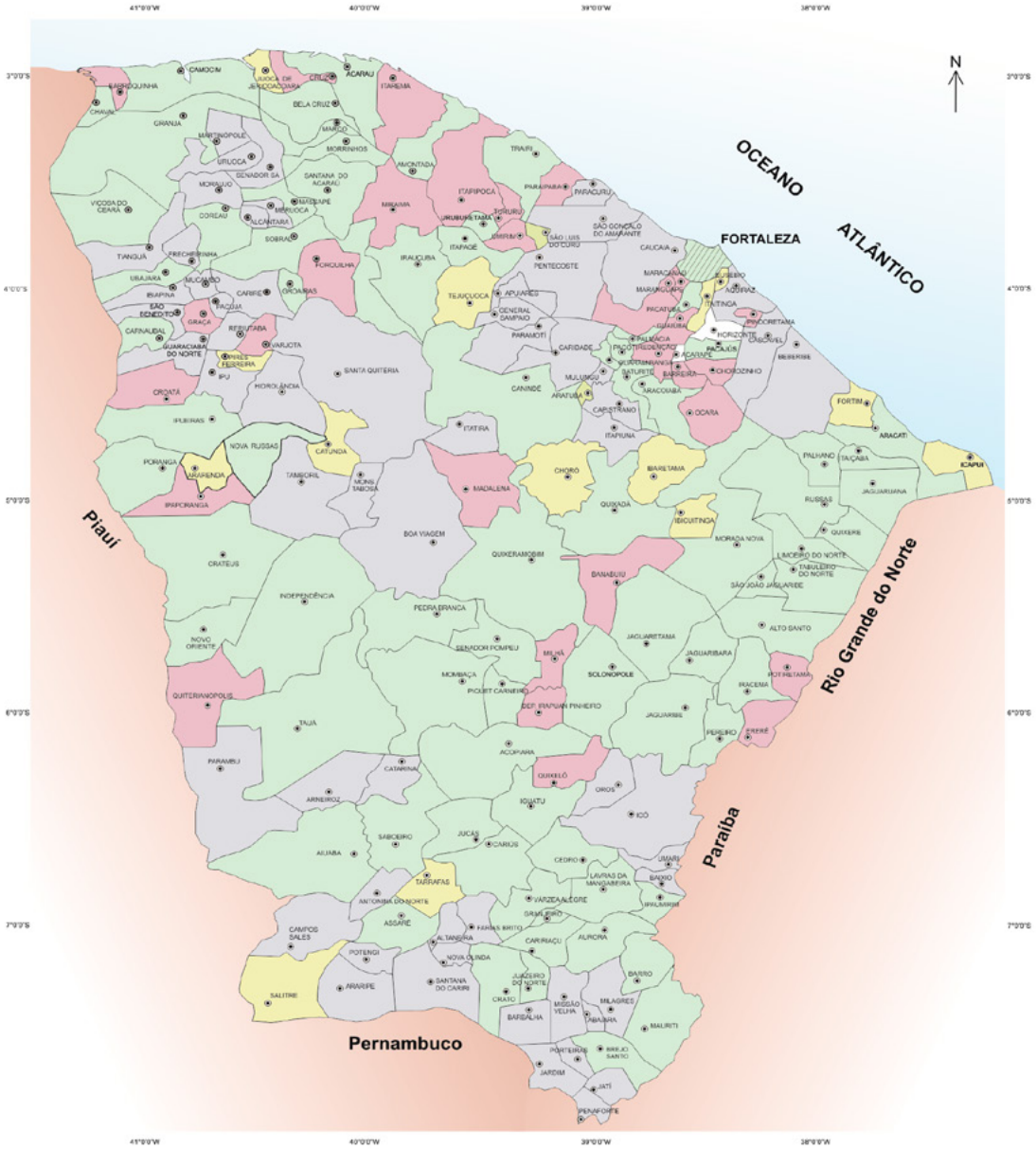
Com relação a fundação dos sindicatos rurais nessa década, constatamos na figura 5, “Espacialização da fundação dos sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Ceará (1980 – 1999),

que: i) foram criados quinze sindicatos rurais; ii) esses novos sindicatos estão distribuídos nas vários regiões do Estado; iii) no final da década anterior, 1980, haviam cinco municípios sem sindicatos rurais, em decorrência da criação dos novos municípios. Fato esse que não acontece no presente período, 1990. Isso nos leva a afirmação do processo de espacialização do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em todo o estado do Ceará, e, consequentemente, da FETRAECE.

Uma das principais características da década de 1990 foi a oposição sindical assumir o comando político da Federação em 1992 com a eleição da diretoria que teve como presidente Francisco Miguel de Lucena.

Porém, convém destacar que os caminhos percorridos pela oposição sindical começaram ainda nos anos de 1980. Ao longo desses aproximadamente 20 anos todos os fatos, acontecimentos ocorridos foram importantes para essa mudança. Nessa caminhada muitas pessoas estiveram e ainda continuam no processo de construção do MSTTR e da Federação, dentre eles e elas destacamos alguns sindicalistas: Amorim, Lucilene e Joaquim (Tauá), Zé Mendes (Quixeramobim), Bandeira (ver Saiba Mais nº. 9) e João Freire (Pentecoste), Luís Antonio (Ipueiras), Raimundo Lopes e José Arimatéia (Canindé), Zé Valdo (Aratuba), Pedro Fernandes (Redenção) Paulo Neco (Capistrano), Barreira e João Ventura (Quixadá), Zé Pereira (Orós, ver Saiba Mais nº 10), César Gondim (Tabuleiro do Norte), Francisca Alves (Itapajé), Paulo Tenório (Parambu), Raimundinha (ver Saiba Mais nº 11), Graça Duarte (ver Saiba Mais nº 12), Franciné (Nova Russas), Antonio Pires, Teles e Luizão (Itapipoca), Raimundo Martins e Joaquim (Tamboril), Antonio Chiquinho, Suzete e Vicente Vieira (Tianguá), Moisés Braz (ver Saiba Mais nº.13), Leomézia e Adauto (Massapê), Francisco Miguel (Brejo Santo), Expedito Guedes (Crato), Assis (Barro), Raimundo Pinheiro (Forquilha).

Além desses sindicalistas outras pessoas foram importantes na construção da FETRAECE, a exemplo dos bispos: Antonio Fragoso, Aloisio Lorscheider, Paulo Pontes, Timóteo, Mauro; os padres: Moacir, Maurício, Emídio, Mesquita, Machado, Zé Maria; as irmãs: Cleide, Ailce, Siebra e Alice; os advogados: Pinheiro, João Alfredo, Daniel Colares, Inocêncio Uchôa, Ilário Marques, Marcelino, Magnólia , Lourenço, Cocira e Veveu.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E TERRITORIAIS
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA DO ESTADO DO CEARÁ

Figura 5
Mapa do Estado do Ceará
Espacialização da fundação dos sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Ceará (1990-1999)

LEGENDA

- **SINDICATOS FUNDADOS NA DÉCADA DE 1960**
- **SINDICATOS FUNDADOS NA DÉCADA DE 1970**
- **SINDICATOS FUNDADOS NA DÉCADA DE 1980**
- **SINDICATOS FUNDADOS NA DÉCADA DE 1990**
- **SINDICATOS SEM DATA DE FUNDAÇÃO**

0 15 30 60 90 120 Km

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum WGS84

CONVENÇÕES

- **SEDE MUNICIPAL**
- **LIMITE MUNICIPAL**
- **CAPITAL DO ESTADO**

Fonte: FETRAECE
Vetorização e edição: José Walacy Lima Lopes
Elaboração e sistematização: Alencar, Sampaio, Matos e Félix

ANTÔNIO SOARES GUIMARÃES

Conhecido como Bandeira, nasceu em 5 de março de 1949 na comunidade de Serrota, município de Pentecoste, Ceará. Iniciou sua luta nas CEBs (Comunidade Eclesiais de Base), na década de 1970, ingressando assim no Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais – MSTTR, no ano de 1973, em plena atividade na agricultura familiar, juntamente com seu pai e seus irmãos.

Em Julho de 1977 compôs a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pentecoste, onde exerceu dois mandatos no cargo de presidente e um mandato como secretário geral desse sindicato.

Em fevereiro de 1985, foi eleito pela oposição sindical, Delegado Regional da FETRAECE na Região de Fortaleza, sendo eleito por duas vezes, permanecendo no cargo até o ano de 1988.

Em 1995 participou de duas importantes disputas políticas no MSTR: a primeira no Sindicato de Pentecoste e a segunda no 2º CETR (Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais). Foi eleito na chapa vitoriosa em Pentecoste e credenciado como delegado ao 2º CETR.

Em 1998 foi eleito Secretário de Formação e Organização Sindical da Federação. Em 2001 foi eleito a presidente da FETRAECE. É importante ressaltar que foi a partir deste período que aconteceram mudanças importantes no MSTTR do Ceará, principalmente no aspecto da consolidação do projeto de auto-sustentação política e financeira da federação.

Em 2005 e 2009 compôs a direção da FETRAECE, exercendo a função de Secretário de Formação, Organização Sindical e Comunicação.

JOSÉ PEREIRA RODRIGUES

José Pereira Rodrigues nasceu no dia 26 de dezembro de 1947, no município de Orós, Ceará. Filho de Antonio Pereira da Silva e Josefa Rodrigues da Conceição. Agricultor familiar sem-terra que, em virtude do arrombamento do ainda em construção açude de Orós, em 1960, foi transferido com a família, tendo que trabalhar em terras alheias pagando altas rendas e sofrendo exploração de patrões.

Ainda jovem iniciou sua trajetória política sindical filiando-se ao STTR de Orós em 1975, exercendo os seguintes cargos: Secretário da Delegacia Sindical de Guassussê em 1980; eleito presidente do STTR de Orós em 1984, 1990 e 1993. Participou dos seguintes eventos: 4º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, em 1985; 1º Congresso extraordinário da CONTAG; 1ª reunião da UNB (Universidade Federal de Brasília) para discutir a Educação do Campo onde foi criado o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária).

Exerceu ainda os seguintes cargos: coordenador da Instância Regional da FETRAECE do Centro Sul, em 1993; Secretário de Políticas Sociais da FETRAECE, em 1995; de 1996 a 1998 compôs o Coletivo de Políticas Sociais da CONTAG, tendo como desafios a derrubada de três ordens de serviço, a 447, a 504 e a 556, sendo relevante nesta luta a concessão de aproximadamente 12.000 benefícios em todo o estado do Ceará; Secretário de Formação, Organização Sindical e Comunicação da FETRAECE; Secretário de Finanças da FETRAECE; vice-presidente da FETRAECE para a gestão 2009 a 2012. Faleceu em 24 de março de 2013.

RAIMUNDA CELESTINA DE MASCENA

Raimunda Celestina de Mascena nasceu no dia 22 de julho de 1965, no município de Independência, Ceará. Filha de Francisca Celestina de Oliveira e Antonio Francisco Damasceno.

Ainda jovem começou a participar do MSTTR de Independência por meio das duas pastorais, a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) e Comissão Pastoral da Terra (CPT) na região de inhamuns / Diocese de Crateús sob a coordenação de Dom Fragoso.

Exerceu os seguintes cargos: secretária geral do STTR de Independência no período de 1993 – 1997; Coordenadora de Mulheres do Departamento de Mulheres da CUT-CE,1990-1993; Coordenadora Estadual do Coletivo de Mulheres da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará, 1993-1998; Coordenadora Nacional de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, 1998-2005; Secretária de Formação e Organização Sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, 2005-2009; Coordenadora da Escola Nacional de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. 2005 – 2009; Coordenadora Nacional da Marcha das Margaridas, 2000 e 2003.

Atualmente exerce o cargo de Assessora Especial para as mulheres do campo e da floresta da Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República.

ANTONIA DUARTE DE ALMEIDA

Conhecida como Graça Duarte, nasceu em novembro de 1973, no distrito de Santa Fé, município cearense de Crato. Entrou para o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) em 1993 quando participou do Encontro de Juventude Rural ocorrido em sua cidade. Nessa mesma ocasião foi escolhida para integrar a Comissão Municipal da Juventude Rural do STTR de Crato, assumindo a luta em defesa dos jovens.

Não demorou muito, foi eleita Secretária Geral do STTR de Crato. Mas foi em um encontro de mulheres camponesas que se apaixonou pela organização e luta das trabalhadoras rurais, passando a militar mais especificamente no MSTTR com a organização de mulheres, sem deixar de perceber a importância da classe trabalhadora rural como um todo.

Entre os cargos que exerceu, destacam-se: Diretora da CUT/Ce, de 1996 a 1998; Coordenadora Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da FETRAECE no Cariri, 1997 a 1998; Coordenadora do Coletivo Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da FETRAECE , de 1999 a 2009; Membro da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG , de 1999 a 2009 e Primeira Suplente do Conselho Fiscal da CONTAG , de 2006 a 2008. Atualmente é gestora da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), atuando na Coordenadoria de Desenvolvimento Territorial e Combate a Pobreza Rural – CODET.

MOISÉS BRAZ RICARDO

Moisés Braz Ricardo nasceu em 5 de setembro de 1963 no município de Massapê, Ceará. Filho de Pedro Alcântara Ricardo e Maria Aparecida Braz Ricardo.

Ainda jovem iniciou sua militância na Pastoral de Juventude do Meio Popular (PJMP) e Movimento de Educação de Base (MEB).

Exerceu os seguintes cargos: diretor do STTR de Massapê, 1990 – 1993; Coordenador Regional da FETRAECE em Sobral, 1993 – 1996; Secretário dos Assalariados e Assalariadas Rurais na FETRAECE, 1995 – 1998; vice-presidente do STTR de Massapê, 1998; Secretário de Finanças da FETRAECE, 2001 – 2005; presidente da FETRAECE, 2005 – 2009, 2010 – 2013.

Atualmente, além de presidente da FETRAECE, coordena o Movimento Rurais e Urbanos por um Ceará Sustentável e Solidário.

6. Os Anos 2000

Os Anos 2000

É graça divina começar bem.
Graça maior persistir na caminhada certa.
Mas graça das graças é não desistir nunca.

Dom Helder Câmara

No âmbito nacional, uma das características políticas dos anos 2000 foi a eleição para presidência do Brasil por dois mandatos seguidos, 2003 a 2006 e 2007 a 2010, de Luís Inácio Lula da Silva, oriundo da classe trabalhadora. Eleição que envolveu e contou com a participação ativa dos movimentos sindicais e sociais tanto da cidade quanto do campo.

Na instância estadual aconteceu em 2001 o 4º Congresso Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (4º. CETTR), com eleição da nova direção; a partir de então, a Federação continuou a pautar as ações para fortalecer a agricultura familiar através do: "Grito da Terra Estadual e Municipal", "Luta pela Reforma Agrária" e "Marcha das Margaridas" e outras ações de massa como ocupação de órgãos públicos, fechamentos de rodovias federais e estaduais. Vale ressaltar que todos esses movimentos eram pautados por propostas políticas de interesse dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, resultando em várias conquistas.

A FETRAECE, junto com as demais Fetags coordenadas pela Contag, discutiram e começaram a implementar o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS). Esse projeto tem entre os seus princípios: realização de uma reforma agrária ampla e massiva; valorização da agricultura familiar; desenvolvimento social, econômico ecologicamente sustentável; contra as discriminações de gênero, de idade, de raça e de etnia.

No início da década de 2000, a FETRAECE faz-se presente nos 184 municípios do estado através dos STTRs municipais. Além desse fato, essa década é marcada por algumas transformações na gestão da Federação, principalmente, com as deliberações do 4º CETTR, em 2001.

Primeiro, os mandatos da diretoria até a década de 1990, era de três anos, mas passou a ser de quatro anos, com reeleição limitada para o mesmo cargo.

Outro fator, foi o formato da composição da diretoria. Até 2001 a diretoria era composta de 14 pessoas: presidente, vice-presidente e 1º. e 2º. suplente do presidente; secretário geral 1º. e 2º, 1º; 2º e 3º. suplente do secretário geral; tesoureiro 1º. e 2º., 1º., 2º. e 3º. suplentes do tesoureiro. Essa composição da diretoria inclusive gerou desentendimento, disputa e impasse na chapa de oposição que ganhou a eleição em 1992, quando o presidente eleito, Francisco Miguel de Lucena foi assumir cargo em Brasilia na Contag, em 1995. Com a realização do 4º CETTR, 2001, ficou estabelecido a seguinte composição da diretoria executiva: presidente e vice; secretários geral, de finanças, de política agrária e meio ambiente (ver Saiba Mais nº 14, reforma agrária), formação sindical (ver Saiba Mais nº 15), de políticas sociais (ver Saiba Mais, nº 16), educação no campo e comunicação (ver Saiba Mais, nº 17); as coordenações estadual de mulheres trabalhadoras rurais (ver Saiba Mais nº 18, mulheres), de jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais (ver Saiba Mais, nº 19, juventude), bem como, os cargos de suplentes de cada setor. Ao todo a diretoria executiva é composta por 20 pessoas, sendo 11 diretores efetivos e 9 suplentes, além do conselho fiscal composto por 3 membros efetivos e 3 suplentes.

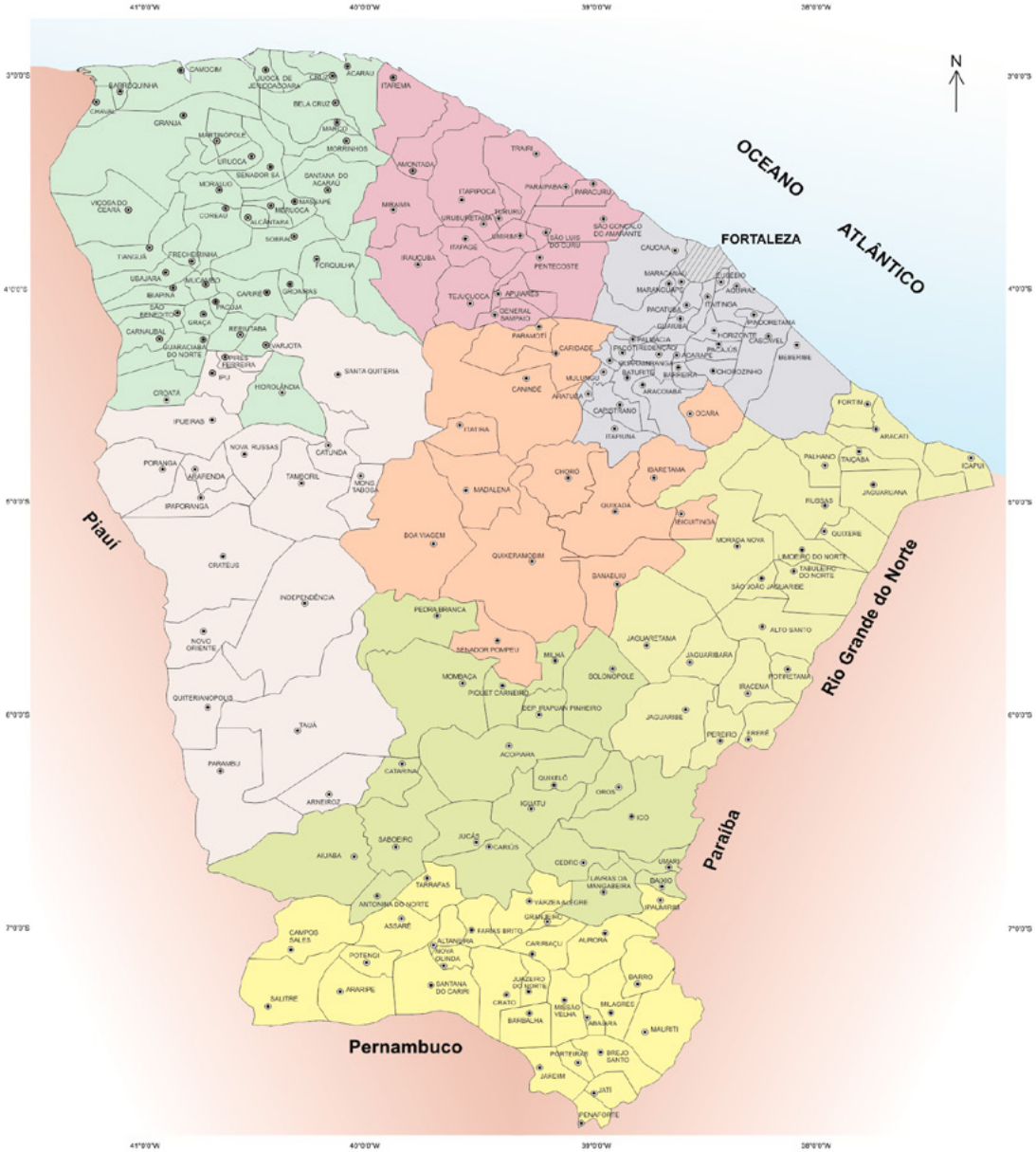
Antes do 6º CETTR, 2009, a descentralização da gestão da Federação ocorria por meio das nove Instâncias Regionais (Metropolitana, Crateús, Sertão Central, Itapipoca, Sobral, Maciço de Baturité,

Cariri, Iguatu e Vale do Jaguaribe). Por deliberação do 6º CETTR, as instâncias foram transformadas em oito instâncias regionais, quando da fusão das Instâncias Metropolitana e Maciço de Baturité, Região da Grande Fortaleza. Essas regionais foram delimitadas por critérios políticos, identificação e proximidade física entre os sindicatos municipais. A regional com o maior número de municípios é a "Região de Sobral" com 38 municípios, enquanto, a com menor número de município é a "Região do Sertão Central" com quatorze municípios. A regional com maior extensão territorial é a "Região de Crateús" (ver Figura 6).

Nos anos 2000 houve a reforma e ampliação da sede da FETRAECE. Esse trabalho iniciou em 2001 com a construção do alojamento com 22 apartamentos e capacidade para hospedar 154 pessoas, além do refeitório. Em seguida, ocorreram a ampliação e reforma do prédio sede no período de 2005 a 2008, que passou a contar com salas para todos(as) os(as) diretores(as), além de salas para os assessores (as) e dois auditórios. Ao todo, a FETRAECE dispõe de uma área construída de aproximadamente 1.692,94 m^2.

Nesse período a FETRAECE exerce um papel político importante na conjuntura nacional tendo um representante do estado na direção nacional da Contag, participando efetivamente da agenda deliberada pelo sistema confederativo STTRs, Fetags e Contag, tais como Marcha das Margaridas, Grito da Terra, Marcha dos Assalariados, Encontro Unitário da Reforma Agrária.

Outro fato é o processo de conscientização política dos (as) dirigentes sindicais que tem como um dos resultados o envolvimento nas eleições municipais e estaduais com o objetivo de conquistar espaços nas câmaras municipais, Assembleia Legislativa e Congresso Nacional, a exemplo dos 50 vereadores e vereadoras eleitos na última eleição, oriundos do movimento sindical.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E TERRITORIAIS
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS
NA AGRICULTURA DO ESTADO DO CEARÁ

Figura 6
Mapa do Estado do Ceará
Mapa das Divisões Regionais da Fetraece em 2013

LEGENDA

- STTR REGIÃO DA GRANDE FORTALEZA
- STTR REGIÃO DE ITAPIPOCA
- STTR REGIÃO DE SOBRAL
- STTR REGIÃO DE CRATEÚS
- STTR REGIÃO DE IGUATU
- STTR REGIÃO DO CARIRI
- STTR REGIÃO DO VALE DO JAGUARIBE
- STTR REGIÃO DO SERTÃO CENTRAL

0 15 30 60 90 120 Km

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum WGS84

CONVENÇÕES

- SEDE MUNICIPAL
- LIMITE MUNICIPAL
- CAPITAL DO ESTADO

Fonte: FETRAECE
Vetorização e edição: José Walacy Lima Lopes
Elaboração e sistematização: Alencar, Sampaio, Matos e Félix

A Política de Reforma Agrária

Desde a fundação da FETRAECE e da Contag, a Reforma Agrária, a regularização fundiária e os programas de compra de terra foram bandeiras de lutas para garantir o direito de acesso à terra para quem nela vive e trabalha.

Por isso, essas formas de acesso à terra têm sido empregadas mais para atender às pressões sociais e políticas, frequentemente explosivas, do que para visar à obtenção de um desenvolvimento rural duradouro, relacionado aos incrementos sustentados da produção, produtividade e emprego, que resultariam em melhorias na qualidade de vida da população.

Com o processo de democratização e o retorno ao regime civil no País, o clima favoreceu o ressurgimento das reivindicações em torno da reforma agrária. A Contag e a FETRAECE, desde essa época até hoje, aumentaram significativamente suas ações na questão agrária.

Na atualidade, a demanda por terra exige outras políticas fundiárias que garantam acesso à terra, tais como o Programa Nacional de Crédito Fundiário, com base no Decreto nº 433 de 1992.

A FETRAECE propõe um programa de reforma agrária que busque transformar as condições de vida de seus beneficiários, inserindo-os em uma estratégia produtiva que assegure a sustentabilidade na agricultura. Esta deve ser pensada não só como meio de sobrevivência das famílias, mas principalmente, como fonte geradora de excedentes que assegurem novos investimentos e permitam a ampliação da produção e da produtividade da agricultura.

No estado do Ceará, através do INCRA, com a utilização do instrumento de “Desapropriação por Interesse Social” foram desapropriados 905.000 ha, desses 614.169 ha estão vinculados ao MSTTR, coordenado pela FETRAECE, ou seja, o equivalente a 68% da área

desapropriada por interesse social. No que se refere ao número de famílias, do total de 22.022, 15.822 famílias estão vinculadas à FETRAECE, o que corresponde a 72% das famílias assentadas.

Com relação ao acesso à terra via mecanismo de compra, a FETRAECE acompanha 423 assentamentos que atendem 4.954 famílias. Esses imóveis foram adquiridos através do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Dia da Reforma Agrária, Fevereiro de 2005.
Foto: arquivo FETRAECE

Dia da Reforma Agrária, Fevereiro de 2005.
Foto: arquivo FETRAECE

Dia da Reforma Agrária, Fevereiro de 2005.
Foto: arquivo FETRAECE

Ocupação no INCRA, em fevereiro de 2009, na luta pela Reforma Agrária.
Foto: arquivo FETRAECE

Ocupação no INCRA, em fevereiro de 2009, na luta pela Reforma Agrária.
Foto: arquivo FETRAECE

Ocupação no INCRA, em fevereiro de 2009, na luta pela Reforma Agrária.
Foto: arquivo FETRAECE

Emissão de posse do Assentamento Palmeira, em Ocara, maio de 2010.
Foto: arquivo FETRAECE

Emissão de posse do Assentamento Palmeira, em Ocara, maio de 2010.
Foto: arquivo FETRAECE

Emissão de posse do Assentamento Palmeira, em Ocara, maio de 2010.
Foto: arquivo FETRAECE

Formação Sindical

Até o final da década de 90 o que existia na área de Formação no Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) no Estado do Ceará eram apenas focos de experiências. Algumas bem sucedidas, a exemplo das Escolinhas Sindicais, localizadas na região de Crateús e o Projeto "Raízes – Cidadania e Desenvolvimento para o Campo" com a proposta de levar para a base sindical uma discussão político-ideológica que oportunizasse aos sujeitos uma visão mais crítica sobre o espaço rural e sindical.

Podemos afirmar que a experiência formativa da FETRAECE com o Projeto Raízes – Cidadania e Desenvolvimento para o Campo, pensada e estrategicamente implementada no estado do Ceará, contribuíram para dialogar e construir os passos que levaram à criação da Política Nacional de Formação – PNF e da Escola Nacional de Formação da CONTAG – ENFOC. A partir de então, a FETRAECE vem seguindo esse caminho de construir coletivamente as estratégias que estreitam sua relação com a base sindical.

A ENFOC foi prevista no Projeto Político Pedagógico (PPP). Os Grupos de Estudos Sindicais – GES, as Escolas Sindicais, visam estabelecer vínculos com o cotidiano sindical, de modo a trazer a realidade para a reflexão coletiva.

A partir da proposta formativa da escola e da história específica de organização e fortalecimento do MSTTR no Ceará, a FETRAECE investe na formação de base.

O foco de formação na base sindical da FETRAECE é diverso. Cada lugar e grupo tem sua dinâmica. As mulheres, a juventude, os grupos mistos são lugares de investimento formativo que têm agregado saldos qualitativos para o movimento. Podemos aqui citar os vários Grupos de Estudos Sindicais, o Programa Jovem Saber, as Escolas Sindicais e tantos outros lugares que se organizam buscando no diálogo meios que fortaleçam o espírito comunitário em seus mais diversos lugares.

Como consequência deste trabalho, a FETRAECE tem promovido cursos regionais e estadual e orienta aos Sindicatos a seguir a mesma trilha. São nesses lugares que as pessoas se encontram, revisitam suas histórias e aprofundam temas pertinentes ao universo sindical.

Curso estadual da Escola Nacional de Formação da CONTAG, turma de 2012.
Fotos: arquivo FETRAECE.

Curso estadual da Escola Nacional de Formação da CONTAG, turma de 2012.
Fotos: arquivo FETRAECE.

Curso estadual da Escola Nacional de Formação da CONTAG, turma de 2012.
Fotos: arquivo FETRAECE.

Políticas Sociais – Terceira Idade

A criação e a construção de grande parte dos STTRs existentes no Brasil e no Ceará se devem à luta de pessoas que, hoje, encontram-se na terceira idade, vanguarda do movimento sindical no campo.

Os homens e as mulheres dessa categoria representam o pilar principal do processo de implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS), criado em 1996 e marco para a criação de espaços específicos por frentes de lutas, como as Comissões Nacionais de Mulheres e Jovens e a representação da Terceira Idade.

A segurança social da Terceira Idade aparece como uma das principais bandeiras de lutas desde a fundação dos primeiros STTRs no estado. O processo de estruturação do Sistema Contag também colaborou para que as bandeiras de lutas políticas voltadas para a terceira idade se tornassem concretas.

O Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), criado em 1971 garantiu a aposentadoria por velhice ao chefe de família que completasse 65 anos, no valor de meio salário mínimo, para aposentadoria por invalidez, pensão, auxilio funerário, serviços de saúde e serviço social.

Em 1988, a Aposentadoria em Regime de Segurado Especial garantiu o benefício de um salário mínimo para o homem a partir de 60 anos e para a mulher a partir de 55 anos.

Para que a pauta de reivindicações e conquistas continuasse em evidência foi realizado nos dias 22 e 23 de outubro de 2002 o 1° Encontro de Aposentados e Aposentadas Rurais com objetivo de discutir e aprofundar o plano de lutas voltado para a terceira idade. Dessa data até hoje, a FETRAECE já realizou cinco Encontros Estaduais e marcou presença na 1ª Plenária Nacional de Trabalhadores e

Trabalhadoras Rurais da Terceira Idade, que foi realizada em Brasília nos dias 13, 14 e 15 de junho de 2012 e teve como objetivo principal articular a população idosa rural em torno de questões específicas do envelhecimento visando avaliar, debater e formular propostas para a atuação do MSTTR.

4º Encontro da Terceira Idades, agosto de 2010.
Foto: arquivo FETRAECE

Plenária da Terceira Idade e Idosos Rurais, outubro de 2011.
Foto: arquivo FETRAECE

1ª Plenária Nacional da Terceira Idade, Junho de 2012.
Foto: arquivo FETRAECE

1ª Plenária Nacional da Terceira Idade, Junho de 2012.
Foto: arquivo FETRAECE

Educação no Campo

Para o MSTTR, a educação no campo é um componente estratégico na implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidario-PADRSS. É uma forma de combate às desigualdades sociais e sua implementação requer a integração com outras políticas públicas de desenvolvimento.

A partir desta concepção foi firmada pelo MSTTR, a partir da década de 1990, uma agenda de trabalho visando acumular um debate sobre as bases de uma política específica de educação.

Deste então, a FETRAECE vem pautando no Ceará o debate sobre a Educação do Campo nos espaços internos do MSTTR e nos espaços de proposição e deliberação das políticas educacionais no estado. Vale ressaltar que a federação participou efetivamente do debate nacional acerca da construção de uma proposta de educação do campo que, depois de apreciada pelo Conselho Nacional de Educação, foi aprovada, com a denominação de Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Resolução CNE/CEB Nº 01 de 03 de abril de 2002 e da construção do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PRONERA.

Entre outras ações, destaca-se a realização dos Cursos de Capacitação em Desenvolvimento Territorial Sustentável com Ênfase na Educação do Campo realizado de 2004 a 2007, em conjunto com a CONTAG e os STTRs, apoiado pelo MDA e o Curso de Capacitação de Professores/as que atuam nas Escolas do Campo realizado em parceria com a CONTAG e o MEC/FNDE, capacitando dirigentes sindicais, lideranças, técnicos/as, professores/as, secretários/as de educação, servidores/as públicos e representantes de organizações não governamentais possibilitando o fortalecimento da educação do campo nos territórios.

A FETRAECE tem protagonizado esta luta, trabalhando fortemente na implementação das Diretrizes Operacionais para a Educa-

ção Básica nas Escolas do Campo, participando e/ou promovendo reuniões, audiências com a SEDUC, apresentando propostas nos Gritos da Terra Estadual, juntamente com outros parceiros/as tem discutido na perspectiva da inserção de jovens filhos/as de agricultores/as na EFA e nas Escolas Agrícolas do Estado do Ceará.

Neste sentido, a Federação em parceria com o Projeto Dom Helder Câmara – PDHC, viabilizou a inclusão de jovens oriundos do Sertão Central e Inhamuns, filhos e filhas de agricultores/as familiares, no Ensino Médio na AEFAI Dom Fragoso – Associação Escola Família Agrícola de Independência.

Em parceria com a SDA, EMATERCE e SEDUC foi construída a proposta pedagógica para os cursos de Técnico em Agropecuária das Escolas Profissionalizantes do Estado, de Lavras, Granja, Tianguá e Guaiuba.

A Federação também vem se articulando com instituições governamentais e não governamentais para fomentar contextos políticos, pedagógicos e didáticos que favoreçam o desenvolvimento de experiências educativas e que possibilitem a efetivação de uma política de educação que atenda as reais necessidades dos homens e mulheres do campo.

A FETRAECE é parceira da UFC, URCA, INCRA, Secretaria Nacional de Juventude nos cursos de Educação de Jovens e Adultos, Programa Residência Agrários, Licenciatura em Educação do Campo Projeto de Inclusão Digital reconhecendo a importância de um espaço para dialogar as questões relativas à Educação do Campo e a necessidade da revitalização do Fórum Executivo de Educação do Campo do Ceará.

O debate avançou de forma significativa, porém reconhecemos que ainda temos muitos desafios a serem superados para que possamos resgatar a divida social do modelo de desenvolvimento que exclui os povos do campo.

Mulheres nas lutas camponesas no Ceará

A história da FETRAECE tem nos seus fragmentos a marca, a bravura, leveza e beleza da mulher. Seu toque firme, cuidadoso e politico abrilhantou e deu nova vida ao movimento sindical rural. Nesse contexto destacaram-se algumas mulheres camponesas.

Em Guaraciaba do Norte a camponesa Belinha do Vale destacou-se na liderança da organização da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas ao lado de seu esposo Ângelo Vale, na década de 1950. Em Itapajé, Ester Sales que, através de uma escola que dirigia e onde ensinava, saía convocando os camponeses para se organizarem na Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itapajé e para assistirem a reuniões sobre a Reforma Agrária, Sindicalização Rural e as reivindicações específicas dos camponeses. Em Aracati, Idelzuíte se destacou ao lado de Américo Silvestre, e foi eleita secretária da Associação dos Pequenos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Cabreiro – Aracati. Em Fortaleza, contavam com Maria Machado, tesoureira do Sindicato dos Trabalhadores de Fortaleza, que estava à frente das lutas desse sindicato, inclusive na invasão da Fazenda Estiva, nas proximidades de Fortaleza. Zuleica, secretária do Sindicato e que liderou os entendimentos entre o Sindicato e o Círculo Operário Católico de Jurema. Na Associação dos Pequenos Agricultores de Pajuçara, Maria Gonzaga, fez parte da diretoria e acompanhou as delegações daquela associação para as grandes concentrações camponesas que se realizaram em Fortaleza.

Ainda na década de 1990, mas precisamente em 1994, foi criado, em uma plenária (composta de mulheres e homens) estadual, realizada em Fortaleza, o coletivo estadual de mulheres da FETRAECE, vinculado à Secretaria de Formação e Organização Sindical, nesta ocasião foi eleita para coordenar politicamente o processo de organização e participação das mulheres, Raimunda Celestina de Mascena

(do municipio de independência) e como titular e Zélia Moura (do municipio de Farias Brito) sua suplente.

A partir deste momento, iniciou-se um processo de organização do coletivo estadual de mulheres da FETRAECE, composto por uma mulher representando a regional, na época a divisão geografica da FETRAECE era composta por 05 regionais. O coletivo de mulheres era vinculado diretamente a secretaria de formação e organização sindical.

Uma vez acertada a decisão politica de reconhecer o potencial aglutinador e articulador das mulheres no MSTTR, a FETRAECE caminhou a passos firmes na organização das Mulheres Trabalhadoras Rurais, e no 6º CETTR, em 2009, após diálogos politicos e coletivos, é criado e aprovado a Secretaria Estadual de Mulheres, substituindo a expressão coordenadora estadual por Secratária estadual, que assume a responsabilidade política de articular e coordenar as ações de gênero, mas também de acompanhar as ações políticas referentes às mulheres, propondo para as demais secretarias que compõem a Entidade, e para o conjunto do Movimento Sindical, sempre na perspectiva da construção de novas relações sociais de gênero e na Conquista da Igualdade entre mulheres e homens.

Nesse sentido, a Marcha das Margaridas, idealizada e realizada pelas mulheres e apoiada pelos homens do Movimento Sindical, deu mais visibilidade a força política e a capacidade organizativa das mulheres de se mobilizar com uma pauta qualificada e ampla que tem como preocupação, suprir as necessidades das mulheres e dialogar com as especificidades do campo brasileiro. Assim, citam-se aqui algumas delas, tais como a saúde pública, a moradia, a educação, os direitos previdenciários, os financiamentos agrícola, a assistência técnica.

A Marcha das Margaridas já está na sua 4ª edição, a ação acontece a cada três anos e, nesse intervalo, as Margaridas de todo o Brasil, continuam sua luta permanente pela construção de um mundo melhor, justo e igualitário.

Bárbara Feitosa, esposa de José Leandro e símbolo no Ceará da luta feminina no campo.
Foto: arquivo José Leandro

I Encontro de Trabalhadoras Rurais da FETRAECE, ano 2000.
Fonte: arquivo FETRAECE.

FETRAECE na Marcha das Margaridas em Brasília, 2011.
Fonte: arquivo FETRAECE.

8 de março em acampamento, Fazenda Uruanã, Chorozinho, 2006.
Foto: arquivo FETRAECE.

Bloco as Margaridas e os Cravos na atividade de mobilização da Marcha das Margaridas, Sobral, fevereiro de 2011.
Foto: arquivo FETRAECE.

Seminário da Marcha das Margaridas Nordeste, Fortaleza, março de 2011.
Foto: arquivo FETRAECE.

Projeto de inclusão produtiva de mulheres, Fortaleza, agosto de 2011.
Foto: arquivo FETRAECE.

Juventude Rural

Os jovens camponeses estão presentes na história de luta do movimento sindical desde a Ditadura Militar, quando muitos foram presos, torturados e mortos.

Na década de 1980, por exemplo, os jovens na região de Crateús se organizavam através da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) com apoio do bispo Dom Fragoso e da Igreja Católica capacitações para engajamento dos jovens na luta por democracia nos espaços e entidades como sindicatos e associações comunitárias.

Nessa década ainda assistimos a grandes lutas no campo por Reforma Agrária com a palavra de ordem "queremos terra para trabalhar", acesso à água e as campanhas de filiação de trabalhadores(as) rurais e criação das oposições sindicais que, com o apoio de ONGs (FASE, CETRA e ESPLAR) e da Igreja, afastaram vários interventores dos sindicatos rurais no interior do estado. Essas novas direções eram formadas por muitos jovens, embora não tivessem em seus discursos e práticas sindicais a identidade de jovem trabalhador(a) rural e sim de agricultor(a) ou lavrador(a).

Na década de 1990 a juventude rural enquanto segmento com identidade iniciou a construção da sua história no Movimento Sindical dos(as) Trabalhadores(as) Rurais com uma ideologia que incluía a sindicalização como instrumento de representação e mobilização da juventude no campo. A participação e a criatividade dessa categoria fortaleceu cada vez mais a luta por melhorias para os que vivem no campo. Cabe destacar que, nessa década, o movimento dos "Caras Pintadas", formado essencialmente por jovens, se fez presente, sendo um dos principais protagonistas do *Impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello.

Nesse período foi ampliada a ideia da importância da participação e filiação dos(as) jovens trabalhadores(as) rurais e a construção

de seu espaço na estrutura sindical através dos coletivos municipais de jovens trabalhadores(as) rurais.

O 1º Congresso da Juventude Rural foi realizado em 1994 no município de Tauá apoiado pelo Departamento Rural da CUT. A juventude rural cearense também marcou presença nas Romarias da Terra na região de Crateús e Inhamuns.

No 3º Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais em 1998 ficou decidido a criação do Coletivo Estadual de Jovens Trabalhadores(as) Rurais com o papel de mobilizar, organizar e fortalecer a organização da juventude rural em todo o estado. No 8º Congresso realizado em 2000, foi aprovada a mudança estatutária da Contag, Federações e STTRs criando a Secretaria Nacional, Estaduais e sindicais de juventude, com liberação do seu representante, orçamento e igualdade com outras secretarias. Em 2001, no 4º Congresso, as chapas inscritas para o mandado tinha um representante para o Coletivo Estadual de Mulheres Rurais e outro para o Coletivo Estadual de Jovens Trabalhadores(as) Rurais. Foi nesse período que ocorreu o **Consórcio Social da Juventude de Fortaleza e Região Metropolitana**, capacitando 160 jovens(as) em cursos de caráter profissionalizante como criação de aves caipiras, piscicultura e panificação com a Implantação de unidades produtivas de galinhas caipiras e piscicultura. Os municípios atendidos foram Caucaia, Pacajus, Itapipoca e São Gonçalo do Amarante.

Em parceria com o Sistema Contag (Confederação, Fetags e STTRs) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA foi criado em 2004 o **Programa Jovem Saber**, política interna do movimento sindical e espaço de formação para a Juventude Rural, unindo educação à distância e atividades presenciais para o fomento da organização juvenil. O curso se estrutura em 8 módulos formativos a partir de 3 eixos temáticos: Políticas Públicas, Gestão da Agricultura Familiar

e Desenvolvimento Rural Sustentável. Atualmente o estado tinha 522 grupos com mais de 4 mil jovens capacitados.

No seu 9º Congresso realizado em 2005, a juventude conseguiu um grande avanço na conquista de espaço dentro da estrutura sindical quando foi deliberada a cota de no mínimo 20% de jovens nas direções sindicais (Confederação, Federações e sindicatos).

Os Festivais Nacionais e Estaduais da Juventude Rural, experiência única realizada com os jovens trabalhadores (as) rurais no país passou a fazer parte da agenda do movimento sindical rural acontecendo a cada três anos por deliberação 9º **Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais,** realizado em março de 2009.

É na crescente participação da juventude no MSTTR que é atendida no ano de 2003 a reivindicação da pauta nacional com a criação da linha de crédito específica para a juventude dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF Jovem. Outro avanço foi a aprovação nas resoluções do 10º Congresso em 2005 da cota de 20% de jovens em todas as instâncias sindicais.

Outra ação importante desenvolvida pela Secretaria de Jovens Trabalhadores (as) Rurais (SJTTR) foi a criação do Consórcio Social da Juventude Rural – Rita Quadros. O Projeto foi promovido pela sistema CONTAG (Federação e STTRs), em parceria com o MDA/SRA e Ministério do Trabalho e Emprego em duas edições (2005 a 2008). O público atendido eram jovens rurais com idade entre 16 a 24 anos, agricultores (as) familiares com renda per capita de até meio salário mínimo em situação de desemprego no campo. Esse consórcio em sua primeira edição capacitou 226 jovens no Ceará, nas temáticas de meio ambiente, elevação da escolaridade, informática, desenvolvimento sustentável legislação trabalhista, criação de aves caipiras, beneficiamento de produtos derivados do trigo etc. Implantou uma padaria comunitária, uma unidade de apicultura, 6 unidades de produção de aves caipiras. Foram atendidos os seguintes municípios: Ita-

pipoca, Trairi, Pentecoste, Ipueiras, Massapê e Tianguá. Na segunda edição, o Consórcio contemplou 155 jovens rurais nos municípios de Massapê, Ipueiras e Tianguá.

A SJTTR, realiza quatro reuniões anuais do **Coletivo Estadual de Jovens da FETRAECE**, composto por 8 membros efetivos e 8 suplentes, representando 8 Regionais. A secretaria desenvolve também ações como membro do Conselho Estadual de Políticas Públicas para Juventude e do Coletivo Estadual de Juventude da CUT, Conselheira Pedagógico do ProJovem Campo, apoia e anima os coletivos ou conselhos municipais de juventude rural, os Conselhos Municipais de Juventude e os Comitês Territoriais de Juventude.

I Encontro da Juventude Rural do Estado do Ceará, 1994.
Foto: arquivo FETRAECE

Encontro Estadual de Jovens, 2005.
Foto: arquivo FETRAECE

Consórcio Juventude, 2006.
Foto: arquivo FETRAECE

Consórcio Juventude, 2006.
Foto: arquivo FETRAECE

5° Encontro de Jovens, 2008.
Foto: arquivo FETRAECE

Festival da Juventude Estadual, 2010.
Foto: arquivo FETRAECE

Festival da Juventude Estadual, 2010.
Foto: arquivo FETRAECE

6° Encontro de Jovens, junho de 2012.
Foto: arquivo FETRAECE

7. Fragmentos da Memória: *fotografias, jornais e documentos*

Nossa sede em Fotografias: Evolução em Meio Século

Quando foi fundada em 1963, a FETRAECE tinha como sede um imóvel situado na rua Barão do Rio Branco, 1516, Centro. Acima fotografia da década de 1940 que retrata como era a rua da primeira sede da federação.
Foto: Arquivo Nirez.

Acima, fotografia atual da mesma rua mostrada na foto anterior indicando a localização da primeira sede da FETRAECE. A imagem registrada em 2013, indica as mudanças na paisagem ao longo desses anos.
Foto: Helaine Matos.

Acima, fotografia aproximada da década de 1930, com destaque para a possível localização da primeira sede da FETRAECE, na rua Barão do Rio Branco.
Foto: Arquivo Nirez.

Fotografia tirada em 2013, com destaque para o imóvel onde se localizou a primeira sede da Federação.
Foto: Helaine Matos.

Em 1974 a diretoria da FETRAECE comprou um terreno localizado na rua Visconde do Rio Branco, bairro Joaquim Távora onde foi construída a atual sede da federação. A fotografia à esquerda retrata como era a rua da sede atual no período em que foi construída. Foto: Arquivo Nirez. Já a imagem à direita mostra a mesma rua Visconde do Rio Branco em 2013. Foto: Helaine Matos.

Sede atual da FETRAECE, na rua Visconde do Rio Branco, 2198, Joaquim Távora.
Foto: Helaine Matos.

Nossa Estrutura Física

A FETRAECE, foto à direita, conta atualmente com uma área de 1.692,94 m2.
Foto: Helaine Matos.

Sua estrutura contempla um alojamento com 22 apartamentos para 154 pessoas, ver imagem à esquerda.
Foto: Helaine Matos.

Além de sala para assessores e amplo estacionamento, ver imagem à direita.
Foto: Helaine Matos.

Manifestações

Passeata dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro do Norte nos anos 1970.
Foto: arquivo FETRAECE.

Mobilização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barbalha, na década de 1970.
Foto: arquivo FETRAECE.

Reunião no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mauriti com destaque para os trajes dos sindicalistas: paletós, camisas brancas e a imagem do presidente da república à época. Destaque para o ex-prefeito de Mauriti, Expedito de Oliveira Leite, quarto da esquerda para a direita.
Foto: arquivo FETRAECE.

Encontro de trabalhadores e trabalhadoras rurais no Sindicato de Martinópole.
Foto: arquivo FETRAECE.

Sindicalistas do STTR de Caucaia. Da direita para a esquerda: Francisco, segundo Macário, dirigentes do sindicato na época.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Manifestação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tianguá nos anos 1970.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Movimento dos Trabalhadores Rurais em Jardim na década de 1970. Destaque para a fotografia do presidente da República nas mãos dos agricultores, comum no período da Ditadura Militar.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Manifestação dos trabalhadores em 1970 com destaque para o uso do branco nas roupas.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Manifestação de trabalhadores nos anos 1970 com participação de uma mulher.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Encontro de sindicalistas no STTR de Russas na década de 1970.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Encontro de sindicalistas nos anos 1970, com destaque para a presença de João Felismino (o terceiro da esquerda para a direita) e Assis, (primeiro da direita para a esquerda), dirigente do sindicato de Barro.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Encontro de sindicalistas em Mauriti nos anos 1970. Destaque para as bicicletas muito utilizadas na época.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Reunião do STTR de Milagres no Clube Cultural, nos anos 1970.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pena-forte em marcha comemorativa à Independência do Brasil.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Mobilização do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Barbalha, na década de 1970.
Foto: arquivo FETRAECE.

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadora Rurais de Camocim em marcha nos anos 1970.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em capacitação no município de Crateús em outubro de 1973. Destaque para dona Maria de Jesus, ex-presidente do STTR de Crateús. Crispim do STTR de Nova Russas (o sexto da esquerda para direita) e Jonas Almeida (terceiro na segunda fila da direita para a esquerda), dirigente sindical do STTR de Monsenhor Tabosa.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Encontro do STTR de Mombaça. Durante décadas, a grande maioria dos trabalhadores rurais preferiram usar camisas na cor branca para compor os trajes da época. A foto tirada no dia 24 de junho de 1973 retrata essa característica do homem do campo.
Foto: arquivo FETRAECE.

Encontro de sindicalistas do STTR de Mombaça em 24 de junho 1973.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Sindicalistas de Mauriti reunidos em 1978. Com destaque para o presidente do STTR, Nilton Sobral (o terceiro da direita para a esquerda), o sindicalista José Acilio (de camisa estampada), e o padre Agemiro.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Evento dos Trabalhadores Rurais nos anos 1980 com destaque para a presença do ministro da Agricultura, Delfim Neto e o presidente da CONTAG, José Francisco (o terceiro da esquerda para a direita).
Fonte: arquivo FETRAECE.

Manifestação de trabalhadores e trabalhadoras rurais em Juazeiro do Norte nos anos 1980. Destaque para as presenças de Dom Fragoso e padre Maurício, no centro da foto.
Fonte: CPT-CE.

Reunião do conselho deliberativo da FETRAECE em janeiro de1992.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Homenagem a sindicalistas na comemoração dos 40 anos da FETRAECE, em 2003.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Sindicalistas reunidos na programação de 40 anos da federação, em 2003.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Festa de comemoração dos 40 anos de federação.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Ato público do Grito da Terra Brasil na praça do Ferreira, Fortaleza, em 2005.
Fonte: arquivo: FETRAECE.

Grito da Terra, 2005. Caminhada rumo à Secretaria de Agricultura do Ceará.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Ato público Grito da Terra, na avenida Bezerra de Menezes, Fortaleza, em 2005.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Grito da Terra, junho de 2005.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Reunião na Superintendência do Incra – Ceará, em negociação de pauta do Grito da Terra. Fortaleza, 2006.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Grito da Terra na Assembleia Legislativa do Ceará, em 2007.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Grito da Terra Brasil-Ceará, 2007.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Ato sobre a seca em Chorózinho, 2013.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Ato sobre a seca no Cariri, 2013.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Audiência com o governador Cid Gomes para tratar de assuntos referentes a seca de 2013.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Ato sobre a seca realizado em Sobral, 2013.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Programa de Assistência ao Trabalhador

Exemplo de cadeira odontológica utilizada na assistência dentária aos trabalhadores rurais nos anos 1970, pelo programa FUNRURAL.
Foto: arquivo FETRAECE.

Trabalhadores Rurais recebendo assistência dentária nos anos 1970 pelo FUNRURAL.
Foto: arquivo FETRAECE.

Fachada de sindicato nos anos 1970 com destaque para o programa FUNRURAL e a assistência odontológica oferecida na época pelos sindicatos.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Atletas camponeses atendidos pelo Programa Especial de Bolsa de Estudo (PEBE), em desfile comemorativo ao 7 de Setembro, na década de 1970.
Foto: Arquivo FETRAECE.

Bolsistas do PEBE no município de Caridade nos anos 1970.
Foto: arquivo FETRAECE.

Bolsistas do PEBE de Uruburetama. Detalhe para as bicicletas, meio de transporte comum na época.
Foto: arquivo FETRAECE.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caucaia em desfile comemorativo à Independência do Brasil com participação de bolsistas PEBE, década de 1970.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Jovens camponeses (as) de Itapajé assistidos pelo PEBE nos anos 1970.
Foto: arquivo FETRAECE.

Desfile de 7 de Setembro nos anos 1970 com destaque para a participação de jovens camponesas e cartazes dos programas de assistência ao trabalhador(a) existentes na época.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Encontros e Capacitações

I Encontro de Formação, 23 de julho de 2008.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Seminário de Agricultura Familiar resgatando as tradições, São Gonçalo do Amarante, 2 de abril de 2009.
Fonte: arquivo FETRAECE.

II Encontro Estadual de Formação Político Sindical, 14 de setembro de 2011.
Fonte: arquivo FETRAECE.

II Encontro Estadual de Formação Político Sindical, 16 de setembro de 2011.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Feiras

Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na I Feira Cearense de Agricultura Familiar (FECEAF).
Fonte: arquivo FETRAECE.

Participação de agricultores (as) na II FECEAF, realizada em julho de 2009.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Abertura da V FECEAF, abril de 2012.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Congressos

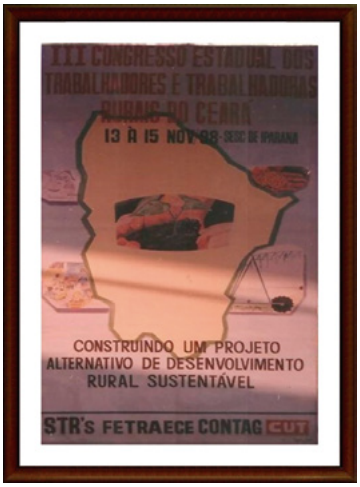
A FETRAECE participou do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais que aconteceu em Brasília, em 1973.
Fonte: arquivo FETRAECE.

A FETRAECE participou do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais que aconteceu em Brasília, em 1973.
Fonte: arquivo FETRAECE.

6º Congresso Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, 2009.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Cartazes

Campanhas:



3ª Feira Estadual
de Produtos da
Agricultura Familiar e da
Sócioeconomia Solidária
Fortalecendo o Projeto
Alternativo de
Desenvolvimento
Rural Sustentável
Solidário
raízes
FETRAECE
STRs

X
EXPROAF
De 03 a 06
de Junho
de 2010
Exposição dos Produtos da
Agricultura Familiar do Cariri
Produtos agrícolas, artesanato, pequenos animais,
shows folclóricos, seminários de agricultura,
artistas regionais e comidas típicas.
Parque de Exposição
Pedro Felício Cavalcante / Crato - CE
Realização:
Apoio:

1° Feira da Agricultura Familiar
Dias 25, 26 e 27 de Junho na praça Edward Silveira
Morrinhos - CE

SINDICATO DOS TRABALHADORES E
TRABALHADORAS RURAIS DE IPUEIRAS
IV Feira da Agricultura Familiar
PARTICIPE!
DIA 23 DE JULHO DE 2010
em Frente o Sindicato
FORTALEÇA A AGRICULTURA FAMILIAR DO NOSSO MUNICÍPIO
REALIZAÇÃO:
APOIO:
Emateace
Evaltec
Projetinha
Fernando Monte
9017.2182
Posto
Kanto do Petróleo

I Feira da Agricultura
Familiar de Cruz
28 DE JULHO DE 2010
Mercado do Produtor de Cruz
A PARTIR DAS 7:00HS AO LADO DO TERMINAL RODOVIÁRIO
Informações:
(88) 3660.1341
str_cruz@hotmail.com
Apoio:
Banca do Nordeste
CRUZ

1ª FEIRA DA
AGRICULTURA FAMILIAR
DE TAUÁ
DIAS 6 E 7 DE MAIO DE 2011
NO PARQUE DA CIDADE
PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR
EXPOSIÇÃO
OFICINAS
PALESTRA
COZINHA DO SERTÃO
ATRAÇÕES CULTURAIS
Informações: (88) 3437-1362 ou 9606-0281
Realização:
Sindicato dos
Trabalhadores e Trabalhadoras
Rurais de Tauá
Patrocínio:
CONTAG
Apoio:

Exposição dos Produtos da Agricultura Familiar do Cariri
XI EXPROAF

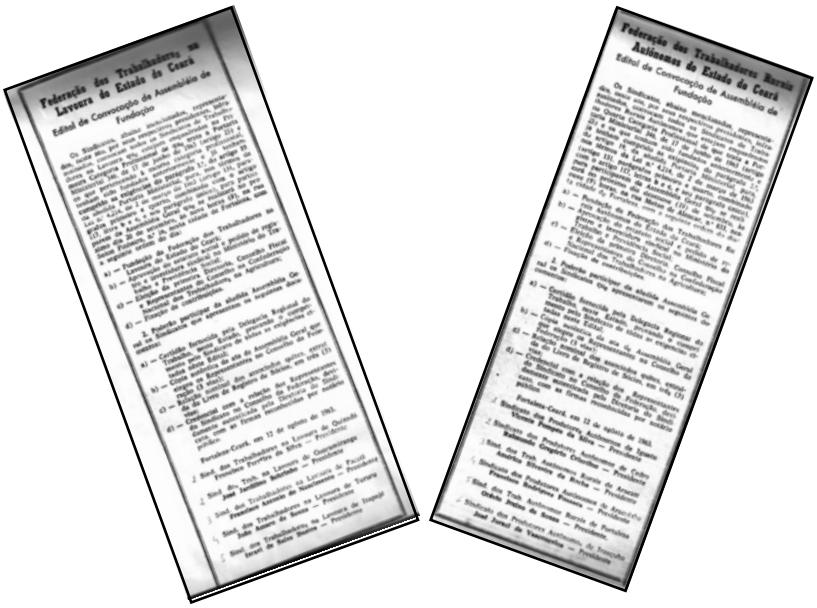
FEIRA AGROECOLÓGICA
DO SÍTIO SÃO VICENTE
5 ANOS
Dias 02 e 03
de Julho de 2011
Sítio São Vicente - Sede Rural
Várzea Alegre - CE
Exposição dos Produtos da Agricultura Familiar,
pequenos animais, flores, plantas ornamentais,
artesanatos, comidas típicas, show's com artistas
regionais.
ATRAÇÕES
PARCEIROS

Feira da Agricultura Familiar
"Plantando Esperanças - Colhendo Sonhos"
Realização
Apoio

Feiras:

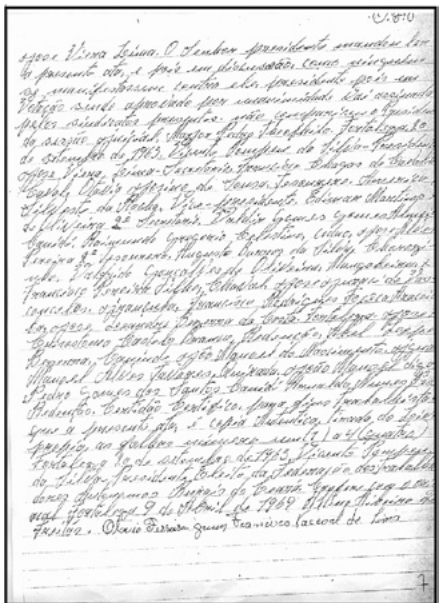
Evento das Mulheres

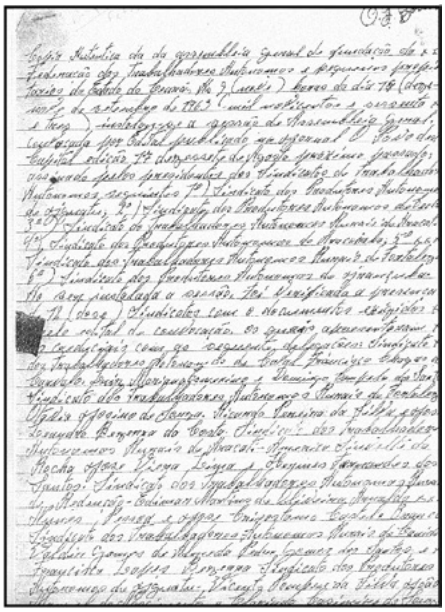
Documentos


Federação dos Trabalhadores na Lavoura do Estado do Ceará
Edital de Convocação da Assembléia de Fundação

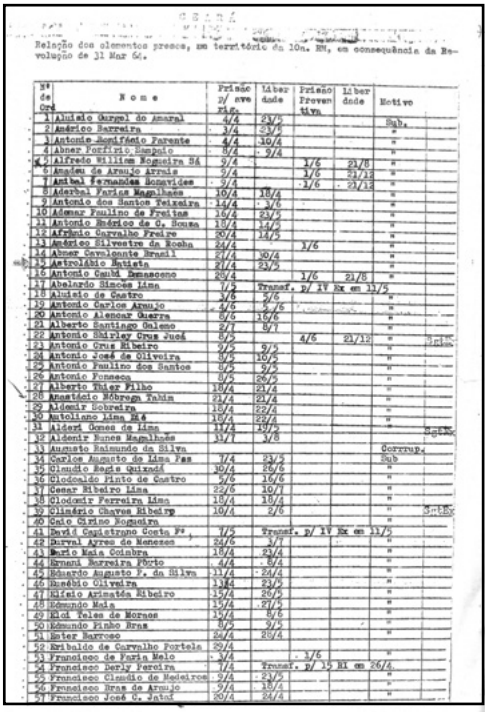
Federação dos Trabalhadores Rurais Autônomos do Estado do Ceará
Edital de Convocação da Assembléia de Fundação

Editais de convocação para assembleia de fundação da FETRAECE, em 12 de agosto de 1963. Fonte: arquivo FETRAECE.



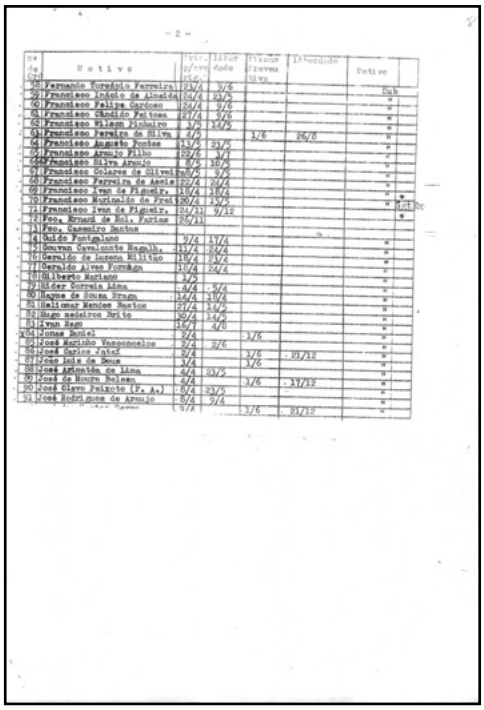


Acima parte da ata de fundação da FETRAECE, dando conta das pessoas presentes e sindicatos que participaram da votação.
Fonte: arquivo FETRAECE.



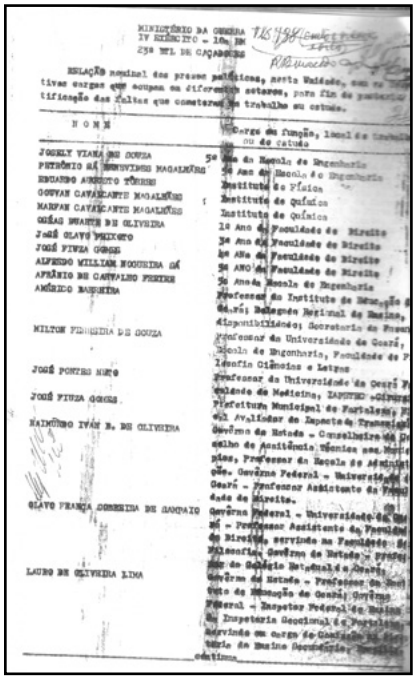
Relação dos elementos presos, em território do 10o. RM, em consequência da Revolução de 31 Mar 64.

Nº de Ord	Nome	Prisão p/ svo Rio	Liberdade	Prisão Proven Alva	Liberdade	Motivo
1	Aluísio Gurgel do Amaral	4/4	23/5			Sub.
2	Andérico Barreira	3/4	23/5			"
3	Antonio Benfício Farente	4/4	30/4			"
4	Abner Portirio Sampaio	8/4	5/4			"
5	Alfredo William Nogueira Sá	5/4		1/6	21/8	"
6	Anadeu de Araujo Arruda	5/4		1/6	21/12	"
7	Anibal Fernandes Gonçalves	5/4		1/6	21/12	"
8	Aderbal Farias Magalhães	10/4	18/4			"
9	Antonio dos Santos Teixeira	14/4	3/6			"
10	Adenar Paulino de Freitas	16/4	23/5			"
11	Antonio Benício de C. Souza	10/4	14/5			"
12	Afrânio Carvalho Freire	20/4	14/5			"
13	Andérico Silvestre da Rocha	24/4		1/6		"
14	Abner Cavalcante Brasil	20/4	30/4			"
15	Astrolábio Batista	21/4	23/5			"
16	Antonio Cauhê Damasceno	28/4		1/6	21/8	"
17	Abelardo Simões Lima	7/5	Transf. p/ IV Rx em 11/5			
18	Alcides de Castro	1/6	5/6			"
19	Antonio Carlos Araujo	4/6	5/6			"
20	Antonio Alencar Guerra	8/6	16/6			"
21	Alberto Santiago Galeno	8/7	8/7			"
22	Antonio Shirley Cruz Judá	8/5		4/6	21/12	"
23	Antonio Cruz Ribeiro	9/5	9/5			"
24	Antonio José de Oliveira	8/5	10/5			"
25	Antonio Paulino dos Santos	8/5	9/5			"
26	Antonio Fonseca	8/5	26/5			"
27	Alberto Thier Filho	18/4	21/4			"
28	Anastácio Nóbrega Tahim	21/4	21/4			"
29	Aldemir Sobreira	18/4	22/4			"
30	Antoliano Lima Rêg	18/4	26/4			"
31	Aldezi Gomes de Lima	11/4	19/5			"
32	Aldenir Bunes Magalhães	31/7	3/8			
33	Aucusto Raimundo da Silva					Corrup.
34	Carlos Augusto do Lima Paz	7/4	23/5			Sub
35	Claudio Regis Quixadá	30/4	26/6			"
36	Clodoaldo Pinto de Castro	5/6	16/6			"
37	Cesar Ribeiro Lima	22/6	10/7			"
38	Clodomir Ferreira Lima	18/4	18/4			"
39	Climério Chaves Ribeiro	10/4	2/6			"
40	Caio Cirino Nogueira					"
41	David Capistrano Costa Fº	7/5	Transf. p/ IV Rx em 11/5			"
42	Durval Ayres de Menezes	24/6	3/7			"
43	Durio Maia Coimbra	18/4	23/4			"
44	Ernani Barreira Porto	4/4	8/4			"
45	Eduardo Augusto F. da Silva	11/4	24/4			"
46	Benêbio Oliveira	13/4	23/5			"
47	Elísio Arimatéa Ribeiro	15/4	26/5			"
48	Edmundo Maia	15/4	27/5			"
49	Eliel Teles de Moraes	13/5	8/6			"
50	Edmundo Pinho Braz	8/5	9/5			"
51	Ester Barroso	26/4	26/4			"
52	Erisbaldo de Carvalho Portela	29/4				"
53	Francisco de Faria Melo	3/4		1/6		"
54	Francisco Derly Pereira	7/4	Transf. p/ 15 RI em 26/4			
55	Francisco Cláudio de Medeiros	9/4	23/5			"
56	Francisco Braz de Araujo	9/4	18/4			"
57	Francisco José G. Jatuí	20/4	24/4			"



Nº de Ord	Motivo	Prisão p/ svo Rio	Liberdade	Prisão Proven Alva	Liberdade	Motivo
58	Fernando Furegato Ferreira	12/4	3/6			Sub
59	Francisco Inácio de Aguiar	14/4	23/5			"
60	Francisco Felipe Cardoso	12/4	9/6			"
61	Francisco Claudio Feitosa	23/4	9/6			"
62	Francisco Wilson Pinheiro	1/5	15/5			"
63	Francisco Ferreira da Silva	4/5		1/6	26/8	"
64	Francisco Augusto Pontes	13/4	23/5			"
65	Francisco Araujo Filho	22/6	3/7			"
66	Francisco Silva Araujo	8/5	26/5			"
67	Francisco Colares de Oliveira	28/5	3/6			"
68	Francisco Ferreira de Assis	22/4	22/4			"
69	Francisco Ivan de Figueiro.	18/4	18/4			"
70	Francisco Morinaldo de Freitas	20/4	15/5			" Sub Rx
71	Francisco Ivan de Figueiro.	20/11	9/12			"
72	Fco. Arnaud de Mol. Farias	26/11				"
73	Fco. Casemiro Santos					
74	Guido Fortigiano	3/4	17/4			"
75	Gouvan Cavalcante Magalh.	11/4	26/4			"
76	Geraldo de Lucena Militão	18/4	21/4			"
77	Geraldo Alves Formiga	17/4	24/4			"
78	Gilberto Mariano	1/5				"
79	Hider Correia Lima	4/4	3/4			"
80	Hagne de Sousa Braga	14/4	19/4			"
81	Haldemar Mendes Santos	21/4	14/5			"
82	Hugo Medeiros Brito	26/4	14/5			"
83	Ivan Rego	16/7	4/8			"
84	Jones Santel	3/4		1/6		"
85	José Marinho Vasconcelos	3/4	3/6			"
86	José Capiro Jatuí	3/4		1/6	21/12	"
87	João Luiz de Souza	3/4		1/6		"
88	José Arimatéa de Lima	4/4	23/5			"
89	José de Moura Beleza	3/4		1/6	21/12	"
90	José Olavo Feitosa (F. Av.)	3/4	23/5			"
91	José Rodrigues de Araujo	3/4	9/4			"
		3/4		1/6	21/12	"

Lista de presos no Ceará no decorrer do mês de abril de 1964.
Fonte: arquivos Anistia 64/68 Ceará.



MINISTÉRIO DA GUERRA
IV EXÉRCITO - 10o. RM
25º RI DE CAÇADORES

RELAÇÃO nominal dos presos políticos, nesta Unidade, com as respectivas cargas que ocupam em diferentes setores, para fim de punição e tipificação das faltas que cometeram no trabalho ou estudo.

NOME	Cargo ou função, local de trabalho ou de estudo
JOSENLY VIANA DE SOUZA	5º Ano da Escola de Engenharia
PETRÔNIO SÁ BENEVIDES MAGALHÃES	5º Ano da Escola de Engenharia
EDUARDO AUGUSTO TÔRRES	Instituto de Física
GOUVAN CAVALCANTE MAGALHÃES	Instituto de Química
MARPAN CAVALCANTE MAGALHÃES	Instituto de Química
GUÍAS BRANTES DE OLIVEIRA	1º Ano da Faculdade de Direito
JOSÉ OLAVO FREIXEIRO	3º Ano da Faculdade de Direito
JOSÉ FIUZA GOMES	4º Ano da Faculdade de Direito
ALFREDO WILLIAM NOGUEIRA SÁ	5º ANO da Faculdade de Direito
AFRÂNIO DE CARVALHO FERREIRA	5º Ano da Escola de Engenharia
AMÉRICO BARBOSA	Professor do Instituto de Educação do Ceará; Delegado Regional do Ensino, disponibilidade; Secretário da Fazenda
MILTON FERREIRA DE SOUZA	Professor da Universidade do Ceará, Escola de Engenharia, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras
JOSÉ PONTES NETO	Professor da Universidade do Ceará Faculdade de Medicina, IAPETEC - Cirurgião
JOSÉ FIUZA GOMES	Prefeitura Municipal de Fortaleza, Fiscal Avaliador de Impostos Transmissão
RAIMUNDO IVAN B. DE OLIVEIRA	Governo do Estado - Conselheiro da Junta Consultiva de Assistência Técnica aos Municípios, Professor da Escola de Administração. Governo Federal - Universidade do Ceará - Professor Assistente da Faculdade de Direito.
OLAVO FRANÇA CORREIA DE SAMPAIO	Governo Federal - Universidade do Ceará - Professor Assistente da Faculdade de Direito, servindo na Faculdade de Filosofia. Governo do Estado - Professor do Colégio Estadual do Ceará.
LAURO DE OLIVEIRA LIMA	Governo do Estado - Professor do Instituto de Educação do Ceará; Governo Federal - Inspetor Federal de Ensino, Inspetoria Geodésica e Portuária servindo em carga de Contador da Delegacia de Ensino Secundário, Faculdade continua

Relação de presos políticos no Ceará durante o período da Ditadura Militar, de acordo com o cargo que exerciam na época. Destaque para o nome do advogado Olavo França Sobreira Sampaio que exerceu a função de Delegado Regional do Trabalho atuando expressivamente no processo de sindicalização rural no interior do estado.
Fonte: arquivos Anistia 64/68 Ceará.

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DE POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

OF. N.º [redacted]

ATIVIDADES SUBVERSIVAS

DE AMADEU DE ARAÚJO ARRAIS

É elemento perigoso. Atúa principalmente nos meios sindicais, rurais e operarios. Pessôa de destaque no Pacto Sindical. Como Deputado dá cobertura aos vermelhos quer comparecendo a comícios, passeatas, concentrações, quer requerendo permissão para citados movimentos.

1/4/63 - Juntamente com José Jatahí, Blanchar Girão, José Leandro, Tarcísio Leitão, José Maria Barros Pinho, José Ferreira, tomou parte numa passeata que terminou com uma concentração na Praça José de Alencar, onde usou da palavra enaltecendo a data e defendendo as Reformas de Base.

13/6/63 - Tomou parte numa passeata do Pacto Sindical, juntamente com José dos Santos Serra, Tarcísio Leitão, Luciano Barreira, José Maria de Barros Pinho, Hermenegildo Barroso, pelas Reformas de Base, contra os latifundiários, os imperialistas e os trustes norte-americanos.

12/11/63 - Falou na União dos Ferroviários, por ocasião da abertura do 1º Encontro dos Ferroviários Norte-Nordeste do Brasil. Discursou sobre as Reformas de Base e trustes norte-americanos e a exploração do homem pelo homem e outros assuntos já pisados e repisados. Tomaram parte, ainda, os vermelhos Anibal Bonavides, José Jatahí, Francisco Pereira, Tarcísio Leitão, José Leandro e José Maria Barros Pinho.

21/11/63 - Esteve reunido no escritorio de Anibal Bonavides, no 3º andar - sala 301. da Casa do Jornalista, juntamente com Blanchar Girão, José Fiuza Gomes, Tarcísio Leitão, Luciano Barreira, José Jatahí, José Leandro, tratando de assunto relacionado com a chegado do Governador Miguel Arrais, de Pernambuco a esta Capital.

(2 - Amadeu - Continuação)

30/1/64 - Juntamente com Anibal Bonavides, Olavo Sampaio, José Jatahí, Tarcísio Leitão, Raimundo Ivan e José Fiuza Gomes, tomou parte no comício da FALTAC no bairro de Padre Andrade, com o pretesto de distribuir terras aos pobres daquele bairro.

10/4/64 - Nesta data teve seu mandato cassado pela Assembléa Legislativa do Estado do Ceará, tendo sido preso e conduzido ao Q.G. da 10ª R.M. e posteriormente transferido para o 23º B.C., onde foi identificado criminalmente pelo Instituto de Identificação da SPSP, por exercer atividades subversivas.

23/5/64 - Nesta data foi posto em liberdade.

3/6/64 - Nesta data foi preso em virtude de ter sido decretada sua prisão preventiva.

Secção de Investigações e Segurança Política da Delegacia de Ordem Política e Social, em Fortaleza, 13 de agosto de 1964.

Aluísio Figueiredo Gomes - Chefe da Secção

VISTO: José Maria Catunda-Delegado de Ordem Política e Social

NOME .....A M A D E U .... A R R A I S.....

FUNÇÃO .....Ex-Deputado Estadual.....

1 - PARTICIPOU, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DA INTEGRAÇÃO DA FRENTE ESTUDANTIL-OPERÁRIO-CAMPONESA

2 - PARTICIPOU, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DA INTEGRAÇÃO DO ESQUEMA COMUNO-SINDICALISTA - Fls. 185.

3 - LIGOU-SE AO PCB, COOPERANDO COM AQUELE PARTIDO POR INTERMÉDIO DE SERVIÇOS, FUNÇÕES OU QUALQUER ESPÉCIE DE COLABORAÇÃO, NO PROCESSO DE COMUNIZAÇÃO DO BRASIL

4 - MANIFESTAÇÕES SUBVERSIVAS, COMO DIRIGENTE DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL, DE ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, LÍDER POPULAR OU ESTUDANTIL, PARLAMENTAR

5 - FEZ PROPAGANDA SUBVERSIVA

6 - ELEMENTO DE DIREÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA

7 - ELEMENTO QUE PERTENCE AO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, SEM CONTUDO PERTENCER A SEUS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO

8 - ELEMENTO QUE JÁ PERTENCEU AO PARTIDO COMUNISTA

9 - PARTICIPOU DA PRÁTICA DE DESORDEM, CAUSANDO DANOS MATERIAIS, COM O FIM DE ATENTAR CONTRA A SEGURANÇA

10 - PARTICIPOU DE GREVES PARA PARALIZAÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS E PÚBLICOS

11 - FEZ PROSELITISMO COMUNISTA

12 - INTEGROU A FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR

13 - PARTICIPOU DE ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS (EXCETO A FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR)

ENQUADRAMENTO CRIMINAL: - JÁ PRESO PREVENTIVAMENTE, PELO 1º I P M.

Documentos da Secretaria de Polícia e Segurança Pública do Ceará que listam as atividades do advogado Amadeu Arraes classificadas como “subversivas” e que resultaram em sua prisão na década de 1960.

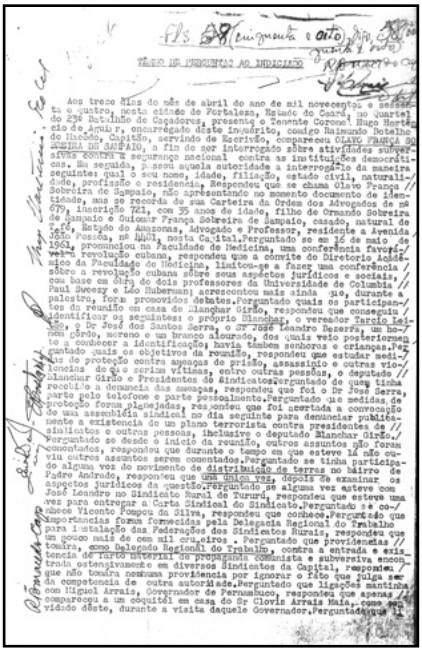
- XXI -

27. OLAVO FRANÇA SOBREIRA DE SAMPAIO, brasileiro, casado, com 35 anos de idade, advogado, filho de Ormando Sobreira de Sampaio e Guiomar França Sobreira de Sampaio, residente na Avenida João Pessoa, 4401. É natural da cidade de Tefé, Estado de Amazonas. Prestou seu depoimento às fls. 58, onde confessa que pronunciou conferência pró-Cuba, na Faculdade de Medicina, que esteve na casa do denunciado Blanchar Girão, juntamente com os Sargentos Aldery e Waldemar, na tentativa que fizeram de incitamento à indisciplina. Nesse seu depoimento, confessa ainda que acompanhou o líder comunista José Leandro a Tururu, onde fez entrega da Carta Sindical do Sindicato Rural local. O que ficou devidamente provado foi que tais sindicatos rurais foram organizados unicamente para provocarem desintelligência entre camponeses e donos de terra, a fim de que, semeada essa discórdia, o comunismo medrasse com mais rapidez e facilidade. E por que Olavo Sampaio se fez acompanhar a Tururu de um líder comunista? Confessa a subvenção dada pela Delegacia Regional do Trabalho para a fundação dêsses sindicatos. É claro que tais fundações são legais. Contudo, os comunistas esperariam muito da boa vontade, da tão decantada ingenuidade dos brasileiros, se conseguissem que se dê conhecesse a forma subversiva pela qual eram feitas tais instalações. A presença de comunista, e comunista foragido, com um brilhante passado subversivo, diz tudo. Diz que conhece também Vicente Pompeu de Souza, comunista notório do Ipiatu, também indiciado neste IPM. Confessa no mesmo depoimento que esteve duas vezes no Sindicato de Ladeira Grande (fls.59). Também em companhia de outros comunistas. Além de José Leandro, confessa que foi a Ladeira Grande em companhia de Blanchar Girão e Anibal Bonavides. A Cidade de Fortaleza conhece seus democratas, conhece os filhos que lutaram pelas liberdades. Conhece os que se insurgiram contra o calamitoso estado de coisas do último governo. Interessante é que a presença de nenhuma dessas pessoas é assinalada pelo Dr. Olavo Sampaio. Comunistas. Só comunistas. Às fls. 135, temos as declarações de Nazareno de Souza, através das quais temos conhecimento de que Olavo Sampaio teria procurado provocar animosidades entre os trabalhadores e as classes armadas, discursando, no dia 28.3.64, numa reunião promovida pela organização comunista Frente de Mobilização Popular, no Sindicato dos Ferroviários. Disse então Olavo Sampaio que "... alguns oficiais da 10a. R.M. poderiam invadir seus lares...". Às fls. 201 vemos a defesa que o comunista faz do Dr. Olavo Sampaio, para que o mesmo permanecesse à

- XXII -

frente da Delegacia Regional do Trabalho em Fortaleza. Diz Satahy: "... resumindo, o Dr. é um bom comunista...". Conforme documentos de fls. 242 e 283, constata-se que na reunião do Pac to Sindical, de dia 28.3.64, Olavo Sampaio "---convoca o povo à revolução mandando-o pegar em armas..." Essa nota vem confirma o depoimento do denunciado comunista William Nogueira de Sá, de fls. 27, cujo primeiro nome é Alfredo, de que "... o Dr. Olavo Sampaio, de certa feita numa reunião sindical concitou os presentes a se organizarem e pegarem em armas...". Participou diretamente da comunização dos sindicatos, fls. 26, 27, 50/51, 54, 60, 191, 201 e anexos 1A-10, 1A-31 e 1A-32. Tomou parte em manifestações subversivas, conforme declarações de fls. 27, 59, 87, 138, 172, 242. Integrou a Frente de Mobilização Popular, conforme declarações de fls.53, 110 e 175. Acredito que o denunciado Olavo Sampaio, intimamente não seja comunista; acredito que haja sido nomeado para o cargo de Delegado Regional do Trabalho, em virtude de ser amigo de infância do então Ministro do Trabalho Almino Afonso. Porém, que colaborou de forma eficaz com os comunistas, na tentativa que os mesmos faziam para a mudança de nosso regime, é fato incontestável, devidamente provado nos autos. Mesmo, tendo como motivo para assim agir, unicamente, o interesse de permanecer naquele cargo, não fica isento das penalidades da Lei, que estabelece em seu artigo 75: "Quem de qualquer modo concorre para o crime, incide nas penas a êste cominadas" (CPM). E o concurso de Olavo Sampaio foi sujo profundo, muito evidente, muito necessário aos comunistas, para que seja desconhecido.

28. OSWALDO EVANDRO CARNEIRO MARTINS, casado, brasileiro, com 42 anos de idade, Professor da Escola de Agronomia, natural de Fortaleza, onde reside à rua Guilherme Rocha, 1072. À primeira vista, parece que êste denunciado esteve alheio à tentativa que os comunistas fizeram para mudar nosso regime. Examinando-se, porém, seu depoimento de fls.238, onde confessa sua simpatia pelas doutrinas marxistas, bem como outros documentos, chega-se à conclusão de que o denunciado Evandro Carneiro estava perfeitamente entrosado no partido comunista do Ceará, trabalhando pela bolchevização do Brasil. Assim é que os documentos que constituem os anexos 2A-5, 2A-9, 2A-15, 2A-29, atestam seu trabalho pelo comitê estadual do Ceará. Em seu depoimento de fls. 238, êste denunciado nega fazer parte do PCB. Seria muito exigir sua confirmação. Também não é necessário. Esta achase perfeitamente delineada, quando Evandro não nega conhecer os líderes comunistas locais, justificando suas lega-



TÊRMO DE PERGUNTAS AO INDICIADO

Aos treze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, no Quartel do 23º Batalhão de Caçadores, presente o Tenente Coronel Hugo Hortélio de Andrade, encarregado dêste inquérito, comigo Raimundo Botelho de Medeiros, Capitão, servindo de Escrivão, compareceu OLAVO FRANÇA SOBREIRA DE SAMPAIO, a fim de ser interrogado sôbre atividades subversivas contra a segurança nacional contra as instituições democráticas. Em seguida, passou aquela autoridade a interrogá-lo da maneira seguinte: qual o seu nome, idade, filiação, estado civil, naturalidade, profissão e residência. Respondeu que se chama Olavo França Sobreira de Sampaio, não apresentando no momento documento de identidade, mas só recorda de sua Carteira da Ordem dos Advogados de nº 679, inscrição 721, com 35 anos de idade, filho de Ormando Sobreira de Sampaio e Guiomar França Sobreira de Sampaio, casado, natural de Tefé, Estado de Amazonas, Advogado e Professor, residente à Avenida João Pessôa, nº 4401, nesta Capital. Perguntado se em 16 de maio de 1962, pronunciou na Faculdade de Medicina, uma conferência favorável à revolução cubana, respondeu que a convite do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina, limitou-se a fazer uma conferência sôbre a revolução cubana sôbre seus aspectos jurídicos e sociais, com base em obra de dois professores da Universidade de Columbia, Paul Sweezy e Leo Huberman; acrescentou mais ainda que, durante a palestra, foram promovidos debates. Perguntado quais os participantes da reunião em casa de Blanchar Girão, respondeu que conseguiu identificar os seguintes: o próprio Blanchar, o vereador Tarcilo Leitão, o Dr José dos Santos Serra, o Dr José Leandro Bezerra, um homem gordo, moreno e um branco alourado, dos quais veio posteriormente a conhecer a identificação; havia também senhoras e crianças. Perguntado quais os objetivos da reunião, respondeu que estudar medidas de proteção contra ameaças de prisão, assassínio e outras violências de que seriam vítimas, entre outras pessôas, o deputado Blanchar Girão e Presidentes de Sindicatos. Perguntado de quem tinha recebido a denuncia das ameaças, respondeu que foi o Dr José Serra, parte pelo telefone e parte pessoalmente. Perguntado que medidas de proteção foram planejadas, respondeu que foi aventada a convocação de uma assembléia sindical no dia seguinte para denunciar publicamente a existencia de um plano terrorista contra presidentes de sindicatos e outras pessoas, inclusive o deputado Blanchar Girão. Perguntado se desde o início da reunião, outros assuntos não foram comentados, respondeu que durante o tempo em que esteve lá não havia outros assuntos serem comentados. Perguntado se tinha participado alguma vez do movimento de distribuição de terras no bairro de Padre Andrade, respondeu que uma única vez, depois de examinar os aspectos jurídicos da questão. Perguntado se alguma vez esteve com José Leandro no Sindicato Rural de Tururu, respondeu que esteve uma vez para entregar a Carta Sindical do Sindicato. Perguntado se conhece Vicente Pompeu de Silva, respondeu que conhece. Perguntado que importâncias foram fornecidas pela Delegacia Regional do Trabalho para a instalação das Federações dos Sindicatos Rurais, respondeu que um pouco mais de cem mil cruzeiros. Perguntado que providencias tomara, como Delegado Regional do Trabalho, contra a entrada e existencia de turco internacionais propaganda comunista e subversiva encontradas ostensivamente em diversos Sindicatos da Capital, respondeu que não tomara nenhuma providencia por ignorar o fato que julga ser da competencia de outra autoridade. Perguntado que ligações mantinha com Miguel Arraes, Governador de Pernambuco, respondeu que apenas se comprazia a um coquitel em casa do Sr Clovis Arraes Maia, como convidado dêste, durante a visita daquele Governador. Perguntado que

Depoimento e termo de perguntas feitas ao advogado Olavo Sampaio no dia 14 de abril de 1964 quando foi interrogado em razão de suas atividades a favor da sindicalização rural.
Fonte: arquivos Anistia 64/68 Ceará.

NOME ..... JOSÉ LEANDRO BEZERRA COSTA

FUNÇÃO ..... Sem profissão

1 - PARTICIPOU, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DA INTEGRAÇÃO DA FRENTE ESTUDANTIL-OPERÁRIO-CAMPONESA - Fls. 228 - Anéxo I (nº 1), nº 5 e nº 14.

2 - PARTICIPOU, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DA INTEGRAÇÃO DO ESQUEMA COMUNO-SINDICALISTA

3 - LIGOU-SE AO PCB, COOPERANDO COM AQUELE PARTIDO POR INTERMÉDIO DE SERVIÇOS, FUNÇÕES OU QUALQUER ESPÉCIE DE COLABORAÇÃO, NO PROCESSO DE COMUNIZAÇÃO DO BRASIL - Anéxo I (ns. 2, 3, 4, e 14).

4 - MANIFESTAÇÕES SUBVERSIVAS, COMO DIRIGENTE DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL, DE ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, LÍDER POPULAR OU ESTUDANTIL, PARLAMENTAR

5 - FEZ PROPAGANDA SUBVERSIVA

6 - ELEMENTO DE DIREÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA

7 - ELEMENTO QUE PERTENCE AO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, SEM CONTUDO PERTENCER A SEUS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO - Anéxo I (nº 5).

8 - ELEMENTO QUE JÁ PERTENCEU AO PARTIDO COMUNISTA

9 - PARTICIPOU DA PRÁTICA DE DESORDEM, CAUSANDO DANOS MATERIAIS, COM O FIM DE ATENTAR CONTRA A SEGURANÇA

10 - PARTICIPOU DE GREVES PARA PARALIZAÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS E PÚBLICOS

11 - FEZ PROSELITISMO COMUNISTA

12 - INTEGROU A FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR

13 - PARTICIPOU DE ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS (EXCETO A FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR)

ENQUADRAMENTO CRIMINAL: - JÁ COM PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA, PORÉM FORAGIDO.

NOME ..... VICENTE POMPEU DE SOUZA

FUNÇÃO .....

1 - PARTICIPOU, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DA INTEGRAÇÃO DA FRENTE ESTUDANTIL-OPERÁRIO-CAMPONESA - Anéxo I, ns. 5 e 16.

2 - PARTICIPOU, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DA INTEGRAÇÃO DO ESQUEMA COMUNO-SINDICALISTA

3 - LIGOU-SE AO PCB, COOPERANDO COM AQUELE PARTIDO POR INTERMÉDIO DE SERVIÇOS, FUNÇÕES OU QUALQUER ESPÉCIE DE COLABORAÇÃO, NO PROCESSO DE COMUNIZAÇÃO DO BRASIL

4 - MANIFESTAÇÕES SUBVERSIVAS, COMO DIRIGENTE DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL, DE ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, LÍDER POPULAR OU ESTUDANTIL, PARLAMENTAR

5 - FEZ PROPAGANDA SUBVERSIVA

6 - ELEMENTO DE DIREÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA

7 - ELEMENTO QUE PERTENCE AO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, SEM CONTUDO PERTENCER A SEUS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO - Anéxo I, nº 5.

8 - ELEMENTO QUE JÁ PERTENCEU AO PARTIDO COMUNISTA

9 - PARTICIPOU DA PRÁTICA DE DESORDEM, CAUSANDO DANOS MATERIAIS, COM O FIM DE ATENTAR CONTRA A SEGURANÇA

10 - PARTICIPOU DE GREVES PARA PARALIZAÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS E PÚBLICOS

11 - FEZ PROSELITISMO COMUNISTA

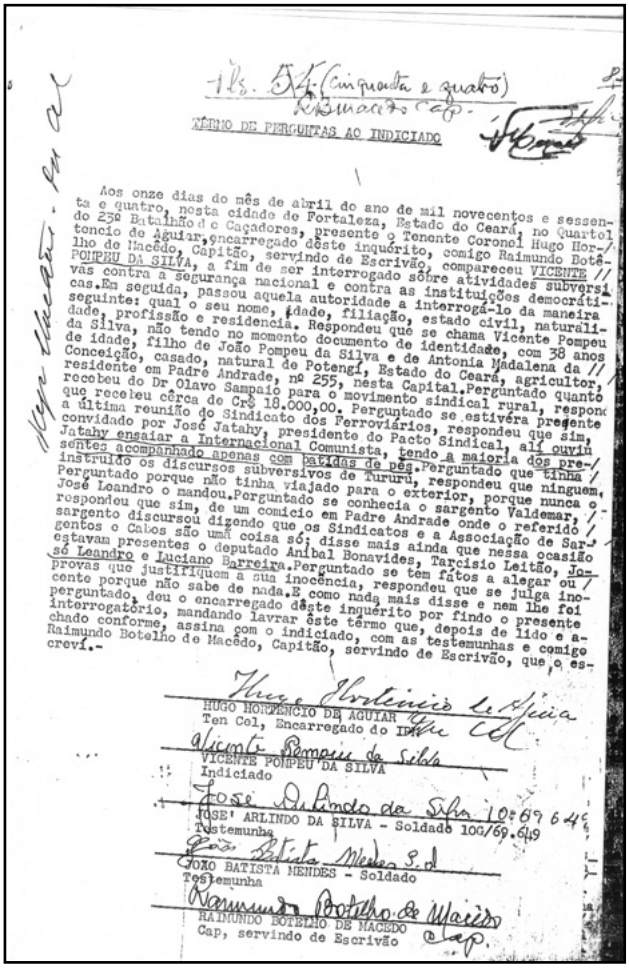
12 - INTEGROU A FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR

13 - PARTICIPOU DE ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS (EXCETO A FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR)

ENQUADRAMENTO CRIMINAL: - ARTS.10 e 12, DA LEI Nº 1.802, de 5.JAN.53.

OBS.- NO 1º IPM JÁ CONSTA COMO TENDO FEITO AGITAÇÃO RURAL E SINDICAL.

Folhas de Enquadramento Criminal dos agricultores e sindicalistas José Leandro e Vicente Pompeu, presos durante a Ditadura Militar.
Fonte: arquivos Anistia 64/68 Ceará.



Fls. 54 (cinquenta e quatro)

TÊRMO DE PERGUNTAS AO INDICIADO

Aos onze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, no Quartel do 23º Batalhão de Caçadores, presente o Tenente Coronel Hugo Hortencio de Aguiar, encarregado dêste inquérito, comigo Raimundo Botelho de Macêdo, Capitão, servindo de Escrivão, compareceu VICENTE POMPEU DA SILVA, a fim de ser interrogado sôbre atividades subversivas contra a segurança nacional e contra as instituições democráticas. Em seguida, passou aquela autoridade a interrogá-lo da maneira seguinte: qual o seu nome, idade, filiação, estado civil, naturalidade, profissão e residencia. Respondeu que se chama Vicente Pompeu da Silva, não tendo no momento documento de identidade, com 38 anos de idade, filho de João Pompeu da Silva e de Antonia Madalena da Conceição, casado, natural de Potengi, Estado do Ceará, agricultor, residente em Padre Andrade, nº 255, nesta Capital. Perguntado quanto recebeu do Dr Olavo Sampaio para o movimento sindical rural, respondeu que recebeu cêrca de Cr$ 18.000,00. Perguntado se estivéra presente a última reunião do Sindicato dos Ferroviários, respondeu que sim, convidado por José Jatahy, presidente do Pacto Sindical, ali ouvin Jatahy ensaiar a Internacional Comunista, tendo a maioria dos presentes acompanhado apenas com batidas de pés. Perguntado que tinha instruído os discursos subversivos de Tururú, respondeu que ninguem. Perguntado porque não tinha viajado para o exterior, porque nunca o José Leandro o mandou. Perguntado se conhecia o sargento Valdemar, respondeu que sim, de um comicio em Padre Andrade onde o referido sargento discursou dizendo que os Sindicatos e a Associação de Sargentos e Cabos são uma coisa só; disse mais ainda que nessa ocasião estavam presentes o deputado Anibal Bonavides, Tarcisio Leitão, José Leandro e Luciano Barreira. Perguntado se tem fátos a alegar ou provas que justifiquem a sua inocência, respondeu que se julga inocente porque não sabe de nada. E como nada mais disse e nem lhe foi perguntado, deu o encarregado dêste inquérito por findo o presente interrogatório, mandando lavrar êste têrmo que, depois de lido e achado conforme, assina com o indiciado, com as testemunhas e comigo Raimundo Botelho de Macêdo, Capitão, servindo de Escrivão, que o escreví.-

HUGO HORTENCIO DE AGUIAR
Ten Cel, Encarregado do IPM

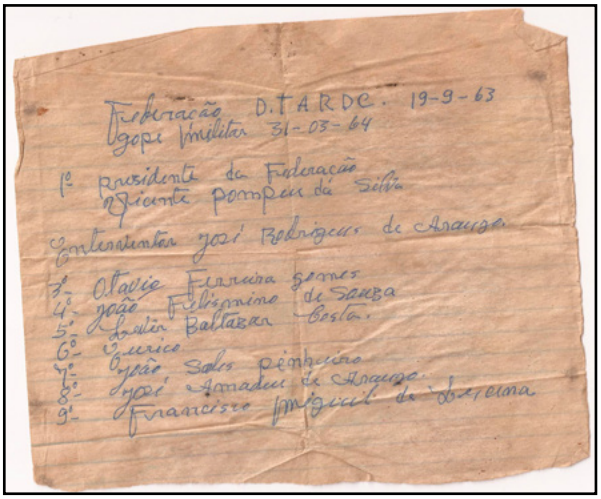
VICENTE POMPEU DA SILVA
Indiciado

JOSE' ARLINDO DA SILVA - Soldado 10G/69.649
Testemunha

JOAO BATISTA MENDES - Soldado
Testemunha

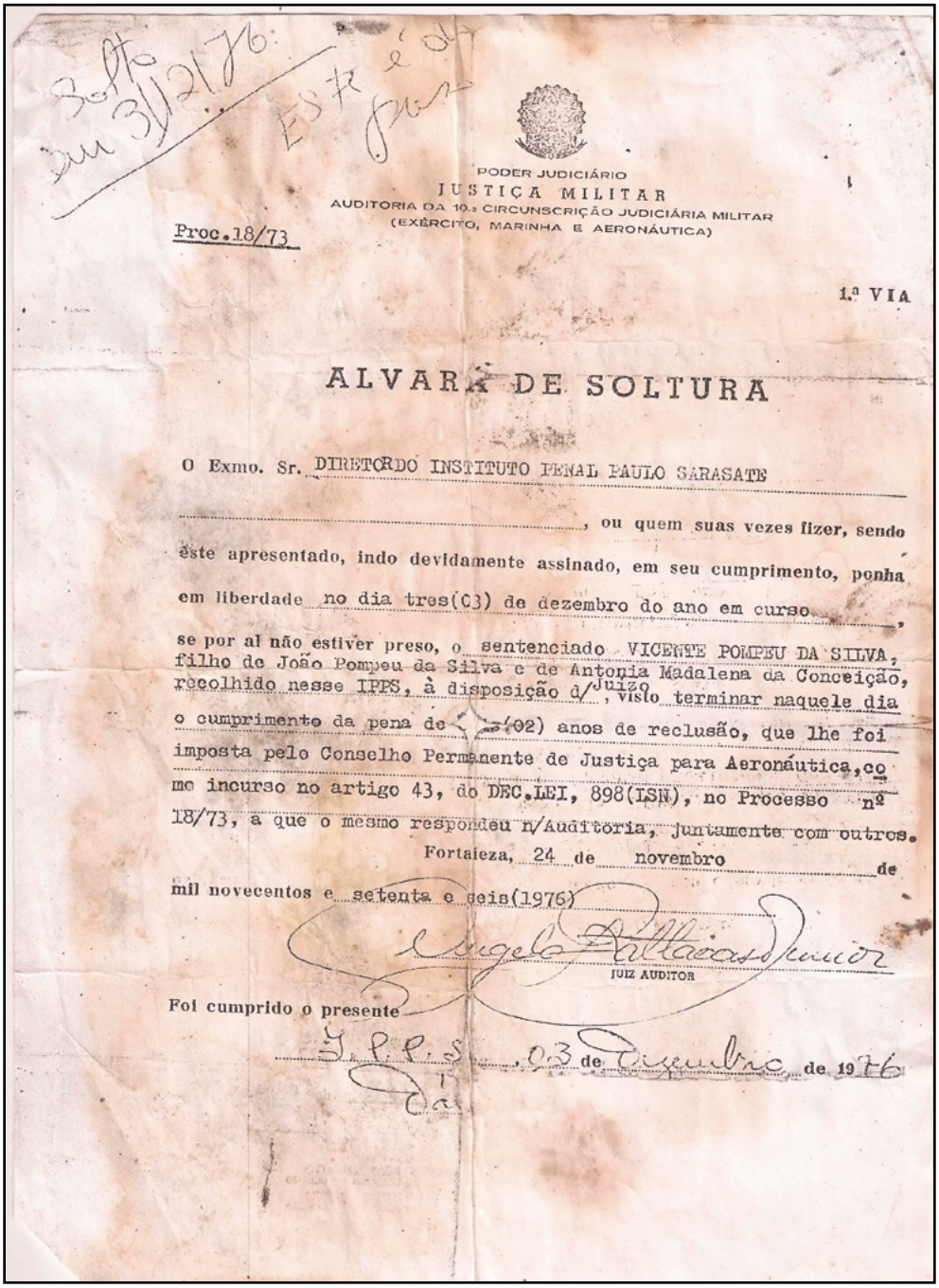
RAIMUNDO BOTELHO DE MACEDO
Cap, servindo de Escrivão

Termo de perguntas feitas a Vicente Pompeu durante interrogatório realizado no dia 11 de abril de 1963.
Fonte: arquivos Anistia 64/68 Ceará.



Federação D.TARDE. 19-9-63
Gopi Militar 31-03-64
1º Presidente da Federação
Vicente Pompeu da Silva
Entrevistas José Rodrigues de Araujo
3º Otavio Ferreira Gomes
4º João Felismino de Souza
5º Antonio Balthazar Costa.
6º Cunico
7º João Sales Pinheiro
8º José Amadeu de Araujo
9º Francisco Miguel de Oliveira

Lista escrita por Vicente Pompeu com a relação dos presidentes da FETRAECE e encontrada em meio as anotações pessoais do sindicalista.
Fonte: arquivo pessoal da família de Vicente Pompeu.



Solto em 3/12/76

ESTE é o Pass

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR
AUDITORIA DA 10.ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR
(EXÉRCITO, MARINHA E AERONÁUTICA)

Proc.18/73

1.ª VIA

ALVARÁ DE SOLTURA

O Exmo. Sr. DIRETOR DO INSTITUTO PENAL PAULO SARASATE, ou quem suas vezes fizer, sendo êste apresentado, indo devidamente assinado, em seu cumprimento, ponha em liberdade no dia tres(03) de dezembro do ano em curso, se por al não estiver preso, o sentenciado VICENTE POMPEU DA SILVA, filho de João Pompeu da Silva e de Antonia Madalena da Conceição, recolhido nesse IPPS, à disposição d/Juizo, visto terminar naquele dia o cumprimento da pena de ~~(~~02) anos de reclusão, que lhe foi imposta pelo Conselho Permanente de Justiça para Aeronáutica, como incurso no artigo 43, do DEC.LEI, 898(LSN), no Processo nº 18/73, a que o mesmo respondeu n/Auditoria, juntamente com outros.

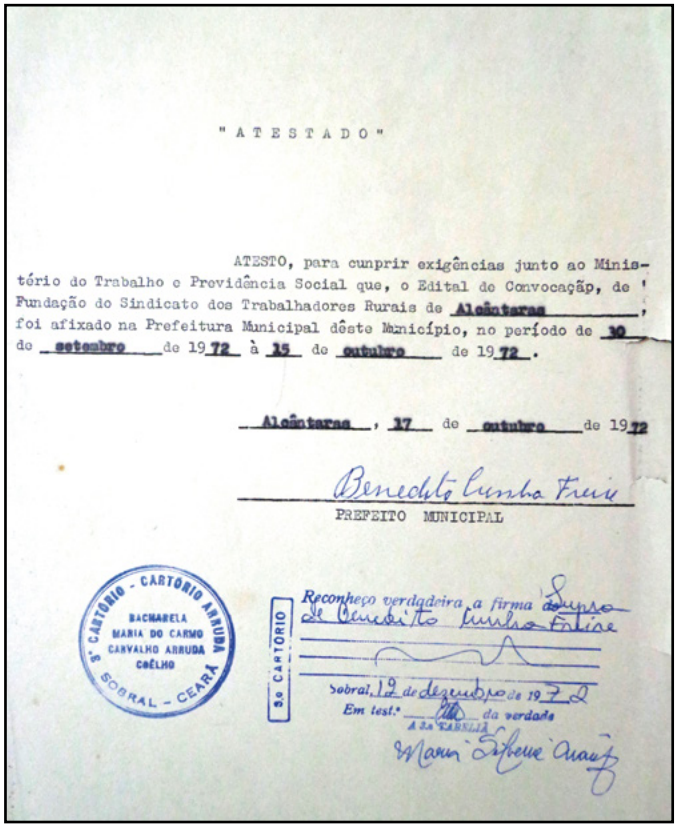
Fortaleza, 24 de novembro de mil novecentos e setenta e seis(1976)

Angelo Dallacas Junior
JUIZ AUDITOR

Foi cumprido o presente

I.P.P.S., 03 de Dezembro de 1976

Alvará de soltura de Vicente Pompeu emitido no dia 24 de novembro de 1976 quando foi posto em liberdade após prisão durante a ditadura. Fonte: arquivo pessoal da família de Vicente Pompeu.



"A T E S T A D O"

ATESTO, para cunprir exigências junto ao Ministério do Trabalho e Providência Social que, o Edital de Convocaçãp, de Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântaras, foi afixado na Prefeitura Municipal dêste Município, no período de 10 de setembro de 1972 à 15 de outubro de 1972.

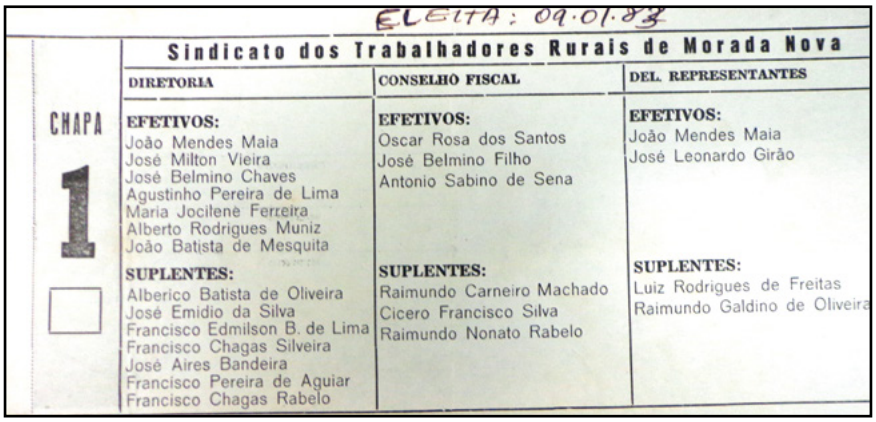
Alcântaras, 17 de outubro de 1972

Benedito Cunha Freire
PREFEITO MUNICIPAL

3º CARTÓRIO - CARTÓRIO ARRUDA
BACHARELA MARIA DO CARMO CARVALHO ARRUDA COÊLHO
SOBRAL - CEARÁ

3º CARTÓRIO
Reconheço verdadeira a firma de Benedito Cunha Freire
Sobral, 12 de dezembro de 1972
Em test.º da verdade
A 2ª ESCRIVÃ

Atestado de fixação do edital de convocação para a fundação do STTR de Alcântaras, em 1972.
Fonte: arquivo FETRAECE.



ELEITA: 09.01.83

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morada Nova

CHAPA 1

DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	DEL. REPRESENTANTES
EFETIVOS: João Mendes Maia José Milton Vieira José Belmino Chaves Agustinho Pereira de Lima Maria Jocilene Ferreira Alberto Rodrigues Muniz João Batista de Mesquita	**EFETIVOS:** Oscar Rosa dos Santos José Belmino Filho Antonio Sabino de Sena	**EFETIVOS:** João Mendes Maia José Leonardo Girão
SUPLENTES: Alberico Batista de Oliveira José Emidio da Silva Francisco Edmilson B. de Lima Francisco Chagas Silveira José Aires Bandeira Francisco Pereira de Aguiar Francisco Chagas Rabelo	**SUPLENTES:** Raimundo Carneiro Machado Cicero Francisco Silva Raimundo Nonato Rabelo	**SUPLENTES:** Luiz Rodrigues de Freitas Raimundo Galdino de Oliveira

Exemplo de composição de chapa para o STTR de Morada Nova, eleita em 9 de janeiro de 1983.
Fonte: arquivo FETRAECE.

1.0 - POLÍTICAS SOCIAIS

1.1 - Exigir o cumprimento das propostas acordadas com o INSS, na reunião do dia 22 de fevereiro de 1999, entre este órgão e a FETRAECE, no que diz respeito a: pesquisas, deferimentos e recursos represados;

Assegurar a participação de um representante da FETRAECE, para acompanhar os processos de aposentadoria que estão nas JUNTAS DE RECURSOS, bem como nos postos do INSS;

Exigir dos governos municipais e estadual um projeto de melhoria das habitações rurais e saneamento básico para agricultores(as) em regime de economia familiar;

Garantir a instalação das delegacias especializadas de atendimento a mulher em todos os municípios que estão enquadrados na lei;

– Ampliar o acesso da população nos municípios mais distantes, ao Caminhão da Cidadania, com um roteiro combinado previamente com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR-CE) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará – FETRAECE;
– Garantir a aplicação da Lei 8.069 que entrou em vigor em 13.07.90, no que diz respeito a isenção do pagamento de taxa cobrada pelos cartórios para emissão da Certidão de Nascimento e de Óbito.

– Firmar convênio entre o MSTR e INSS para inscrição de trabalhadores;

– Ampliar e estruturar o PSF (Programa de Saúde da Família);

– Reconhecer o trabalho da mulher na unidade familiar rural, facilitando sua identificação profissional para efeito de encaminhamento de benefícios previdênciários e agrícolas.

– Garantir a qualidade de segurado especial da previdência, mesmo que o agricultor tenha carteira assinada (outro vínculo), dentro dos seguintes critérios:
a) Até dois anos de carteira assinada dentro do período da carência;
b) Quando o agricultor mesmo com o vínculo, exerce a atividade rural em expediente não inferior a 4:00 hs diárias e principalmente nos casos de disponibilidade;

– Garantir a Lei Orgânica de Assistêncial Social (LOAS), que a renda percapta de um quarto de salário mínimo passe para um salário.

Parte da pauta de negociação da FETRAECE referente às políticas sociais do GTB de 1999.
Fonte: arquivos FETRAECE.

1.0 - ASSALARIADOS

1.1 - SINE – Aprovação dos Projetos de capacitação dos movimentos no FAT

– Ampliar a abrangência da Lei do Seguro- Desemprego (Lei 8.900 de 30/06/94), para atender aos assalariados e assalariadas rurais safristas;

– Exigir que a concessão de incentivos fiscais, financiamentos subsidiados pelo órgãos governamentais, em especial os recursos dos fundos constitucionais, estejam vinculados à obrigatoriedade da apresentação do documento que comprovem a assinatura da Carteira de Trabalho, cumprimento das obrigações trabalhistas e recolhimento dos encargos sociais;

– Exigir a redução da jornada máxima de trabalho para 40 horas semanais, sem redução salarial;

Exigir a fiscalização da DRT – Delegacia Regional do Trabalho, para o meio rural, acompanhada de forma permanente pelos STR´s e regionais da FETRAECE, para combater o trabalho infantil na zona rural (engenhos e pedreiras);
Garantia da implantação do Programa Bolsa Escola ou Cesta Básica para todas as famílias rurais cujos filhos menores de 16 anos se encontram fora da escola;

– Garantir o cumprimento da Lei no que diz respeito a igualdade salarial para trabalhadores (as) rurais;

– Que seja vetada a liberação de recursos a nível Municipal, Estadual e Federal a todas as empresas que forem autuadas pela DRT – Ceará ou outras instituições, nos seguintes casos:
Falta de equipamentos de segurança no trabalho;
Uso indiscriminado de agrotóxico.

Parte da pauta de negociação da FETRAECE referente aos assalariados, GTB de 1999.
Fonte: arquivos FETRAECE.

I-.Caracterização precisa de parâmetros para a escolha de beneficiários;
II – O rigoroso enquadramento de beneficiário nas normas do fundo;
III - A prioridade a projetos de investimentos mais seguros em retorno financeiro;
IV – A prioridade a regiões e micro-regiões com baixa capacidade instalada em termos de infra-estrutura agrícola nas propriedades rurais
V – A escolha de tecnologias agropecuárias e agro-industriais apropriadas aos segmentos da agricultura familiar, viabilizadoras de maior eficiência econômica e de modernização do setor., evitando a degradação do solo e o uso indiscriminado de agrotóxicos;
VI – A prioridade a tecnologias que proporcionem o uso intensivo de mão-de-obra e a geração de emprego no meio rural.

– São beneficiários do Fundo de Aval:
I – Agricultores (as) em regime de economia familiar de acordo com as normas do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) suas associações e cooperativas, que venham a contratar operações de crédito rural, junto a entidade integrantes do sistema nacional de crédito rural;
II- Consideram-se associações ou cooperativas de agricultores familiares aqueles com, no mínimo 60% (sessenta por cento) do quadro social composto de agricultores (as) em regime de economia familiar;
III- As associações ou cooperativas referidas no item anterior somente serão beneficiárias do Fundo de Aval nos contratos de repasse destinados a agricultores (as) enquadrados no regime de economia familiar.

Recursos o Fundo de Aval:
I- Recursos orçamentários da união;
II- Recursos aportados por Estado e por Município;
III- Retorno do resultado das aplicações;
IV- Os valores resultantes da contribuição dos tomadores de crédito.

- Nas operações de crédito rural ou industrial cujo contribuinte é o tomador de crédito, tendo como base de cálculo do valor principal que constitua o objeto da obrigação, serão aplicados as seguintes alíquotas:
I- 1% (um por cento) para os contratos de valor igual ou inferior a 15.000,00 (quinze mil reais)
II- 0,5% (Cinco décimos por cento) para os contratos de valor superior a 15.000,00 (quinze mil reais)
III- No caso de Cooperativas ou associações a aplicação das alíquotas será feita sobre os valores individuais dos contratos de repasse aos mutuários fiscais

- Os avales concedidas pelo Fundo de Aval garantirão as operações de crédito rural contratadas junto as instituições financeiras ou às cooperativas repassadoras do crédito rural.
- A concessão de aval nas operações de crédito rural ocorrerá de forma complementar as garantias oferecidas pelo mutuário.
- Na hipótese do não cumprimento das obrigações perante o agente financeiro e da consequente liquidação da dívida pelo fundo de Aval, o mesmo mutuário só poderá solicitar novo aval após decorridas 10 (dez) anos do respectivo reembolso da dívida não paga.

- Os Municípios poderão aderir ao Fundo de Aval, mediante convênio em que se comprometam a alocar contrapartida aos recursos apontados pelo estado.

Parte da pauta de negociação da FETRAECE referente à reforma agrária, GTB de 1999.
Fonte: arquivos FETRAECE.

1.4 - PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

- Construir grupo técnico (Governo e MSTR) para elaboração de uma proposta de assistência técnica e extensão rural pública e gratuita e gerenciada por um Conselho Gestor Administrativo.
- Garantir Assistência Técnica e Extensão Rural, pela EMATERCE até que a proposta do grupo técnico esteja consolidada.
- Os recursos para a manutenção, de Assistência Técnica e Extensão Rural sejam originados das seguintes fontes:
a) Do Orçamento Geral da União, dos Estados e Município, notadamente em programas como o PRONAF, FAT, definidos e operacionalizados a partir de conselhos gestores devidamente estruturados;
b) Do percentual de 2% do valor dos projetos de custeio e investimento contratados, assumidos pelo Tesouro Nacional e disponibilizados pelo agentes operadores dos créditos do PRONAF aos prestadores de serviços de ATER /(EMATER, Universidades, Cooperativas, ONGs, etc), em 30 dias, a contar da data da contratação do crédito pelo produtor (a);

1.5 – PROJETOS DE IRRIGAÇÃO

– Reivindicar do governo a instalação ou recuperação da estrutura física/produtiva dos perímetros de irrigação do DNOCS, com liberação de recursos para o custeio e investimento, para os agricultores(as) familiares, com preservação das condições ambientais e a qualidade da produção.
– Definir Programa de Capacitação para todos os Projetos de irrigação pública, com a participação da representação dos trabalhadores(as).
– Garantir tarifa diferenciada de energia elétrica para as unidades onde sejam desenvolvidas atividades agropecuárias;
– Construção da barragem do açude Figueredo (Alto Santo / Potiretama)

1.6 - FRENTE PRODUTIVAS

– Realização de levantamento da situação produtiva e do índice pluviométrico de cada município, objetivando a adoção de medidas emergenciais nos municípios mais prejudicados.

JORNAL DA FETRAECE

INFORMATIVO DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO CEARÁ - ANO II - Nº 14 - DEZ/1999

FILIADA À CONTAG/CUT

VAMOS SUSTENTAR O QUE É NOSSO!

SINDICALISMO RURAL FORMULA ALTERNATIVAS NO CAMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

O crescente desemprego e as transformações no mundo do trabalho, estão desencadeando um forte processo de expansão de novas formas de organização do trabalho e da produção. Um grande número de experiências coletivas de trabalho e produção estão se disseminando em todo o País. São diversas formas de cooperativas de produção, de serviços, de crédito e de consumo, associações de

No meio rural, estão surgindo novas formas de cooperação, baseadas em estruturas descentralizadas de produção, comercialização, industrialização e crédito.

São alternativas à falta de acesso dos pequenos produtores às políticas agrícolas, à falta de infra-estrutura e de políticas de comercialização. São também formas de saídas da burocratização do crédito e da centralização de recursos pelo sistema financeiro e da exclusão de produtores das

Solidária. O MSTR do Ceará estará diretamente envolvido no desenvolvimento de projetos nessa área. O assunto foi aprofundado no II Seminário Estadual de Formação realizado pela FETRAECE (veja matéria na abaixo).

As bases para uma política nacional da CUT já estão em construção. Nas áreas rurais de todos os estados, milhares de pequenas associações, cooperativas e condomínios estão sendo formadas. São alternativas às grandes cooperativas agropecuárias, como formas

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO

JORNAL DA FETRAECE

FILIADA À CONTAG

INFORMATIVO DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO CEARÁ - ANO II - Nº 17 - AGO/2000

SINDICATO

"MARGARIDAS FAZEM A MAIOR MANIFESTAÇÃO DE MULHERES NO BRASIL

Cerca de 20 mil mulheres trabalhadoras rurais de todo o país participaram da Marcha das Margaridas, já considerada a maior manifestação nacional de mulheres ocorrida na história do Brasil

As trabalhadoras rurais organizadas pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag) foram a Brasília protestar contra a fome, a pobreza e a violência sexista. Também foram apresentar ao Governo Federal uma extensa pauta de reivindicações que vão desde um maior acesso à reforma agrária e às políticas públicas voltadas para a agricultura até a realização de

Na avaliação de Graça Duarte, Coordenadora Estadual de Mulheres da FETRAECE, a presença desta multidão na Esplanada demonstrou a capacidade de organização e ação das mulheres. Mostrou ao governo e à sociedade que as mulheres estão dispostas a lutarem por seus direitos.

As mulheres esperam até outubro o atendimento de todas as reivindicações apresentadas ao presidente

Edições do Jornal da FETRAECE nos anos de 1999,2000 e 2001.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Jornal da FETRAECE

Filiada à CONTAG CUT

Informativo da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará - Ano III - Nº 21 - Junho de 2001

Especial GTB/2001

GRITO DA TERRA/2001

O Grito está ecoando em todo o Ceará

O Grito da Terra no Ceará ainda não acabou. Milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais estão nas ruas de seus municípios exigindo respostas às suas reivindicações

O Grito da Terra Brasil deste ano ainda não acabou. Milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais, em todo o Estado, continuam firmes na luta pelas suas reivindicações. Exigem uma solução imediata para os graves problemas causados pela estiagem no Ceará.

O governo do Estado fez "vista grossa" para a grande maioria das propostas apresentadas pela FETRAECE. Preferiu, mais uma vez,

As várias rodadas de negociação entre representantes dos trabalhadores(as) e representantes do Governo tiveram poucos resultados. Prevaleceram a insensibilidade e a falta de interesse do governo para solucionar o problema da fome e da miséria no Campo.

Diante dessa realidade os trabalhadores e trabalhadoras rurais tomaram outro caminho. Estão ocupando órgãos públicos e fazendo saques em várias regiões do Estado. Uma situação que

GRITO da Terra Brasil 2001

Trabalhadores e trabalhadoras rurais avançando com o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável

FETRAECE

Filiada à CONTAG CUT

Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado do Ceará

Ofício Nº SAR264/2006

SENAPRO
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SERPRO
NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO
46205.010482/2006-12

Fortaleza, 10 de agosto de 2006.

Prezados Senhores,

A Federação dos Trabalhadores/as na Agricultura do Estado do Ceará – FETRAECE, através da sua Secretaria de Assalariados/as Rurais vem protocolar minuta da proposta de **Convenção Coletiva da Fruticultura 2006/2007**, com pedido de mediação desta conceituada **Delegacia do Ministério do Trabalho e Emprego** no Estado do Ceará.

Segue anexo fone/fax das empresas rurais a serem convocadas.

Na certeza do pronto atendimento, ficamos no aguardo da resposta e aproveitamos a oportunidade para renovar nossas considerações .

Atenciosamente

Moisés Braz Ricardo

Lucilene Batista de Lima

José Francisco de Almeida Carneiro

Ao Senhor Delegado do Ministério do Trabalho e Emprego
José Nunes Passos

Ofício da FETRAECE com proposta de Convenção Coletiva da Fruticultura nos anos de 2006/2007 como uma das ações da Secretaria de Assalariados Rurais.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará
Filiada à CONTAG e CUT

FETRAECE

CARTA ABERTA DOS/AS TRABALHADORES/AS RURAIS A SOCIEDADE CIVIL E AO PODER PÚBLICO

Fortaleza/CE, 12 de março de 2010.

Senhores e Senhoras,

Nos últimos anos o Ceará mudou, o Brasil mudou, ambos mudaram para melhor: mais empregos, mais renda, mais democracia, mais participação popular, mais cidadania e mas políticas públicas foram criadas para fortalecer todas as esferas e camadas sociais brasileiras, especialmente a Agricultura Familiar.

Apesar dos avanços, o Estado Ceará que conta uma área territorial de 148.825,6 km², 91,97% inserida no semi-árido[1], 181 dos 184 municípios são parcialmente ou totalmente semi-áridos, susceptíveis a adventos climáticas. No ano de 2009, o Ceará sofreu com excesso hídrico (enchentes e inundações) e em 2010 está sofrendo com a estiagem/seca.

A FUNCEME noticiou no dia 23 de fevereiro, que a estação chuvosa no Estado do Ceará poderá ser até 45% abaixo da média histórica, principalmente nos meses de março, abril e maio, em função da ocorrência do "**El Niño**". **Até a presente data, a estiagem/seca prevista, está se configurando.**

De acordo com o Relatório da EMATERCE de Situação da Safra Agrícola de Sequeiro – SITPROD (Fevereiro/2010), o Estado do Ceará, previa plantar uma área agrícola de sequeiro de 1.302.493 ha, até o final de fevereiro só tinha plantado 16% da área prevista, devido a estiagem/seca. O referido Relatório, constata ainda que, a média pluviométrica registrada no Estado até fevereiro foi de 119,1 mm (45,39%) abaixo da média histórica do período (218,00 mm).

Diante da situação de estiagem/seca que está instalada no Estado do Ceará, à **Diretoria Ampliada da FETRAECE**, reunida nos dias 11 e 12 de março de 2010, deliberou e está manifestando em **Carta Aberta a Sociedade Civil e ao Poder Público**, a sua preocupação com os problemas que estão sendo vivenciados pela sociedade cearense:

1. Falta d'água para consumo humano e animal na zona rural e urbana de muitos municípios;
2. Escassez de alimentos para abastecimento humano;
3. Escassez de alimentos para os rebanhos e perdas de animais, inclusive;
4. 100% das lavouras plantadas, perdidas;
5. Endividamento dos/as agricultores/as familiares;
6. Falta política de gestão dos recursos hídricos para a produção de alimentos e suporte forrageiro;
7. Falta trabalho e renda para as famílias afetadas pela estiagem.

Diante dos problemas exposto, a FETRAECE reivindica e propõe aos Governos: Federal, Estadual e Municipais, que adotem medidas urgentes para atender a demanda e as necessidades da sociedade cearense. No âmbito rural propomos:

1. Água para abastecimento humano e animal.

1.1. Criação de uma Política de Estado para garantir o abastecimento humano e animal;
1.2. Disponibilização da água dos açudes públicos Federais e Estaduais para consumo humano e animal;
1.3. Implementação imediata do Programa de Cisternas de Placa do Governo do Estado, construção de 49 mil cisternas;
1.4. Ampliação e continuidade dos Programas Federais P1MC e P1+2;
1.5. Construção de Adutoras em vilas, distritos e comunidades;
1.6. Revitalização e perfuração de cacimbões, poços amazonas e poços artesianos;

[1] A **zona do semiárido brasileiro** é uma superfície de 980.089,26 km², é formada por 1.135 municípios que abrangem o norte de Minas Gerais e o norte do Espírito Santo na Região Sudeste; os sertões da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí; e uma parte do sudeste do Maranhão FEBRABAN/2009). O semiárido brasileiro é habitado por uma população de 21,718 milhões de habitantes. O semiárido brasileiro possui o maior adensamento populacional em região de semi-árido no mundo (PDSA/2005).

1

Parte de carta aberta à sociedade civil e ao poder público pedindo medidas urgentes para atender as comunidades rurais atingidas pela seca de 2010.
Fonte: arquivo FETRAECE.

CARTA ABERTA DOS/AS TRABALHADORES/AS RURAIS A SOCIEDADE CIVIL, AO PODER PÚBLICO E A IMPRENSA CONTRA O USO DE AGROTÓXICOS NO ESTADO DO CEARÁ

Beberibe – Ceará, 16 de Dezembro de 2011.

Os trabalhadores/as rurais do Estado do Ceará reunidos por ocasião da **3ª Plenária Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – 3ª PETTR**, em Beberibe, no período de 14 a 16 do corrente mês *vem, através do presente documento,* ***manifestar a posição da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará – FETRAECE contrária ao uso de agrotóxicos/venenos para a produção de alimentos.***

O uso de agrotóxicos/venenos para a produção de alimentos no Brasil é algo que vem sendo recomendado desde a Revolução Verde[1] pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, pelos agentes financeiros operadores do crédito rural e pelas transnacionais: Bayer, Syngenta, BASF, Monsanto e outras que monopolizam a produção, a distribuição e comercialização de sementes transgênicas, de adubos químicos e de agrotóxicos/venenos com o apoio da Confederação Nacional de Pecuária e Agricultura – CNA e da bancada ruralista do Congresso Nacional. Atualmente o Brasil é o primeiro colocado no ranking mundial do consumo de agrotóxicos, segundo dados de 2010 do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Agrícola[2].

No Ceará o uso excessivo de agrotóxicos/venenos é fruto de uma decisão política equivocada do ex-governador Tasso Ribeiro Jereissati, que, através do ***Decreto Estadual Nº 24.569/1997,***[3] isentou a cobrança de ICMS dos agrotóxicos/venenos, que permanece em vigência.

O **Estudo Epidemiológico sobre Uso de Agrotóxicos**[4] realizado sob a coordenação da Profª Dra. Raquel Maria Rigotto da Universidade Federal do Ceará (UFC), Coordenadora do Núcleo Trabalho Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade (TRAMAS), constatou que, no período de 2005 a 2009, as vendas de agrotóxicos no Ceará aumentaram cerca de 100%, passando de 1.649 toneladas de produtos comercializados em 2005 para 3.284 toneladas em 2009. Os valores comercializados passaram de U$ 11,244 milhões em 2005 para U$ 22,678 milhões e o total geral da comercialização no período alcançou U$ 89,330 milhões. O Ceará se tornou o 4º usuário de agrotóxicos do país, ficando atrás apenas do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Considerando que o uso de agrotóxicos/venenos no Ceará é um problema de caráter político, social, cultural, ambiental e econômico a FETRAECE convoca a sociedade civil, as Centrais Sindicais, os Sindicatos de Trabalhadores/as Rurais (STTRs), as associações, as Cooperativas da Agricultura Familiar, as ONGs, os Partidos Políticos, os movimentos sociais, o movimento estudantil, as igrejas, os fóruns, os grupos informais e outros, para formar uma frente de luta pela adoção de um modelo de produção agrícola que estimule a transição do modelo de produção agro-químico para outros modelos de produção sustentáveis: orgânico, agroecológico, alternativo, biodinâmico, biológico, permacultura, natural, ecológica ou outro de base científico/tecnológica capaz de garantir a eficiência produtiva agrícola e pecuária sem afetar o equilíbrio dos nossos ecossistemas e a **saúde da população**.

Face ao exposto, a FETRAECE reivindica que:

1. Se revogue o ***Decreto Estadual Nº 24.569/1997*** *que* isenta a cobrança de ICMS dos agrotóxicos/venenos.

2. Se elabore, com a participação da sociedade civil, um Plano Estadual de Transição do Modelo de Produção Convencional para o Modelo de Produção Sustentável.

3. Se institua a Política Estadual de Apoio a Instalação de Centros de Referência a Saúde do Trabalhador Rural – CERESTs Rurais.

4. Os órgãos de fiscalização monitorem com rigor a distribuição, armazenamento, comercialização e uso de agrotóxicos/venenos, bem como a destinação das embalagens.

5. Os agentes fiscalizadores da Lei monitorem o cumprimento da Legislação Ambiental no que diz respeito à distribuição, o armazenamento, a comercialização e o uso de agrotóxicos/venenos, bem como a ação dos órgãos de fiscalização.

---

[1] O termo 'Revolução Verde' refere-se à revolução tecnológica que o capitalismo introduziu no meio rural dos países agroexportadores como o Brasil, nas décadas de 50, 60, 70 e 80 do século XX, sob a alegação de que ela iria aumentar a produtividade agrícola e resolver o problema da fome. WIKIPÉDIA. Disponível em: «http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_verde». Acesso em 13/12/2011.

[2] Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fundação Oswaldo Cruz. ENSP debate importância da luta contra agrotóxicos. Disponível em: «http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/materia/index.php?origem=3&matid=28519». Acesso em 13/12/2011.

[3] Governo do Estado do Ceará. Secretaria da Fazenda. Decreto Nº 24.569, de 31 de julho de 1997. Disponível em: «http://www.sefaz.ce.gov.br/content/aplicacao/internet/legislacao_download/ano_2007/decreto_ricms/24569.pdf». Acesso em 04/06/2011.

[4] Estudo Epidemiológico da População da Região do Baixo Jaguaribe Exposta à Contaminação Ambiental em Área de Uso de Agrotóxicos. Disponível em: «http://www.memorialapodi.com.br/linha-do-tempo/docs/2010/08/Pesquisa%20,%20Estudo%20Epidemiologico%20da%20Populacao%20do%20Baixo%20Jaguaribe%20,%20Doc%20Sintese%20dos%20Resultados%20Parciais%20da%20Pesquisa%20,%2008

Carta aberta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais à sociedade civil, ao poder público e à imprensa contra o uso de agrotóxicos no estado do Ceará, dezembro de 2011.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará
Filiada à CONTAG e à CUT

FETRAECE

NOTA PROPOSITIVA

Fortaleza – Ceará, 18 de abril de 2012.

Considerando que a maior parte da área territorial do Estado do Ceará (148.920,538 km²) está encravada no semiárido brasileiro, ou seja, 150 dos seus 184 municípios são semiáridos, ocupam uma área de 126.514,9 Km² que corresponde a 86,8% da área total. O semiárido cearense é coberta na sua maior parte pela vegetação do bioma caatinga, que cresce num ambiente de clima seco e de temperaturas elevadas, onde a média pluviométrica anual varia entre 250 e 1.000 mm/ano e a temperatura entre 22° e 35° graus centígrados, causando intensa evapotranspiração.

Considerando que a população cearense é formada por cerca de 8.448.055 milhões de habitantes, sendo 6.343.990 milhões (75,09%) urbanos e *2.104.065 milhões (24,91%) rurais* (IBGE – Censo Demográfico de 2010). *Dentre os rurais, 1.142.959 milhões ou 54,32% são agricultores/as familiares (IBGE – Censo Agropecuário de 2006).*

Considerando que de janeiro a maio é o período da "estação chuvosa/inverno" no Estado do Ceará, o que se observa até a presente data nos municípios do semiárido cearense é a escassez ou a distribuição irregular das precipitações pluviométricas no tempo e no espaço, ocasionando perdas significativas nas lavouras de sequeiro (milho, feijão, mandioca) e a deficiência de suporte forrageiro – pastagens naturais ou artificiais – para alimentar os rebanhos bovinos, ovinos, caprinos, principalmente nos municípios dos Territórios de Inhamuns/Crateús, Sertão Central, Cariri, Sobral e Vale do Jaguaribe.

Considerando que muitos municípios do semiárido cearense estão em estado de emergência/calamidade pública, apresentamos as propostas que seguem para os Governos Federal, Estadual e Municipais, estruturadas em 5 linhas: **i).** Políticas de Convivência com o Semiárido; **ii).** Água para consumo humano e animal; **iii).** Alimentação para humanos e animais; **iv).** Renda para as famílias atingidas pela seca; e, **v).** Renegociação de dívidas.

I – PROPOSTAS PARA OS GOVERNOS MUNICIPAIS

1. Instituir através de Lei a Política Municipal de Convivência com o Semiárido e o Fundo Municipal de Financiamento a Convivência com o Semiárido.

2. Implementação de Planos Municipais de Convivência com o Semiárido.

3. Decretação de estado de emergência ou calamidade pública pelos municípios afetados pela seca em 2012.

4. Pagamento dos aportes do Programa Garantia Safra 2011/2012, regularmente em dias.

5. Comunicação das perdas nas lavouras superior a 50% ao MDA/SAF/Comitê Gestor Nacional do Programa Garantia Safra, com brevidade.

6. Instalação de um Comitê Permanente de Implementação, Gestão e Monitoramento da Política Municipal de Convivência com o Semiárido.

Nota Propositiva de 18 de abril de 2012 com propostas ao poder público para melhoria das condições de vida de comunidades rurais atingidas pela estiagem.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará
Filiada à CONTAG e à CUT

II – PROPOSTAS PARA O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

1. Instituir através de Lei a Política Estadual de Convivência com o Semiárido e o Fundo Estadual de Financiamento a Convivência com o Semiárido.

2. Implementação do Plano Estadual de Convivência com o Semiárido.

3. A criação de uma linha de crédito de custeio emergencial pecuário no âmbito do FEDAF:

- Valor de R$ 5.000,00.
- Taxa de juros de 0,5%.
- Carência: 2 anos.
- Prazo de pagamento: 2 anos.
- Bônus de adimplência de 50% sobre o valor das parcelas pagas até a data do respectivo vencimento.

4. Pagamento de 2 parcelas extras do programa garantia Safra.

5. Implementação do Programa Irrigação na Minha Propriedade.

6. Revitalização dos perímetros irrigados dos açudes gerenciados pela SRH/SOHIDRA/COGERH.

7. Implementação de um Programa de refinanciamento das dívidas dos irrigantes dos perímetros irrigados estaduais junto a COELCE, BNB e BB.

8. Disponibilização de 5.000 medidores horosazonais para a Agricultura Familiar.

9. Disponibilização das áreas molhadas dos açudes da SRH/SOHIDRA/COGERH para o cultivo de vazantes – produção de grãos, hortaliças e suporte forrageiro sem o uso de adubos químicos e/ou agrotóxicos.

10. Implementação de um Programa Emergencial de Produção de Grãos e de Suporte Forrageiro nos perímetros irrigados da SRH/SOHIDRA/COGERH.

11. Isenção de ICMS para torta de algodão, farelo de soja, milho, sorgo, feno e outros produtos destinados à alimentação dos rebanhos dos agricultores/as familiar portadores de DAP pessoa física ou jurídica, dos municípios do semiárido cearense afetados pela estiagem/seca 2012 que decretarem estado de emergência ou calamidade pública.

12. Isenção de ICMS para todos os produtos da cesta básica nos municípios do semiárido cearense afetados pela estiagem/seca 2012 que decretarem estado de emergência ou calamidade pública.

13. Implementação de um Programa Estadual de perfuração de poços, recuperação e instalação de poços artesianos e de poços tubulares de aluvião para garantir água para consumo humano e animal, e produção de suporte forrageiro e de alimentos.

14. Universalização dos Programas Cisterna de Placas e Cisterna de Enxurradas no semiárido cearense através da ASA para garantir água para consumo humano e animal.

15. Implementação de outras tecnologias alternativas que estimulem a convivência com o semiárido e produção de alimentos: mandala, quintais produtivos, pais, barragens subterrâneas, barragens sucessivas, cordões de pedra, outras.

Continuação da Nota Propositiva de 18 de abril de 2012 com propostas ao poder público para melhoria das condições de vida de comunidades rurais atingidas pela estiagem.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Virou notícia:

Delegado do Trabalho Convoca o Povo à Revolução, Mandando-o Pegar Armas

O primeiro encontro da "Frente Ampla" cearense, realizado ontem, teve como tônica discursos altamente inflamados, destacando-se o pronunciamento do sr. Olavo de Sampaio, Delegado do Trabalho, que convocou o povo a "pegar em armas para se defender dos que querem sufocá-lo e as suas legítimas reivindicações".

Os esquerdistas consideraram "positivo êste primeiro encontro", por que conseguiram reunir as diversas correntes de esquerda, inclusive os petebistas, que estiveram representados pelo presidente do partido, o sr. José Jerônimo, que também foi um dos oradores, fazendo pregações reformistas, nos moldes dos preconizados pelo sr. João Goulart.

Houve um discurso distoante: o do dep. Blanchard Girão, que foi interpretado como "um pronunciamento conciliatório", num contôjo com os outros discursos, notadamente os dos srs. Olavo de Sampaio e Raimundo Ivan Barrosa, êste o responsável pela reunião.

Estiveram na pauta, mais constante em todos os discursos, as reformas, agrária (na marra), bancária, urbana, constitucional, voto do analfabeto, direitos civis para soldados e cabos. (Noticiário sôbre a reunião, na página 7).

8 PÁGINAS 1.000 — O Nordeste — 30 CRUZEIROS NOVOS

Palavras do Pastor

DOM JOSÉ DELGADO

Início, com estarrecimento, o meu pronunciamento pastoral. Repetiu-se com o mesmo título, cada vez que o julgar útil ou necessário no bem das almas.

Servirão aos ochocentos e seis homens de boa vontade. Esforçar-me-ei no sentido de não me deixar impregnar pelos amargores do tempo, rugoso de assimilar o pensamento de muitos. Na medida em que Deus me ajudar, refletirei a acerca da sabedoria do Evangelho, a doçura ativista do Redentor e a delicada solicitude da Igreja para com todos os cidadãos e cumpridores da Fraternidade.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE — Começou coletando o MEB nos seus Sete Anos, de uma criada e impulsiva pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em virtudes do que de erros e de defeitos morais, é agurado e apresentado como documento suspeito.

Não valeram as declarações do Exmo. Presidente do MEB, S. Excia. Dom José Vicente Tavora, Arcebispo de Aracaju, Sergipe, secretário. S. Excia. chamou-se aos brios dos interessados defensores da ordem e da democracia em inocente Gill, se não em comunista.

Com, tal processo, a história, amanhã, distribuindo culpabilidades, terá que arrolar muitas pestas da democracia brasileira de hoje.

MOVIMENTOS CÍVICOS FEMININOS — Em virtude de uma carta que assinei, dias atrás, a propósito de um incidente entre católicos de Belo Horizonte, em matéria política, efeito também da radicalização a que chegou o país, incidente que despertou

MOVIMENTOS CÍVICOS FEMININOS — Em virtude de uma carta que assinei, dias atrás, a propósito de um incidente entre católicos de Belo Horizonte, em matéria política, efeito também da radicalização a que chegou o país, incidente que despertou

Demonstração da Conta Lucros e Perdas encerra-

PASSIVO

DEBITO

CREDITO

Navio Trigueiro Chegou e Outro Está Sendo Esperado

O problema do trigo que vinha tomando corpo, está praticamente solucionado com a chegada, no dia 15 sábado, do navio "Omnium Charrier" com capacidade, 1.200 toneladas do produto, para o consumo do Estado.

Aquele mesmo dia, foi iniciado o desembarque com entrega aos moinhos.

OUTRO NAVIO

Está sendo aguardado, o dia 15 de abril, um outro navio, conduzindo grande quantidade do produto a fim de garantir o abastecimento do Estado, bem como segurar a situação do mercado de Fiscal que também atravessa grande crise com sua falta.

Amanhã, Sorteio do "Seu Talão"

Sera amanhã, a o sorteio do concurso Talão Vale Um Mil da Secretaria da Fazenda. O ato será presidido pelo Governador do Estado, estando presentes secretários, autoridades

PREMIOS

Tratava-se do primeiro sorteio do "Seu Talão" que nova fase, trimestral. Desta feita, serão sorteados as seguintes prêmios: um de um milhão de cruzeiros, dois de duzentos mil e um último, de cem mil cruzeiros.

O primeiro sorteado, sendo depositante da Caixa Econômica Federal, terá direito a um financiamento de casa própria, até um milhão de cruzeiros.

Manchete do jornal *O Nordeste* destacando o primeiro encontro da Frente Ampla Cearense e o discurso a favor da sindicalização feito pelo delegado do Trabalho, Olavo Sampaio no dia 28 de março de 1964.
Fonte: arquivo FETRAECE.

TRABALHADORES RURAIS FUNDARAM FEDERAÇÃO

"Em assembléia geral que teve lugar à rua Meton de Alencar, 833, das 9 às 12 horas de hoje, foi fundada a Federação dos Trabalhadores Antônomos Rurais do Ceará. No final da assembléia geral, que contou com a participação de representantes de todos os sindicatos de trabalhadores rurais, foi eleita a primeira diretoria da nóvel entidade sindical.

PALESTRA

Hoje, das nove às 11 horas, o dr. Olavo Sampaio pronunciou, no auditório da SUPRA, à rua Guilherme Rocha, uma palestra para os membros dos sindicatos do campo sôbre legislação trabalhista e Estatuto do Trabalhador Rural. As 12 horas, os delegados dos trabalhadores agrícolas, participaram de um almôço oferecido pelo titular da DRT e às 14 horas, de um debate sôbre sindicalização rural, orientado por representantes daquele órgão do Ministério do Trabalho. As 20 horas assistirão, no Teatro José de Alencar, à peça teatral "Terra Queimada", de autoria de Domingos Gusmão.

PROGRAMA

Amanhã será cumprido pelos representantes dos camponeses do Ceará o seguinte programa:

Dia 20 — 9 às 12 horas — Assembléia Geral dos Sindicatos de Trabalhadores na Lavoura para fundação da Federação de Trabalhadores na Lavoura do Ceará e eleição da primeira diretoria. Local: rua Solon Pinheiro, n. 16. 9 às 11h30m — Palestra e debate sôbre os direitos dos arrendatários e posseiros pelo advogado Lúcio Lima. 12 às 14 horas — Almôço. Oferecido pela Delegacia Regional do Trabalho. 14 às 17 horas — Palestra e debate sôbre reforma agrária, pelo delegado da SUPRA, deputado Pontes Neto à rua Guilherme Rocha 422. (Altos). 20 horas — Sessão solene de posse das duas diretorias eleitas e lançamento da campanha de reivindicações dos sindicatos rurais do Ceará. Local: auditório da SUPRA.

ORADORES:

1 — Representantes das duas Federações. 2 — Representante dos delegados. 3 — Delegado do Trabalho. 4 — Delegado da SUPRA. 5 — Representante do Pacto Sindical. 6 — Representante da UEE.

Reforma agraria da Igreja

D. José Delgado, arcebispo de Fortaleza, já deu os primeiros passos para realizar no Ceará, uma reforma agrária cristã, a começar pelas terras que a Arquidiocese possui. Segunda-feira, esteve em Baturité e aceitou a oferta de um terreno do sr. Ananias Arruda. Regressando a Fortaleza, no mesmo dia providenciou, em caráter de urgência, a ida àquela cidade de um agrônomo e de uma assistente social, que deverão fazer um exame total da situação e apresentar o plano de uma "Comunidade rural", espécie de "Plano Piloto" para servir de exemplo. Terça-feira, ante-ontem, D. José Delgado esteve em Canindé, em visita ao convento de S. Francisco. Aproveitou para examinar, pessoalmente, o "caso" recentemente ocorrido naquela cidade. Por outro lado, resolveu atacar, também, o problema da reforma agrária. A Ordem dos Capuchinhos toma conta por fôrça de convênio, do santuário e de três ou quatro "fazendas", tudo de propriedade do Arcebispado. As terras servirão para uma experiência de reforma agrária. Tôdas as providências ultimas e efetivas serão tomadas pelo Arcebispo tão logo regresse de Roma. Portanto, ainda êste ano, d. José Delgado vai começar, em Baturité e Canindé, com terras da Igreja, a reforma agrária cristã.

Sindicatos cristãos

D. José Delgado viajará, sábado, para Roma, a fim de assistir ao Concílio Ecumênico, devendo regressar a Fortaleza na primeira quinzena de dezembro. Está nas suas preocupações um plano de organização, em todos os municípios, de Sindicatos Rurais cristãos. Nestas condições, todos os agricultores cearenses devem esperar pela palavra de D. José Delgado, a fim de integrarem as entidades sindicais lideradas pela Igreja.

Notas do Jornal *O Povo* dando conta da fundação da FETRAECE, em setembro de 1963.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Manchete destaca comemoração dos 13 anos de fundação do STTR de Morada Nova.
Fonte: arquivo FETRAECE.

SINDICATO COMEMORA 13 ANOS DE EXISTENCIA

Foram condignamente comemorados os 13 anos de atividades do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morada Nova. Dentre as comemorações destacam-se a Missa Gratulatória celebrada pelo Padre Pedro de Aquino, Vigário da Paróquia e uma sessão solene que contou com a presença de grande número de autoridades, associados e povo em geral. O Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado do Ceará, que ali compareceu acompanhado do seu tesoureiro, atendendo convite do Presidente do Sindicato, presidiu a solenidade. Na oportunidade, vários oradores fizeram uso da palavra para exaltar o excelente trabalho desenvolvido por aquele órgão sindical, ao longo desses 13 anos, em favor da laboriosa classe dos trabalhadores rurais, naquele próspero município da Zona Jaguaribana. Na foto, um aspecto parcial da solenidade.

Reajustada em 80,3 por cento a tabela do IR na fonte

OPOVO

STF pede explicação sobre liminar

Governo do Estado tem prazo de cinco dias para impugnar recurso do ex-prefeito

Ex-secretário vai ser denunciado

Cargos à disposição

Barney: "Reforma agrária é irreversível"

Presidente não aceitará imposições do FMI que comprometam suas metas sociais

CIP reajusta produtos, mas nega o do café

Superintendente do Inamps faz esforço para acabar filas

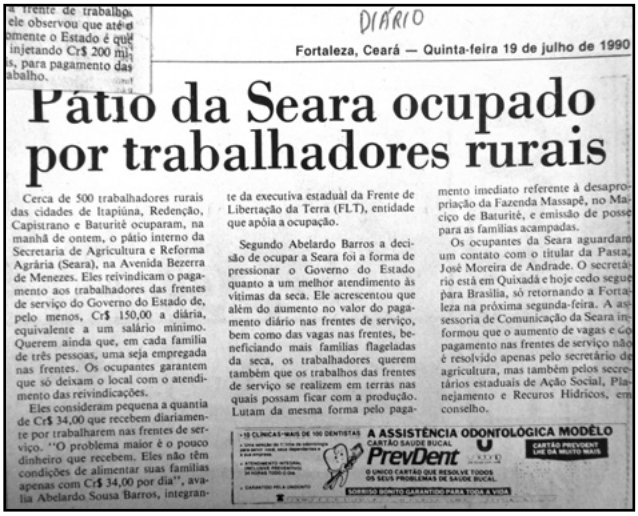
Trabalhadores vão à praça e iniciam luta

Fortaleza, Quarta-feira, 03 de julho de 1985

Trabalhadores na praça pedem Reforma Agrária

Violeiros improvisaram versos sobre a Reforma Agrária

Capa e matéria do jornal *O Povo* do dia 3 de julho de 1985 noticiando o ato público ocorrido na praça José de Alencar, em Fortaleza e que deu início à Campanha Nacional de Reforma Agrária no Ceará, evento que reuniu quase dez mil trabalhadores (as) rurais.
Fonte: Arquivo Mônica Martins.



a frente de trabalho, ele observou que até o momento o Estado é que injetando Cr$ 200 mil, s, para pagamento das abalho.

DIÁRIO

Fortaleza, Ceará — Quinta-feira 19 de julho de 1990

Pátio da Seara ocupado por trabalhadores rurais

Cerca de 500 trabalhadores rurais das cidades de Itapiúna, Redenção, Capistrano e Baturité ocuparam, na manhã de ontem, o pátio interno da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (Seara), na Avenida Bezerra de Menezes. Eles reivindicam o pagamento aos trabalhadores das frentes de serviço do Governo do Estado de, pelo menos, Cr$ 150,00 a diária, equivalente a um salário mínimo. Querem ainda que, em cada família de três pessoas, uma seja empregada nas frentes. Os ocupantes garantem que só deixam o local com o atendimento das reivindicações.

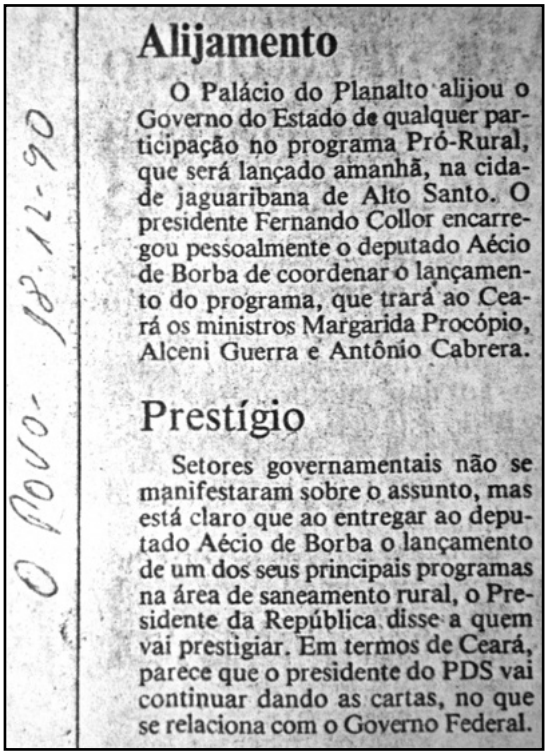
Eles consideram pequena a quantia de Cr$ 34,00 que recebem diariamente por trabalharem nas frentes de serviço. "O problema maior é o pouco dinheiro que recebem. Eles não têm condições de alimentar suas famílias apenas com Cr$ 34,00 por dia", avalia Abelardo Sousa Barros, integrante da executiva estadual da Frente de Libertação da Terra (FLT), entidade que apóia a ocupação.

Segundo Abelardo Barros a decisão de ocupar a Seara foi a forma de pressionar o Governo do Estado quanto a um melhor atendimento às vítimas da seca. Ele acrescentou que além do aumento no valor do pagamento diário nas frentes de serviço, bem como das vagas nas frentes, beneficiando mais famílias flageladas da seca, os trabalhadores querem também que os trabalhos das frentes de serviço se realizem em terras nas quais possam ficar com a produção. Lutam da mesma forma pelo pagamento imediato referente à desapropriação da Fazenda Massapê, no Maciço de Baturité, e emissão de posse para as famílias acampadas.

Os ocupantes da Seara aguardam um contato com o titular da Pasta, José Moreira de Andrade. O secretário está em Quixadá e hoje cedo segue para Brasília, só retornando a Fortaleza na próxima segunda-feira. A assessoria de Comunicação da Seara informou que o aumento de vagas e o pagamento nas frentes de serviço não é resolvido apenas pelo secretário da agricultura, mas também pelos secretários estaduais de Ação Social, Planejamento e Recuros Hídricos, em conselho.

A ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA MODÉLO
CARTÃO SAÚDE BUCAL
PrevDent
O ÚNICO CARTÃO QUE RESOLVE TODOS OS SEUS PROBLEMAS DE SAÚDE BUCAL
CARTÃO PREVIDENT LIVE DA MUITO MAIS

Notícia sobre a ocupação de 500 trabalhadores rurais na Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (Seara). Eles reivindicavam o pagamento das frentes de serviço do governo do Estado, Jornal Diário do Nordeste, 19 de julho de 1990.
Fonte: arquivo FETRAECE.



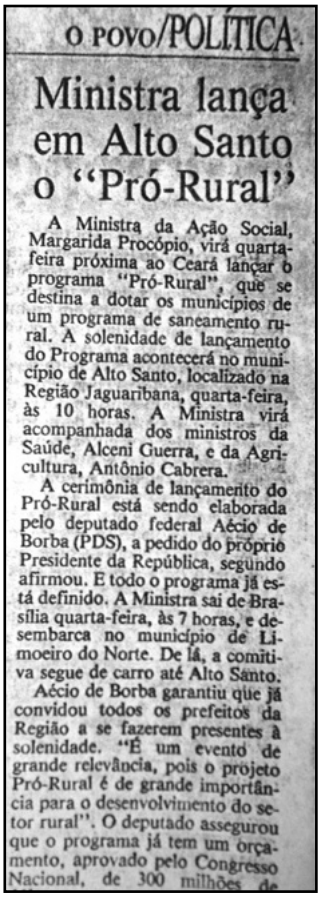
O Povo- 18.12-90

Alijamento

O Palácio do Planalto alijou o Governo do Estado de qualquer participação no programa Pró-Rural, que será lançado amanhã, na cidade de jaguaribana de Alto Santo. O presidente Fernando Collor encarregou pessoalmente o deputado Aécio de Borba de coordenar o lançamento do programa, que trará ao Ceará os ministros Margarida Procópio, Alceni Guerra e Antônio Cabrera.

Prestígio

Setores governamentais não se manifestaram sobre o assunto, mas está claro que ao entregar ao deputado Aécio de Borba o lançamento de um dos seus principais programas na área de saneamento rural, o Presidente da República disse a quem vai prestigiar. Em termos de Ceará, parece que o presidente do PDS vai continuar dando as cartas, no que se relaciona com o Governo Federal.



O POVO/POLÍTICA

Ministra lança em Alto Santo o "Pró-Rural"

A Ministra da Ação Social, Margarida Procópio, virá quarta-feira próxima ao Ceará lançar o programa "Pró-Rural", que se destina a dotar os municípios de um programa de saneamento rural. A solenidade de lançamento do Programa acontecerá no município de Alto Santo, localizado na Região Jaguaribana, quarta-feira, às 10 horas. A Ministra virá acompanhada dos ministros da Saúde, Alceni Guerra, e da Agricultura, Antônio Cabrera.

A cerimônia de lançamento do Pró-Rural está sendo elaborada pelo deputado federal Aécio de Borba (PDS), a pedido do próprio Presidente da República, segundo afirmou. E todo o programa já está definido. A Ministra sai de Brasília quarta-feira, às 7 horas, e desembarca no município de Limoeiro do Norte. De lá, a comitiva segue de carro até Alto Santo.

Aécio de Borba garantiu que já convidou todos os prefeitos da Região a se fazerem presentes à solenidade. "É um evento de grande relevância, pois o projeto Pró-Rural é de grande importância para o desenvolvimento do setor rural". O deputado assegurou que o programa já tem um orçamento, aprovado pelo Congresso Nacional, de 300 milhões de

Lançamento do programa Pró-Rural no município de Alto Santo, Jornal O Povo de 18 de dezembro de 1990.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Amadeu prefere que recursos sejam administrados por Estados

Fetraece quer recursos nas mãos do agricultor

"Não acredito nos programas que já foram criados até hoje para o trabalhador rural. Até mesmo os recursos que o Governo Federal disse ter enviado ao Ceará, se vieram, não chegaram às mãos, nem foram aplicados em benefício do agricultor". O desabafo é do Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece), José Amadeu de Araújo. Disse ele que se não chover até o fim deste mês, "vai sair emergência no Estado". A situação atual é grave nos municípios do Sertão Central e no Inhamuns — acrescentou.

Sobre o anúncio da visita que o presidente Fernando Collor fará ao Ceará, anunciada pelo Superintendente da Sudene, Adauto Bezerra, Amadeu Araújo disse que "não queremos conhecer o Presidente, e só apertar sua mão, queremos que ele envie recursos suficientes para resolver o problema das famílias que estão passando fome".

DESTINAÇÃO

Para Amadeu, o montante que o Presidente está anunciando enviar (Cr$ 10,5 bilhões para os nordestinos), se vier mesmo, que seja encaminhado aos governadores e não aos prefeitos, pois nas mãos dos governantes estaduais, fica mais fácil para as federações, sindicatos e associações fiscalizarem a sua aplicação. "Nas prefeituras, o agricultor não saberá o que será feito dele" — acrescentou.

Na avaliação de Amadeu, o ano de 1990 foi escasso, mas deu alguma produção quanto à safra de legumes. "Deu pouco mas deu e nossa grande preocupação agora é com o ano que se inicia". Na sua opinião, os programas iniciados pelo governo de Tasso Jereissati, se já tivessem sendo aplicados por governos anteriores, seriam ideais para combater a seca no Ceará.

"Porém, o que o governo do Estado vem fazendo é apenas prestar uma ajuda ao agricultor que está sem condições de plantar, pois não se pode viver ganhando Cr$ 150,00 por dia numa semana de cinco dias, o que perfaz um total de Cr$ 750,00 por semana e Cr$ 3.000,00 por mês. Atualmente, o salário mínimo só dá para o sustento de uma pessoa. Imagine quem tem cinco filhos e a mulher, para comer só da ajuda do Governo?" — indagou o presidente da Fetraece. Ele informa que a situação não é boa no Interior, pois até na serra da Ibiapaba, (no chamado cinturão verde) e especificamente no município de Solonópole, o gado está morrendo de sede e fome.

Seca e falta de objetivos geram caos

A seca e a falta de uma política destinada a oferecer ao homem do campo meios de convivência com as adversidades típicas da região semi-árida geram no interior do Estado o caos. O gado cearense está definhando, o agricultor não tem sementes para plantar e a fome campeia o sertão. As denúncias são do secretário-geral da Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado do Ceará(Fetraece), Francisco Macário de Abreu, para quem a carência de assistência técnica no campo e a lentidão da reforma agrária despontam como outros dois fatores essenciais causadores do êxodo rural.

"No início do Governo Sarney, porque ele estava interessado em cumprir as promessas de palanque de Tancredo Neves, até que houve no Ceará um impulso maior na reforma agrária", lembrou ele. Segundo Francisco Macário de Abreu, atualmente, processos e mais processos se acumulam no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária(Incra), aguardando recursos federais para desapropriação. Enquanto isso, o sertanejo sofre com a exploração dos patrões e se acirram no interior a disputa pela terra.

"As grandes empresas rurais-como vacarias, granjas e pocilgas-pagam mal os trabalhadores e, raramente, assinam carteira", informou o secretário da Fetraece. Em muitos casos sem ganhar sequer o salário mínimo, o rurícola acorda às [illegible] e só larga o trabalho por volta das 19 ou 20 horas, tirando leite do gado, cortando capim ou fazendo outras atividades. "A carga horária de oito horas não é respeitada".

Para Francisco Macário, o governo deve entender que a reforma agrária precisa acontecer com urgência e ser acompanhada de assistência para o agricultor. "Sem essas duas medidas, será muito difícil, fixar o homem no campo", disse ele, informando que a migração vem ocorrendo tanto para Fortaleza como para outros Estados."A Funceme já previu que as chuvas deste ano ficarão abaixo da normal em 30 ou 40 por cento. Isso causa muita preocupação, principalmente porque os açudes já estão secos desde o ano passado. A escassez de água no interior é enorme", adiantou.

ESTRELA DALVA

Menos do que as previsões da Funceme, assustam o homem do campo as suas próprias observações empíricas."Como ocorreu na seca de 58, por volta das cinco horas da manhã a Estrela Dalva está no nascente. Além disso, o ano termina em dois", justificou, alertando que os saques e as ameaças já começam a acontecer no interior.

"A situação de miséria é muito grave. No último dia 16,o Governador Ciro Gomes veio à Federação conversar com a gente e fez promessas de ajudar o agricultor. Isso tranqüilizou algumas pessoas, mas os riscos de saques continuarão se essa ajuda não vier rápido", alertou. Segundo Francisco Macário, o governador garantiu que não esperará por recursos federais e autorizará o início- com verbas estaduais- da construção de açudes, barragens, adutoras , cisternas e da perfuração de poços profundos.

"Enquanto medidas emergenciais não forem implementadas,o sertanejo continuará vindo para a capital inchar favelas ou mesmo ocupar pontes e viadutos, como está ocorrendo debaixo do viaduto da Avenida Borges de Melo", lembrou, criticando a falta de definição de uma política destinada a tornar o semi-árido viável. "A Ematerce(Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará), recentemente extinta, em poucos municípios trabalhava com o pequeno agricultor. Na realidade assistia era o grande", ressaltou.

Francisco Macário esclarece que a Fetraece divergia da forma de atuação da Ematerce em muitos municípios cearenses, entre outras coisas motivos por que seus técnicos ensinavam como combater as pragas através o uso de inseticida, "quando o camponês sequer conhece bem o solo e os melhores métodos de plantio". Sobre a atuação da Ematerce, o presidente da Fetraece, Antônio Uda Urbano, explicou que a atuação da Empresa era limitada junto ao pequeno porque os créditos agrícolas, praticamente, só chegam para o grande produtor. "Por isso eles recebiam mais assistência", frisou.

1991

Foto: Kiko Silva

Macário: Reforma agrária urgente

Antônio Uda, porém, recorda que constantemente quando eram procurados pelo pequeno proprietário, os técnicos da Ematerce alegavam não poder se deslocarem até a propriedade, pois não havia recursos para o combustível das viaturas do órgão. "Isso aconteceu comigo mesmo quando eu fui pedir a um técnico para ir ao Sítio Barrocão, do meu sogro, no distrito de Canindezinho, no município de Potiretama", disse.

O presidente da Fetraece ressaltou que, desde o final do governo Sarney, não há crédito para o plantio de cultura de subsistência. O governo atualmente investe em culturas para exportação, como o caju- em Pacajus e Russas- e o melão- em Aracati-, entre outras. "Também não faltam investimentos para as empresas agrícolas, enquanto o homem do campo não tem em sua mesa o feijão e o arroz para comer", critou.

Antônio Uda denunciou que do dinheiro liberado pelo Finsocial, Finor(Fundo de Investimento do Nordeste) e FNE(Fundo Constitucional para o Nordeste) apenas 20% vai para a produção agrícola. "O resto é aplicado em empresas ou mesmo na compra de apartamentos na capital". Segundo ele, até a Sudene contribuiu para o crescimento das empresas rurais, e hoje só não permanece com essa linha de atuação porque se encontra sem recursos. "Mas para a pequena produção agrícola não há apoio", enfatizou.

Por outro lado, o secretário da Fetraece esclareceu que a própria Federação aconselha o pequeno agricultor a não pedir crédito. "Com os juros altos mais correção, muitos não podem pagar o banco e terminam perdendo suas terras e equipamentos", disse ele. Embora os bancos não possam hipotecar minifúndios, sentindo-se pressionado o agricultor tenta arranjar dinheiro negociando a dívida com terceiros, "e muitas vezes perde a propriedade, por causa de desinformação".

Reconhecendo serem a queimada e o desmatamento práticas tradicionais no sertão cearense, Francisco Macário aponta como saída para o problema da degradação ambiental no campo a melhoria do nível de consciência do sertanejo, como forma de promover alternativas de produção agrícola no semi-árido, sem danos para a natureza. "O desenvolvimento sustentável é uma coisa muito boa. O governo deveria trabalhar mais no sentido de educar o povo", sugeriu.

Da mesma opinião, Antônio Uda ponderou que ao invés de aprender a conviver com a seca,o nordestino aprendeu a conviver com a miséria. "O semi-árido é viável. O que é preciso é uma política de combate à injustiça social no campo e de estímulo à produção", defendeu, propondo o melhor aproveitamento para irrigação dos cerca de 200 açudes públicos cearenses e a construção de mais reservatórios.

Para João Uda, o semi-árido pode se tornar viável, também, desde que haja mais assistência técnica para o pequeno agricultor e divulgação no meio rural dos riscos da degradação ambiental. "O homem precisa entender que ao agredir o meio ambiente, pode alterar o clima e empobrer o solo. Mas o governo tem que assumir a sua responsabilidade nesse processo. Até hoje, por exemplo, a água do Orós corre para o mar, numa prova de desperdício num Estado inteiramente carente de recursos hídricos", ressaltou.

Mozarly Almeida

Notícias de 1991 sobre o posicionamento de dirigentes da FETRAECE sobre os recursos para o agricultor (a) e o caos gerado pela seca e falta de assistência pública.
Fonte: arquivo FETRAECE.

ESTIAGEM – TRIBUNA DO CEARÁ 26/06/92

Frustração de safra agrícola na Zona Norte chega até 96,6%

SENADOR SÁ (Mário Sampaio) – A Cáritas Diocesana de Sobral divulgou através de ofício enviado a sindicatos, entidades governamentais e não-governamentais, o resultado global da perda de produção agrícola em 1992. Depois de consultados 2.076 agricultores entre os Municípios de Frecheirinha, Alcântara, Groaíras, Massapê, Senador Sá, Santana do Acaraú, Santa Quitéria, Meruoca, Martinópole, Uruoca, Hidrolândia, Bela Cruz, Marco, Cruz e Morrinhos constatou-se que a frustração de safra do milho foi de 84,81%, do arroz 96,60%, do feijão 90,93% e da mandioca 94,47%.

Agricultor desolado lamenta perda total do seu milho

Para os religiosos isso mostra o quadro angustiante da Região Norte, em decorrência do fenômeno da estiagem, que se abate com grande intensidade desde o mês de abril deste ano, quando as chuvas cessaram. Falta água potável e alimentação para as famílias carentes, além de geração de renda para os ruricolas.

Em Senador Sá a situação é cada vez mais angustiante, pois as famílias da sede do Município estão temerosas quanto a invasões das pessoas flageladas que há mais de 40 dias solicitam providências emergenciais.

As Cáritas juntamente com representantes de sindicatos, entidades beneficentes e outros segmentos da comunidade, estiveram mobilizando no último dia 10, uma concentração pública em frente a Prefeitura de Sobral, quando na oportunidade foram formuladas contunrural e reivindicadas as medidas de assistência.

Sucessão – Os partidos Liberal e Democrático Social, respectivamente PL e PDS, realizaram no último domingo suas Convenções, oportunidade em que coligados, homologaram seus candidatos aos cargos majoritário e proporcional, para as eleições de três de outubro. Na chapa desta coligação, estão confirmados os nomes do ex-prefeito e atual vice-prefeito, Alexandre Fonseca Marques e do empresário, José Ruy Nogueira Aguiar para prefeito e vice respectivamente.

O Partido Liberal, lançou 13 candidatos a vereador a citar, Mário Sampaio, Antônio Moreira Filho, Francisco das Chagas Costa, Auriledo Gomes, Antônio R. Cunha, Francisco Juvêncio, Luzia Marques, José Maria Carneiro, José Maria Ferreira, Raimundo Manuel, Milton veira e Francisco Neto. O PDS que é presidido pelo prof°. Roberto Frota, apresentou apenas dois candidatos à Câmara. São eles José Rivelino Carneiro e Raimundo Carneiro Rodrigues.

As duas Convenções tiveram início às oito horas e se estenderam até às 17 horas, na Avenida 23 de agosto, centro da cidade. Um bom número militantes, simpatizantes e candidatos, marcou presença no local e, ao contrário do que se especulava na cidade, o nome do atual vice-prefeito Alexandre Fonseca Marques, foi oficialmente confirmado como cabeça de chapa, para a tristeza da situação e de alguns "tagarelas" de Senador Sá.

Segundo os membros da coligação PL-PDS, o próximo passo será estruturar e programar as estratégias da campanha dos candidatos que concorrerão à sucessão da prefeita

O *jornal Tribuna do Ceará* noticiou a perda de safra agrícola da Região Norte na seca de 1992.
Fonte: arquivo FETRAECE.

ESTADO 06 de Agosto/92 TRIBUNA DO CEARÁ/13A

AGRICULTORES

Federação cearense quer uma solução para trabalhadores de Icó

Cerca de 270 trabalhadores rurais levados para Mato Grosso denunciam maltratos

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Ceará (FETAG/CE) deseja que o caso dos agricultores de Icó, região sul do Estado, que estariam vivendo sob um regime de escravidão no Estado de Mato Grosso, seja apurado com a máxima urgência. Segundo denúncia publicada ontem na imprensa local, 270 trabalhadores viajaram de Icó para a cidade de Pané (MT) num ônibus da empresa de turismo Paraturi com objetivo de trabalhar no corte de cana. Recentemente os parentes dos trabalhadores que ficaram no Ceará receberam notícias de que seus maridos, pais e primos estariam sendo maltratados, trabalhando sem limites de horas e sem receber salários pelos serviços.

Segundo Irineu a federação cearense já entrou em contato com a federação de Mato Grosso para que esta desse início a apuração dos fatos, no sentido de encontrar os cearenses e verificar a veracidade ou não da

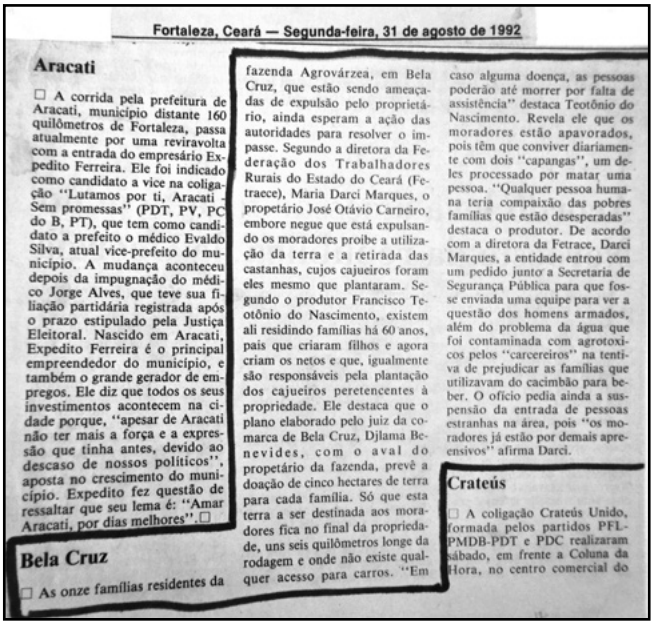
ração, disse que o caso deve ser averiguado pela FETAG de Mato Grosso, pois a denúncia, embora tenha partido de nosso Estado, o problema está acontecendo naquela localidade. A federação Cearense vai procurar, no entanto, acompanhar o caso disposto a entrar também em participação direta no confronto com os prováveis "patrões". "São os direitos básicos da pessoa humana que estão sendo violados. Direitos estes, previstos na Constituição Federal do Brasil", afirmou.

ras onde estão trabalhando os cearenses devem ser processados e as terras desapropriadas. A Polícia Federal de Mato Grosso já foi contactada pela PF cearense. Não se sabe, entretanto, onde estão e em que condições se encontram os agricultores de Icó. "E de competência territorial, se o crime está ocorrendo em Mato Grosso, a Polícia deste Estado deve tomar as providências cabíveis para apuração dentro do território do Estado a quem compete", esclarece Armando da Costa, Superintendente Regional da Polícia Federal no Ceará.

TERRAS/SECAS – Os trabalhadores agrícolas do Nordeste irão se reunir nos dias 20 a 22 e 25 a 27 de agosto, em João Pessoa (Paraíba), para debater

discussão se faz necessário a partir do momento que casos como este, que estão acontecendo em Mato Grosso e mesmo no Interior do Ceará estão se tornando rotineiros. Em Barbalha, Juazeiro e outras regiões próximas foram encontrados trabalhadores em condições subumanas, onde não é respeitado horário de descanso, período muito longo de trabalho, sem proteção no uso de agrotóxicos recebendo um salário incompatível com as necessidades mínimas de alimentação. "Devem ser tomadas providências imediatas quanto a estes mal tratados mas também não esquecer que todos estes problemas são o resultado da miséria e do abandono das situações extremamente difíceis que passam os trabalh

Notícia do jornal *O Estado*, do dia 6 de agosto de 1992 destacando o pedido da Federação para adoção de medidas a favor de agricultores de Icó levados para trabalhar em Mato Grosso e vítimas de maus tratos.
Fonte: arquivo FETRAECE.



Fortaleza, Ceará — Segunda-feira, 31 de agosto de 1992

Aracati

☐ A corrida pela prefeitura de Aracati, município distante 160 quilômetros de Fortaleza, passa atualmente por uma reviravolta com a entrada do empresário Expedito Ferreira. Ele foi indicado como candidato a vice na coligação "Lutamos por ti, Aracati - Sem promessas" (PDT, PV, PC do B, PT), que tem como candidato a prefeito o médico Evaldo Silva, atual vice-prefeito do município. A mudança aconteceu depois da impugnação do médico Jorge Alves, que teve sua filiação partidária registrada após o prazo estipulado pela Justiça Eleitoral. Nascido em Aracati, Expedito Ferreira é o principal empreendedor do município, e também o grande gerador de empregos. Ele diz que todos os seus investimentos acontecem na cidade porque, "apesar de Aracati não ter mais a força e a expressão que tinha antes, devido ao descaso de nossos políticos", aposta no crescimento do município. Expedito fez questão de ressaltar que seu lema é: "Amar Aracati, por dias melhores". ☐

Bela Cruz

☐ As onze famílias residentes da fazenda Agrovárzea, em Bela Cruz, que estão sendo ameaçadas de expulsão pelo proprietário, ainda esperam a ação das autoridades para resolver o impasse. Segundo a diretora da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Ceará (Fetraece), Maria Darci Marques, o propetário José Otávio Carneiro, embore negue que está expulsando os moradores proíbe a utilização da terra e a retirada das castanhas, cujos cajueiros foram eles mesmo que plantaram. Segundo o produtor Francisco Teotônio do Nascimento, existem ali residindo famílias há 60 anos, pais que criaram filhos e agora criam os netos e que, igualmente são responsáveis pela plantação dos cajueiros peretencentes à propriedade. Ele destaca que o plano elaborado pelo juiz da comarca de Bela Cruz, Djlama Benevides, com o aval do propetário da fazenda, prevê a doação de cinco hectares de terra para cada família. Só que esta terra a ser destinada aos moradores fica no final da propriedade, uns seis quilômetros longe da rodagem e onde não existe qualquer acesso para carros. "Em caso alguma doença, as pessoas poderão até morrer por falta de assistência" destaca Teotônio do Nascimento. Revela ele que os moradores estão apavorados, pois têm que conviver diariamente com dois "capangas", um deles processado por matar uma pessoa. "Qualquer pessoa humana teria compaixão das pobres famílias que estão desesperadas" destaca o produtor. De acordo com a diretora da Fetrace, Darci Marques, a entidade entrou com um pedido junto a Secretaria de Segurança Pública para que fosse enviada uma equipe para ver a questão dos homens armados, além do problema da água que foi contaminada com agrotoxicos pelos "carcereiros" na tentiva de prejudicar as famílias que utilizavam do cacimbão para beber. O ofício pedia ainda a suspensão da entrada de pessoas estranhas na área, pois "os moradores já estão por demais apreensivos" afirma Darci.

Crateús

☐ A coligação Crateús Unido, formada pelos partidos PFL-PMDB-PDT e PDC realizaram sábado, em frente a Coluna da Hora, no centro comercial do

Jornal *Diário do Nordeste*, do dia 31 de agosto de 1992 noticia a situação de onze famílias rurais da fazenda Agrovárzea, município de Bela Cruz, ameaçados de expulsão pelo proprietário da terra.
Fonte: arquivo FETRAECE.

TRIBUNA do Ceará

Fortaleza, terça-feira, 04 de fevereiro de 1992

A NOVA REFORMA AGRÁRIA

O Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, está no firme propósito de promover, desta vez, para valer, uma reforma agrária que não seja envolvida pela demagogia e nem aceita como norma as agitações comandadas por conhecidos pelegos que na realidade não querem nada com reforma, mas, sim, a baderna. E isso na tentativa de vender falsos serviços ao sofrido homem do sertão, que é bom dizer, já assistiu repetidas vezes esse filme de se lançar reforma sem bases, o que termina simplesmente com o abandono daquelas terras pelos seus hipotéticos donos que se encaminham para as periferias das grandes cidades onde criam um problema social dos mais graves.

Dispondo de uma verba inicial de cerca de um trilhão e setecentos bilhões de cruzeiros, o Governo começa sua reforma com plena convicção de que agora, essa dificuldade que vem se arrastando há muito tempo será superada e quem realmente desejar se candidatar ao empreendimento terá a oportunidade de possuir a sua gleba. Para tanto, será amparado em tudo o que for possível para que seja atendido técnica e financeiramente, na qualidade de futuros participantes da verdadeira reforma agrária.

Um fato muito importante é a firmeza com que o ministro Antônio Cabrera se dispõe a enfrentar os agitadores quando assegura que "não vamos negociar com invasores. As fazendas invadidas não serão objeto de reforma agrária. Ao invadir terras o problema dos trabalhadores rurais passa a ser da Polícia". Diante disso, agora se tem certeza de que os demagogos não terão vez junto às autoridades no seu afã de tumultuar um trabalho que não comporta subversão.

Aqui no Ceará está previsto o assentamento de mil seiscentas e vinte nove famílias numa área de quarenta e nove mil, quatrocentos setenta e sete hectares, o que não deixa de ser significativo, porquanto, diga-se de passagem, o sertão se encontra bastante esvaziado e com essa implantação de colonos, poderá muita gente que habita hoje nas periferias das cidades, regressar aos sertões para recomeçar a vida no campo que, sem sombra de dúvidas, é muito melhor do que ficar vegetando nos subúrbios das grandes cidades. Assim sendo, aquelas declarações agressivas de determinados líderes da Contag, de que iriam passar a invadir terras a partir deste mês, perderam o sentido e jamais alcançarão o resultado esperado por essa entidade, em face da firmeza do Ministro da Agricultura e do seu auxiliar imediato Dr. Renato Simplício, Superintendente do Incra, cujas autoridades pretendem executar as medidas emanadas do Presidente da República com toda rapidez e a objetividade que o caso requer.

Tribuna do Ceará, do dia 4 de fevereiro de 1992, noticia Nova Reforma Agrária para o Brasil e Ceará.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Assentados acampam defronte à Secretaria

Cerca de 400 assentados provenientes de várias regiões do Estado estão acampados desde ontem defronte à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), na Av.Bezerra de Menezes. A última vez que eles realizaram movimento foi em março, quando permaneceram por dias 16 dias em frente à sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A primeira rodada de negociação tem início hoje, na SDR.

O movimento acontece por tempo indeterminado, tendo na pauta três principais pontos: liberação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); luta pela Reforma Agrária e concessão da aposentadoria dos trabalhadores rurais. As 8 horas de hoje as lideranças do movimento se reúnem na SDR com a presença do secretário Pedro Sisnando, representantes da Ematerce, Secretaria da Agricultura Irrigada, Banco do Nordeste e Banco do Brasil.

Conforme o presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado do Ceará (Fetraece), Francisco Lucena, o movimento é mais uma etapa do "Grito da Terra Brasil", que mobilizou o país no último mês. A mobilização é uma iniciativa da Fetraece, em parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Segundo Lucena, já chegaram delegações da Região Norte do Estado e do Cariri, assim como de Itapipoca. Para hoje está prevista a chegada de representantes da Região centro-sul (Iguatu), Sertão Central (Quixeramobim) e Maciço de Baturité, de forma que o número de manifestantes deve subir para mil. Para amanhã estão sendo aguardados trabalhadores da Região Metropolitana de Fortaleza e do Vale do Jaguaribe.

Lucena diz que o movimento propõe a liberação de recursos da ordem de R$ 442 milhões relativos ao Pronaf e que beneficiaria cerca de 500 mil famílias. Eles repudiam o modelo de Reforma Agrária Solidária. Querem a desapropriação dos latifúndios improdutivos, que seriam pagos com títulos da dívida agrária.

Outro ponto da pauta de reivindicação é a aposentadoria de homens e mulheres que trabalham no campo. Segundo Lucena, apenas 20% dos que requerem o benefício conseguem se aposentar. A grande maioria fica, assim, sem obter um direito que é garantido por lei a todo trabalhador. Para discutir a questão, o movimentou agendou uma reunião com o superintendente do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), marcada para acontecer às 16 horas de amanhã.

Diário do Nordeste 16/06/99

Jornal *Diário do Nordeste* do dia 16 de junho de 1999 noticia que 400 trabalhadores (as) rurais estiveram acampados na Secretaria de Desenvolvimento Rural como parte da programação estadual do Grito da Terra Brasil.
Fonte: arquivo FETRAECE.

8A O POVO / Fortaleza-CE, sexta-feira, 18 de fevereiro de 2000

ceará

Encontro reúne 120 jovens agricultores em Iparana

Encontro da Juventude *Rural do Ceará, que está acontecendo no Sesc, em Iparana, reúne representantes das nove regionais da Fetraece*

A participação dos jovens na construção de projetos alternativos de desenvolvimento rural sustentável é o tema central no Encontro da Juventude Rural do Ceará que começou ontem à tarde na Colônia de Férias do Serviço Social do Comércio (Sesc), em Iparana, no município de Caucaia. Promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece), o evento terá continuidade até amanhã, quando os jovens aprovarão um documento contendo sugestões e reivindicações que serão encaminhadas aos governos estadual e federal.

Cerca de 120 jovens participaram da abertura do encontro ontem. Segundo Francisco Miguel de Lucena, presidente da Fetraece, mais jovens deverão chegar até hoje para as discussões. Ele diz que no local estão reunidos jovens engajados nos sindicatos rurais e nas pastorais sociais da igreja distribuídos pelas nove regionais da Federação, que são a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF); Vale do Jaguaribe; Centro-Sul/Iguatu; Sul/Cariri; Inhamuns/Crateús; Sertão Central; Maciço de Baturité; Litoral Norte/Itapipoca e Região Norte/Sobral.

O encontro irá tratar ainda da participação na família, na comunidade e nas organizações sociais, do relacionamento social entre homens e mulheres. Também será discutida a sexualidade com enfoque para as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's); a participação na construção da produção e a divisão dos frutos do trabalho na complementação da renda familiar.

Crato busca melhorar Parque de Exposições

Convênio prevê *a utilização do Parque de Exposições do Crato durante todo o ano*

Uma parceria entre a Prefeitura do Crato, Associação dos Criadores e Universidade Regional do Cariri pode ser a solução para o Parque de Exposições do Crato, que só é utilizado uma vez por ano, durante a exposição agropecuária do município. Uma minuta de um convênio foi entregue, na última quarta-feira (16), ao secretário do Desenvolvimento Rural, Pedro Sisnando.

Dentro de uma semana o Governo do Estado deve se pronunciar sobre o convênio. O acordo prevê a recuperação do parque, construção de vias de acesso e estacionamento, e sua utilização durante todo o ano com atividades que envolvam os municípios da região do Cariri.

Noticia sobre o Encontro da Juventude Rural do Ceará, jornal *O povo* de 18 de fevereiro de 2000.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Diário do Nordeste

Página 6 REGIONAL Fortaleza, Ceará - Quarta-feira, 8 de ma

Mulheres se mobilizam para march

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece), em parceria com a Comissão Pastoral da Terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, está mobilizando as mulheres do campo das nove regionais para duas marchas que acontecem esse ano. Hoje, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, o lançamento acontece em Baturité. A convocação será para a Marcha Mundial das Mulheres 2000 e da Marcha Nacional das Margaridas, movimentos que acontecem em março e agosto, respectivamente. A Marcha Mundial das Mulheres 2000 acontece de hoje até o dia 17, no mundo inteiro, com concentração em Brasília.

O objetivo desses movimentos é reivindicar contra a situação de pobreza e violência a que estão submetidas as mulheres do campo. A manifestação é realizada por inúmeras entidades, dentre elas a CUT, Contag, Pastorais e partidos políticos.

Conforme Graça Duarte, coordenadora Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais, a Marcha Nacional das Margaridas é considerada a maior mobilização em massa do movimento sindical com mulheres. A intenção é reunir 20 mil trabalhadoras em Brasília, no dia 10 de agosto. Trata-se de uma homenagem a Margarida Maria Alves, trabalhadora rural assassinada em agosto de 1983 por latifundiários da Paraíba. Por isso, nessa data se comemora o Dia Mundial contra a Violência no Campo.

A Marcha das Margarida traz à tona também o tema da violência na família. Além de combater a violência, elas querem ampliar a participação da mulher na agricultura familiar e aumentar os direitos sociais. Do Ceará participarão 1.100 trabalhadoras rurais.

Segundo Graça Duarte, as mulheres representam 50% dos cadastrados nos sindicatos rurais. No entanto, muitas ainda estão na sombra dos homens do campo, uma vez que sua força de trabalho é desprezada e o que ganham não é contabilizado no orçamento familiar.

As nove regionais que estão participando da mobilização são Baturité, Região Metropolitana de Fortaleza, Iguatu, Cariri, Itapipoca, Sertão Central, Vale do Jaguaribe, Sobral e Crateús. As entidades estão trabalhando junto às trabalhadoras rurais a cartilha "Mulheres Gerando Vida, Construindo um Novo Brasil".

A entidade luta para ampliar a participação da mulher na agricultura familiar e aumentar os direit

Mulheres se mobilizam para marcha mundial, Jornal Diário do Nordeste do dia 8 de março de 2000.
Fonte: arquivo FETRAECE.

O POVO

FORTALEZA-CE, QUARTA-FEIRA, 23 de maio de 2001 ANO LXXIV Nº 24.142 R$ 1,00

PERDA DA SAFRA

Debate aponta sugestões para combate à seca

Reunião na assembléia sugere soluções para amenizar o problema da seca em 80 municípios cearenses. Algumas cidades chegaram a perder até 90% da safra este ano. Governo do Estado deve apresentar programa de combate esta semana

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece) estima que hoje 80 municípios sofrem com a seca, 39 (veja quadro) estão em situação mais crítica. As regiões mais atingidas são Cariri, Sertão Central e Inhamuns. Ontem, em sessão na Assembléia Legislativa, deputados, sindicatos de trabalhadores rurais, prefeitos e vereadores debateram o assunto. Segundo a Secretaria do Desenvolvimento Rural do Estado (SDR), por enquanto, apenas 06, serão contemplados com o programa de combate à seca.

Segundo o deputado José Guimarães (PT), não existe nenhuma processo de combate a seca sendo desenvolvido pelo governo do Estado. Durante a sessão surgiram algumas sugestões para minorar o problema da seca: abrir frentes de serviços; parceria entre os governos Federal, Estadual e Municipal; seguro desemprego para os trabalhadores rurais e criação de uma comissão de deputados estaduais para mediar acordos entre governo e agricultores. Guimarães disse

SECA NO CEARÁ

Municípios onde ocorreram ocupações
Tauá
Saboeiro
Assaré
Crato
Juazeiro do Norte
Madalena
Choró
Quixadá
Farias Brito
Cedro
Várzea Alegre
Granjeiro
Caririaçu
Brejo Santo *
Barbalha
Milagres
Juazeiro do Norte *
Jati
Saboeiro *
Caririaçu
Antonina do Norte *
Granjeiro
Tarrafas *
Barro
Farias Brito *
Tauá
Assaré *
Baixio
Penaforte
Nova Olinda *
Missão Velha
Potengi *
Várzea Alegre
Caritas
Jardim
Campos Sales *
Aiuaba
Cedro
Saltro *
Araripe *
Aracoiaba
Santana do Cariri *
Iberetama
Jardim *
Choró Limão
Quixelô
Altaneira *
Barbalha
Madalena *
Irauçuba e parte de Sobral
* Municípios que decretaram estado de calamidade pública

Os 39 Municípios mais atingidos pela seca
Crato *
Porteiras

Fonte: Gabinete do deputado José Guimarães e Fetraece.

nador Tasso Jereissati e a Fetraece, marcada para o dia 28 deste mês, as sugestões serão apresentadas.

A Fetraece endossa as propostas elaboradas durante a sessão, acrescenta alfabetização para os agricultores e qualificação profissional. César Gondim, presidente da entidade, diz que "com exceção de alguns municípios da região Norte e do Litoral, o resto do Estado está numa situa-

Segundo Gondim, hoje as famílias dos trabalhadores rurais, nas áreas atingidas pela seca, estão passando fome e sede. Ele afirma ainda que no Interior é comum o agricultor comprar fiado nas mercearias e pagar quando receber o dinheiro com a venda da safra, mas agora os comerciantes não estão vendendo fiado.

O POVO entrou em contato com a Secretaria do Desenvolvimento Rural do Ceará (SDR). Segundo o assessor da presidência, Haroldo Holanda, o secretário Pedro Sisnando estava viajando a Brasília. Haroldo antecipou que o programa de combate à seca do governo do Estado, deverá ser apresentado ainda esta semana. Ele disse também que a escolha dos municípios que serão beneficiados com o programa será baseada no total da perda de safra. O assessor falou que a secretaria "não está pensando em frentes de emergência" e que será destacada a área educacional para o trabalhador rural. Haroldo também informou que o número de municípios contemplados com o programa, 60 de início, poderá aumentar. "deven-

DIÁRIO DO NORDESTE

Fundador: Edson Queiroz

Fortaleza, Ceará - Quarta-feira, 23 de maio de 2001

Trabalhadores rurais discutem seca na AL

Com a realização de uma Audiência Pública com os deputados, ontem, na Assembléia Legislativa, o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece), César Gondim, considera encerrado um ciclo mobilização da categoria que teve início com as mobilizações municipais. Mesmo antes da divulgação do fim da quadra invernosa pela Funceme, os trabalhadores rurais já não tinham mais esperanças de reverter o quadro de seca e calamidade na maioria do Estado.

A audiência de ontem foi suspensa, oficialmente, no final da tarde da segunda-feira, mas a mobilização formada em torno dela não foi esvaziada e acabou encaminhando a discussão de qualquer forma.

Estiveram presentes na plenária da Assembléia Legislativa, ontem, cerca de 150 trabalhadores rurais representantes das diversas regiões do Estado. "Mais uma vez o Governo do Estado desmoralizou o Poder Legislativo. Nós ficamos perplexos com o total desrespeito ao Poder Legislativo que convocou o secretário do Desenvolvimento Rural, e esse nem veio e nem mandou representante", comentou o presidente César Gondim, afirmando que, mesmo sem a presença do Governo as discussões sobre a seca no Estado aconteceram.

"Nós fizemos mobilizações municipais, ocupações de estradas, discutimos com a sociedade na Assembléia. Fizemos a nossa parte. Agora a bola está com o Governo", declara o dirigente sindical.

A proposta da Fetraece ao Governo reivindica três programas para amenizar o drama da seca no Estado. São eles: iniciação de resgate das dívidas sociais; alfabetização e qualificação profissional com o incentivo do salário mínimo; e apoio à produção familiar.

Os programas devem ter implantação imediata em 80 municípios, segundo César Gondim, da Fetraece. A expectativa agora fica em torno da audiência com o Governador do Estado, marcada para o próximo dia 28, à 17 horas.

Reunião na Assembleia Legislativa debate soluções para amenizar as consequências da seca nos municípios cearenses mais atingidos. Jornal *O Povo* e *Diário do Nordeste* do dia 23 de maio de 2001.
Fonte: Arquivo FETRAECE.

DIÁRIO DO NORDESTE

REGIONAL

Fortaleza, Ceará - Sábado, 26 de maio de 2001

Trabalhadores rurais protestam em Nova Olinda

Nova Olinda (Sucursal/Crato) — Debaixo de uma chuva fina, que obrigou os manifestantes a usar guarda-chuva, cerca de 500 trabalhadores rurais participaram da Celebração da Colheita na cidade de Nova Olinda, no Cariri, que teve como objetivo chamar as autoridades para o desemprego, a fome e a miséria que predominam no campo, agravados com a seca.

Portando faixas e cartazes, os trabalhadores caminharam pelas ruas de Nova Olinda. Em frente ao Sindicato, fez festa uma reflexão sobre os erros cometidos contra os agricultores sem terra. Os manifestantes pediram perdão a Deus pela omissão.

Em seguida, caminharam até a igreja matriz de São Sebastião, cantando a música Perdão Meu Jesus. A tradicional celebração da colheita foi transformada numa cerimônia de lamentações e reivindicações: Este ano, o trabalhador não tem o que comemorar. Não há colheita. O agricultor denunciar a falta de uma política agrícola destinada a fixação do pequeno produtor na terra e reivindicar a abertura de frentes de trabalho.

A celebração teve início às 8 horas na cidades de Nova Olinda com uma concentração na saída da estrada que dá acesso a Santana do Cariri. Alguns trabalhadores levaram um pacote, com feijão, arroz, ou massa de milho que foram entregues na hora do ofertório para serem distribuídos com os mais carentes.

O agricultor José Gonçalves da Silva comprou na bodega um pacote de fubá de milho. Ele justifica: "este ano, eu não colhi nada. Tive que comprar na bodega". Já o pequeno produtor José Fernandes de Souza conseguiu colher um pouquinho feijão mulatinho. Levou um quilo para a missa. Ele disse que é o mínimo que pode fazer pelos pobres agricultores que nada colheram e estão passando fome. O ato terminou na igreja de Nova Olinda com a celebração de uma missa durante à qual foi feito outro momento penitencial.

Na homilia, o Padre Vilceri Vidal, coordenador regional da Comissão Pastoral da Terra, CPT, dirigiu sua palavra aos trabalhadores. O movimento contou com a participação dos Sindicatos dos trabalhadores Rurais de Santana do Cariri, Nova Olinda e Altaneira, com o apoio das paróquias de São Sebastião e Senhora Santana e Comissão Pastoral da Terra, representadas por seus respectivos vigários.

Portando faixas e cartazes, os trabalhadores caminharam pelas ruas da cidade pedindo soluções urgentes

Trabalhadores (as) protestam em Nova Olinda pedindo ajuda do governo para amenizar prejuízos causados pela seca. Jornal *Diário do Nordeste* do dia 26 de maio de 2001.
Fonte: arquivo FETRAECE.

DIÁRIO DO NORDESTE

REGIONAL

Fortaleza, Ceará - Quarta-feira, 30 de maio de 2001

Fetraece contesta números e quer abertura de frentes de serviços

Pedro Sisnando afirmou ainda que o estado vai solicitar do Governo Federal a priorização de recursos para programas de renda mínima e abastecimento de água.

Em contrapartida, presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Ceará (Fetraece) César Gondim diz que o governo estadual não tem nenhum programa concreto de combate à seca e contesta os números oficiais e quer abertura de frentes de serviços.

Para Gondim um plano adequado necessitaria de um programa de resgate das dívidas sociais com os trabalhadores rurais, programas de educação e de renda mínima, segurança alimentar, abastecimento de água, qualificação profissional e apoio a produção familiar. Por sua vez, ele classificou de positiva a reunião que teve esta semana com o governador e o secretário de Desenvolvimento Rural. "Não tivemos resultados concretos mas serviu para quebrar o gelo, já que o governo não nos recebia há quatro anos", ironizou.

No Ceará a Fetraece registra 1 milhão 171 mil trabalhadores rurais. Os maiores problemas atingem principalmente os pequenos proprietários, meieiros, assalariados e sem terras.

No Ceará foi decretado estado de calamidade em 23 municípios enquanto outros 55 estão em estado de alerta.

O Governo Federal liberou R$ 1,5 milhão para a aquisição de 100 mil cestas para distribuição aos flagelados.

FETRAECE pressiona governo por criação de frentes de serviços em meio à seca que atinge o Estado. Jornal *Diário do Nordeste* de 30 de maio de 2001.
Fonte: arquivo FETRAECE.

Segunda etapa do Projeto Raízes é promovida pela FETRAECE, Jornal *O Povo* de 5 de novembro de 2001.
Fonte: arquivo FETRAECE.

CAPACITAÇÃO

Projeto Raízes discute cidadania e desenvolvimento no campo

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará está promovendo a segunda etapa do Projeto Raízes, que visa a levar capacitação para agricultores, além de promover discussões sobre cidadania e desenvolvimento

Cidadania e Desenvolvimento para o campo é a proposta do Projeto Raízes 2001, que começa a ser posto em prática pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece). A iniciativa será executada através de três linhas de ação e 10 tipos de qualificação profissional, abrangendo cursos nas áreas de Economia Solidária, Autogestão e Agroecologia. Os primeiros módulos de dois dos cursos tiveram início na última terça-feira, 4, reunindo agricultores dos municípios das regiões Norte do Estado, Metropolitana de Fortaleza, e Vale do Jaguaribe.

Todas as ações fazem parte da segunda fase do Raízes, um projeto que teve a primeira etapa implementada no ano passado, com a capacitação de 200 trabalhadores rurais nas áreas de associativismo e cooperativismo. Em 2001, a iniciativa está capacitando 2.750 pessoas da zona rural do Estado, incluindo as beneficiadas na primeira fase. Elas estão incluídas agora na primeira ação do calendário para este ano, cuja temática é "Economia Solidária: raízes da autonomia e do desenvolvimento".

Dentro deste tema estão inseridos cursos de "Gestão das Unidades de Produção Familiar e convivência com o Semi-Árido"; "Agricultura familiar, economia solidária e desenvolvimento local"; "Cooperativismo de crédito e sistemas de microcrédito" e "Redes de economia solidária e fundos alternativos de desenvolvimento". De acordo com Raimunda Oliveira (Muindinha), assessora pedagógica do projeto, a escolha dos temas explorados levou em conta a demanda apontada pelo público que a Fetraece acompanha nas áreas de formação sindical e política.

Ela lembra que a inserção desses temas nos debates do movimento sindical visa exatamente a construção de empreendimentos de economia solidária no campo. O objetivo é encontrar alternativas para o trabalhador rural sobreviver sem depender exclusivamente da agricultura. Assim é que também estão sendo ministrados cursos sobre agricultura familiar; criação de abelhas e produção de algodão orgânico.

Trabalhadores rurais das regiões Norte e Metropolitana participaram do curso "Agricultura familiar, economia solidária e desenvolvimento local", que reuniu agricultores de Itiapina, Tianguá, Ubajara, São Benedito, Guaraciaba do Norte, Viçosa do Ceará, Groaíra, Carnaubal, Croatá, Guaiúba, Maranguape, Palmácia, Pacatuba e Ocara. As aulas foram ministradas no período de 4 a 6 deste mês.

Os agricultores do Vale do Jaguaribe, reunindo os municípios de Morada Nova, Limoeiro do Norte, Tiniguinha, Tabuleiro do Norte, Russas, Jaguaretama e Alto Santo, participaram no mesmo período, do curso "Cooperativismo de Crédito e Sistemas de Microcrédito". No período de 11 a 13 deste mês, o primeiro módulo do curso "Agricultura familiar, economia solidária e desenvolvimento local", foi ministrado para os trabalhadores rurais inscritos nas regiões de Iguatu, Icapipoca e Baturité.

Nessas três áreas do Estado, as orientações serão levadas para agricultores de Icó, Orós, Cedro, Lavras da Mangabeira, Quixelô, Umari, Jucás, Penitcoste, São Luís do Curu, Paraipaba, General Sampaio, Tejuçuoca, Apuiarés, Baturité, Aratuba, Mulungu, Itapiúna, Capistrano, Aracoiaba, Redenção, Acarape e Barreira.

CALENDÁRIO

Segunda ação do Projeto Raízes: Gestão das Unidades de Produção Familiar e Convivência com o Semi-árido

Municípios	1º Módulo	2º Módulo
Boa Viagem	06 a 08.11.01	20 a 22.11.01
Itaiçaba	22 a 24.11.01	05 a 07.12.01
Monsenhor Tabosa	29/10 a 01.11.01	20 a 22.12.01
Tamboril	29 a 31.10.01	05 a 07.11.01
Madalena	17 a 19.10.01	29 a 31.10.01
Parambu	02 a 04.11.01	15 a 17.11.01
Caridade	08 a 10.11.01	15 a 17.11.01
Independência		
Campos Sales e Russas	13 a 15.09.01	27 a 29.09.01
Tabuleiro do Norte	13 a 15.11.01	03 a 05.12.01
Morrinhos	06 a 08.09.01	27 a 29.09.01
Canindé	04 a 06.10.01	25 a 27.10.01
Forquilha	13 a 15.09.01	04 a 06.10.01

Terceira ação do Projeto Raízes: Fortalecendo as Raízes do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável

Regiões	1º Módulo	2º Módulo
Região Norte	18 a 29.09.01	30 a 31.10.01
Vale do Jaguaribe	18 a 19.09.01	30 a 31.10.01
Iguatu	27 a 28.09.01	30 a 31.10.01
Itapipoca	28 a 29.10.01	28 a 29.11.01
Região Metropolitana	20 a 21.09.01	17 a 18.10.01
Crateús	10 a 11.09.01	22 a 23.10.01
Canindé	01 a 02.10.01	05 a 06.11.01
Maciço de Baturité	28 a 29.09.01	03 a 04.10.01
Sertão Central	25 a 26.09.01	02 a 03.10.01

Quarta ação: Feira da Agricultura Familiar
Data: de 29 de novembro a 1º de Dezembro de 2001, em Fortaleza

Agricultura familiar é tema de curso

Na sua segunda linha de ação, o Projeto Raízes está proporcionando a agricultores de outros municípios os cursos Agricultura Familiar e Sistema Agroflorestação; associando a temática da agricultura familiar ainda com a criação de abelhas, hortifruticultura orgânica e a produção de algodão orgânico. Trabalhadores rurais de Santana do Cariri participaram do módulo inicial do primeiro curso no período de 6 a 8 de setembro e farão o segundo entre os dias 20 e 22 próximo.

Do mesmo curso participarão agricultores de Farias Brito, no período de 11 a 13 de outubro próximo, com a primeira etapa, e de 25 a 27 da segunda. Também farão o curso os agricultores de Potengi, cujos módulos serão ministrados, respectivamente, de 01 a 03 e de 15 a 17 de novembro. Trabalhadores rurais de Várzea Alegre farão o curso "Agricultura familiar e criação de abelhas" nos períodos de 13 a 15 deste mês e de 04 a 06 de outubro próximo.

Para o pessoal de Quixeramobim, o primeiro módulo do curso "Agricultura familiar e hortifruticultura orgânica" está sendo ministrado até 7 de setembro, enquanto o segundo, no período de 01 a 03 de outubro. Em Iguatu, os trabalhadores rurais inscritos farão os dois módulos do curso "Agricultura Familiar e a produção de algodão orgânico" nos períodos de 29 de setembro a 1º de outubro, e de 27 a 29 de outubro.

FETRAECE participou do 1º Feirão da Socioeconomia Solidária e Agricultura Familiar do Ceará, Jornal *O Povo*, 10 de novembro de 2001.
Fonte: arquivo FETRAECE.

O POVO
FORTALEZA-CE, SEXTA-FEIRA, 30 de novembro de 2001 ANO LXXIV Nº 24.333 R$ 1,50

O POVO
FORTALEZA-CE, SEXTA-FEIRA, 30 de novembro de 2001

FOTO: CLÁUDIO GIRÃO

Feirão reúne produtos fabricados por agricultores de várias regiões do Ceará

CEARÁ 11

EXPERIÊNCIAS

Agricultores de 40 municípios do CE participam de feira

O Parque da Criança, no Centro de Fortaleza, está sediando o 1º Feirão da Socieconomia Solidária e Agricultura Familiar do Ceará até amanhã. A promoção está reunindo 300 expositores do Interior do Estado e 100 da Capital, que desenvolvem projetos nessas áreas

Diário do Nordeste
CIDADE

GRITO DA TERRA BRASIL

Políticas públicas para o campo

FETRAECE
40 Anos de História, Lutas e Conquistas

OS CHAPÉUS, QUE PROTEGEM do sol na lida da roça, agora são utilizados como símbolo de luta

O chapéu de palha que ameniza a incidência do sol para quem trabalha no campo, foi erguido como símbolo de luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que se reuniram, ontem, no primeiro dia de atividades do Grito da Terra Brasil. O evento, que já está em sua décima primeira edição, espera reunir mais de três mil pessoas em Fortaleza para discutir a inserção de mais políticas públicas para o campo.

O Grito da Terra é a oportunidade dos trabalhadores rurais reivindicarem melhores condições de trabalho e sobrevivência. Este ano, a pauta de reivindicações está dividida entre questões que são da esfera do Governo Federal e outras que são da competência do Governo Estadual.

O presidente da Federação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Ceará (Fetraece), Moisés Braz, explica que a pauta é diversa e contempla desde a renegociação de dívidas ao investimento na segurança.

Diretamente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Fetraece cobra a desapropriação de

150. Primeiro dia de atividades do 11º Grito da Terra Brasil com destaque para os 40 anos de FETRAECE. Jornal *Diário do Nordeste*, 3 de agosto de 2006.
Fonte: arquivo FETRAECE.

ENCERRAMENTO Cerca de 3 mil trabalhadores rurais do Ceará, segundo os organizadores do 11º Grito da Terra 2006, participaram ontem da caminhada e ato político de encerramento do movimento por melhoria das condições de vida do homem do campo. A pauta com as reivindicações foi entregue ao governador Lúcio Alcântara

Fátima Guimarães
da Redação

Trabalhadores e trabalhadoras rurais saíram em caminhada do ginásio Paulo Sarasate até a Praça do Ferreira, no Centro, onde foi realizado um ato político. A iniciativa faz parte da programação do 11º Grito da Terra 2006 encerrado ontem em Fortaleza e que, segundo os organizadores, reuniu cerca de 3 mil participantes dos 184 municípios cearenses. Pela manhã, uma comissão formada por representantes do movimento sindical foi recebida no Palácio Iracema pelo governador Lúcio Alcântara e vários secretários. Foi entregue a eles a pauta com as reivindicações dos agricultores.

Na caminhada, os participantes ocuparam toda a faixa direita da avenida Heráclito Graça em direção a Praça do Ferreira. Nos cruzamentos onde não havia agente de trânsito da Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e Cidadania (AMC), muitos motoristas e motoqueiros ficaram irritados com a lentidão do trânsito e avançavam na pista. Marcílio Soares, chefe da Divisão de Operação e fiscalização da AMC, diz que a orientação foi para que os manifestantes ocupassem apenas uma das faixas, o que não ocorreu ontem e que os agentes tinham como função reguardar a segurança dos participantes e possibilitar a mínima fluidez do trânsito, mas que mesmo assim, ocorre congestionamento.

Durante o percurso, houve distribuição de panfleto sobre o movimento dos trabalhadores rurais e por meio do carro de som, pedidos de compreensão dos motoristas para a ocupação da via, pois se tratavam de trabalhadores do campo que pediam terra para produzir e melhoria das condições de vida. Mas nem todos os que observavam da calçada ou se dirigiam de carro perceblam o momento como se fosse a luta por assistência técnica e infra-estrutura nas áreas de assentamentos, menor preço para os produtos da agricultura familiar.

A presença de políticos e militâncias de candidatos com bandeiras e distribuindo material fez com que as pessoas pensassem ser um momento da campanha eleitoral. "É um absurdo atrapalhar o trânsito para fazer propaganda para esses políticos que nada fazem pelo trabalhador", lamentou o representante comercial Artur Bezerra, 30. Já o administrador Carlos Alberto, que tentava cruzar de carro a avenida Duque de Caxias, reconheceu que o movimento era justo, mas lamentou a confusão no trânsito.

O encerramento do Grito da Terra foi na Praça do Ferreira. O presidente da Central Única do Trabalhador (CUT), Deassis Diniz, observa que o ato tinha como finalidade mostrar para sociedade a posição política do movimento sindical que apóia o presidente Lula, candidato à reeleição e Cid Gomes, para futuro governador do Estado.

Moises Braz Ricardo, presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece), que esteve com o governador Lúcio Alcântara e cerca de oito secretários, afirma que ficou agendado um encontro para o próximo dia 30, na Secretaria da Agricultura, para negociar a pauta de reivindicação com representantes dos órgãos estaduais envolvidos no assunto e a Fetraece. Um grupo esteve no Incra e no Dnocs para encaminhar propostas para áreas de assentamentos e perímetros irrigados.

Fortaleza, Ceará, 4 de agosto de 2006
SEXTA-FEIRA
Ano XIV - Nº 8.785
DIÁRIO DO NORDESTE
Fundador: Edson Queiroz

APESAR DO GRANDE número de participantes, a caminhada até o Centro foi ordeira

● MELHORIAS NO CAMPO

Grito da Terra Brasil invade Centro de Fortaleza

Eles são muitos e vieram do longo pedir atenção. Os mais de três mil trabalhadores e trabalhadoras rurais do Grito da Terra Brasil (GTB), vindos dos 184 municípios do Estado, saíram em caminhada do Ginásio Paulo Sarasate, na manhã de ontem, em direção à praça do Ferreira, no Centro da cidade. Dentre muitas medidas, eles cobraram a reforma agrária completa no campo. Apesar da interrupção momentânea do trânsito nos trechos por onde se manifestantes passaram, a passeata foi tranqüila e organizada.

A reforma nas relações de trabalho no campo e ao acesso à terra foi a principal reivindicação que levou o agricultor José Francisco Brito, de 68 anos, a participar do Grito pela Terra Brasil. Pela terceira vez acompanhando a caminhada, ele considera que os agricultores têm conquistado vitórias através do movimento, como a criação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), que disponibiliza empréstimos a trabalhadores rurais.

Já o agricultor Antônio Oliveira Sousa Ismael, de Missão Velha, acredita que uma das mudanças a serem perseguidas é a política de preços dos produtos. O milho, arroz, feijão, café, cana-de-açúcar, girassol e gergelim produzidos no município são passados a preços muito baixos para os atravessadores. O que tem mais lucro, enquanto o produtor enfrenta dificuldades para aumentar a produtividade. "Se a gente conseguir tudo isso, está evitando a saída do trabalhador rural", afirma.

Nesse sentido, os sindicatos à frente do GTB promoveram o encerramento do movimento, em ato político na Praça do Ferreira.

Noticias do Jornal *O Povo* e *Diário do Nordeste*, do dia 4 de agosto de 2006 sobre encerramento do 11º Grito da Terra na praça do Ferreira.
Fonte: arquivo FETRAECE.

8. Considerações Finais

Considerações Finais

É importante manter viva a história do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

(José Pereira, sindicalista e dirigente da FETRAECE)

No início, 29 associações (ver anexo 4) e três federações (1950 a 1962). Hoje, 2013, são 184 sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e aproximadamente 2.000 delegacias sindicais de base ou coordenação sindical de base, oito instâncias regionais e uma federação, a FETRAECE. Apoiado na história política da construção das organizações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, 1950 a 2013, é possível afirmarmos alguns fatos.

Primeiro, que constitui

> seguramente, um dos mais importantes processos de transformação sofridas pelo campo brasileiro nas últimas décadas. (*sic*). Todavia, mais importante que sua expressão numérica, essas organizações, especialmente, as sindicais, por sua articulação nacional, afetaram de modo significativo as estruturais sociais rurais. Mesmo ali onde sua atuação era limitada, os sindicatos, por sua simples presença, contribuíram para alterar as relações de poder existente (PALMEIRA, 1998, p. 223).

Segundo, as informações da quantidade e da qualidade do MSTTR, permite concordamos com a afirmação de Uchoa (1989), que as organizações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Ceará dispõem de um potencial armazenado de organização diversificado, rico e complexo enraizado nas comunidades e nos distritos rurais, nas sedes municipais que fazem com que os STTRs e a FETRAECE tenham energia, disposição e vitalidade diariamente, para enfrentarem e resistirem nas lutas por terra, reforma agrária, políticas de convivência com o semiárido, garantias dos direitos a vida e com qualidades dos

trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Terceiro, que algumas divergências dos números, nomes e datas acerca das associações, sindicatos e das federações decorrem de uma série de fatos, principalmente, do desaparecimento da documentação das sedes dessas organizações, quer pelos dirigentes, quer pelas instituições governamentais durante o regime militar.

Quarto, a década de 1960 é fundamental para compreendermos a criação dos sindicatos e da federação, pois, dos 184 sindicatos do Ceará, encontramos a fundação de 83, que equivale a 48%.

Quinto, uma das origens "da neutralidade" dos sindicatos no dizer de Palmeira (1998), decorre: i) da legislação sindical "herdada de período ditatorial anterior – que expressamente proibia a participação política dos sindicatos – pelas delegacias regionais do trabalho" (PALMEIRA, 1998, p. 225; ii) a disputa para fundar os sindicatos entre os setores da igreja católica, o PCB e o Estado brasileiro. A igreja católica acusava o PCB de querer politizar as organizações. O PCB, por sua vez, defendia-se afirmando que a igreja pretendia transformar os sindicatos em instituições confessionais. A igreja e o PCB, juntos, criticavam o Estado denunciando a interferência dele, pois planejavam o sindicalismo de Estado (PALMEIRA, 1998).

Sexto, no Ceará os sindicatos e as federações na década de 1960, de um modo geral, foram criados através do PCB, Fundação Padre Ibiapina (ligada ao setor conservador da Igreja Católica), o Estado (para terem acesso às políticas assistencialistas) e Arquidiocese de Crateús. Os sindicatos que nasceram sob as benções dos setores conservados da Igreja Católica e do estado contaram com o apoio do Instituto para o Departamento do Sindicalismo Livre (IADESIL), enquanto os vinculados a Arquidiocese de Crateús receberam a colaboração da Federação dos Trabalhadores Cristãos da França. Conforme depoimento de padre Mourão da Diocese de Crateús, anos 1960 a 1970, havia uma grande diferença entre as formas de criação

dos sindicatos. Os da Diocese de Crateús foram oriundos das lutas do povo, enquanto os outros foram de ordem burocrática.

Sétimo, no início o trabalhador que desejava filiar-se ao sindicato, procurava o STTR, fazia proposta de filiação que era analisada pela diretoria. Se aceito, preenchia ficha de identificação, filiação e passava a contribuir com uma mensalidade equivalente a um dia de serviço no campo. Na atualidade não existe a etapa de fazer proposta de filiação e a contribuição mensal é de 2% do salário mínimo.

Outro fato que destacamos é o FUNRURAL, Lei nº 11/71, que instituiu a aposentadoria rural equivalente a meio salário mínimo. O FUNRURAL foi uma conquista do MSTTR, quando da sua criação no governo do presidente Garrastazu Médici. Esse sistema durou até 1988 quando foi extinto pela Constituição Federal. A partir de então, as aposentadorias do FUNRURAL passaram para o INSS, rebatizada de aposentadoria rural e ficou estabelecido o valor de um salário mínimo. No início somente o homem tinha direito a aposentadoria, já a mulher poderia receber se fosse arrimo de família ou, se viúva, receberia a pensão.

Para o MSTTR, o FUNRURAL foi um avanço e uma conquista naquela época da ditadura militar, bem como ajudou e muito, na reprodução da família camponesa.

O nono fato foi o papel importante da CUT-CE por meio do Departamento Rural no processo de: fortalecimento da oposição sindical, concepção da política sindical, reconhecimento e valorização da mulher e da juventude. A ação da CUT iniciou em 1984/1985, a partir de então foram construídas as estratégias da oposição sindical, até ganharem a diretoria da FETRAECE em 1992, uma das referências foi a vitória na eleição do STTR de Canindé em 1985.

Nesses 50 anos destacamos o visível crescimento e fortalecimento do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais no estado do Ceará, bem como a melhoria de vida da categoria, por

meio do acesso às políticas públicas conquistadas e das mobilizações, ações de massa coordenadas pela FETRAECE.

Por último, muitas das reivindicações desses 50 anos ainda permanecem nas pautas de negociações do MSTTR. Dentre elas destacamos algumas: a luta pela terra, com uma reforma agrária ampla, massiva e de qualidade; linhas de crédito oficiais diferenciadas para o desenvolvimento da agricultura familiar camponesa; assistência técnica; politicas de convivência com o semiárido; equidade de gênero, juventude, raça e etnia; acesso a saúde e educação com qualidade e os direitos previdenciários.

9. Bibliografia

Bibliografia

ARQUIVOS FETRAECE. *Ata de Fundação das Federações*.

_____. *Relatórios, documentos, atas de reuniões e assembleias*.

BARREIRA, César. *História dos movimentos e organização popular no Nordeste e no Ceará*. Fortaleza, 1984. (Mimeo).

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Delegacia Regional do Trabalho do Ceará. *Resgate Histórico da DRT/CE 60 anos de trabalho*. Fortaleza, 2001.

CACAU, B. *Trabalhadores cearenses, uni-vos!*: o pacto de unidade Sindical em Fortaleza (1957-1964). Fortalezz: Universidade Federal do Ceará, 2009.

FRAGOSO, Antonio Batista. *O rosto de uma igreja*. São Paulo: Edições Loyola, 1982

_____; SANTOS, Eliésio dos; GONÇALVES, Luiz Gonzaga; *et al*. *Igreja de Crateús*: uma experiência popular e libertadora, 1964 – 1998. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LIMA, Antonio Claúdio Ferreira. *A construção do Ceará*: temas de história econômica. Fortaleza: Instituto Albanisa Sarasate, 2008.

MARTINS, Mônica Dias. *Os desafios da cooperação nos assentamentos da reforma agrária*. Fortaleza: Editora do BNB, 1994.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Sindicalismo rural. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; *et al.* (Org.). Dicionário de educação do campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Pública, 2012. p. 704-711.

_____. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

PALMEIRA, Moacir. Os sindicatos no poder. Que poder? In: BARREIRA, Irlys; PALMEIRA, Moacir (Org). *Candidatos e candidaturas*: um enredo de campanha eleitoral no Brasil. São Paulo: Annablume, 1998.

PARENTE, Francisco Josênio. O Ceará dos "coronéis" (1945 a 1986) p. 381 – 408. In: SOUSA, Simone de (Org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000.

PEREIRA, José Helênio Oliveira. *Rastros de uma caminhada*. Fortaleza: Premius, 2008.

O POVO. Vida pública: a trajetórias de homens que ajudaram a mudar o Ceará. *Revista,* Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, v. 1, n. 4 / 7. 2011.

PIETRAFESA, Emília de Godoi. *O trabalho da memória*: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas, SP: UNICAMP, 1999.

RICCI, Rudá. *Terra de ninguém*: representação sindical rural no Brasil. Campinas, SP: UNICAMP,1999.

SANTOS SILVA, M. S. A Justiça do Trabalho na Visão de seus Atores. *Revista Eletrônica do CEMOP.,* n. 2, setembro de 2012.

THOMÉ, Yolanda B. *Crateús um povo, uma igreja*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada*: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924 – 1964. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

10. Anexos

Anexo 1

Presidentes da FETRAECE

1. Vicente Pompeu de Souza – 1963 – 1964.
2. José Rodrigues de Araújo – 1964 – 1967 – Presidente Interventor
3. Otávio Ferreira Gomes – 1967 – 1970
4. Levi Baltazar - 1970- 1973
5. Joaquim Daniel – 1973 – 1º Junta Interventora
6. José Laurindo dos Santos – 1974 - 2º Junta Interventora
7. João de Sales Pinheiro – 1974 – 1977
8. João Felismino – 1977 – 1980
9. Eurico Francisco de Souza – 1980 – 1983
10. Eurico Francisco de Souza – 1983 – 1986
11. José Amadeu de Araújo – 1986 – 1989
12. Antonio Ulda Urbano – 1990 – 1992
13. Francisco Miguel de Lucena – 1992 – 1995
14. Antonio Soares Guimarães – 1995 – 1998
15. Francisco Miguel de Lucena – 1998 – 2001
16. Antonio Soares Guimarães – 2001 – 2005
17. Moíses Bráz Ricardo – 2006 – 2009
18. Moíses Bráz Ricardo – 2010 - 2013

Anexo 2

Fatos históricos e programas para o campo de 1960 a 2013:

Anos 1960

1962 - 1 º Congresso das Ligas Camponesas, participação de 15 mil pessoas, em João Pessoa, Paraíba.

1963 - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG.

1963 - Estatuto do Trabalhador Rural

1964 - Estatuto da Terra (Lei 4504)

1964 - Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)

1964 – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL)

Anos 1970

1971 – 1985 - Proterra/Funterra

1972 - EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola)

1974 - EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural)

1979 – 1985 - PDRI do Ceará

Anos 1980

1983 – CUT (Central Única dos Trabalhadores)

1983 - 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT).

1983 – 1ª.Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA) 1983 – Em 12 de agosto é assassinada Margarida Alves, presidente do sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande na Paraíba.

1984 - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

1984 – 1995 - PDSFN

1984 – 1995 - Papp/Projeto Nordeste

1985 - IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, promovido pela CONTAG

1985 -1990- IPNRA da Nova República (Plano Nacional de Reforma Agrária, Nova República)

1986 –1990- I PRRA - Ceará

1987 – Projeto Hora de Plantar, no Ceará

1988 – A Constituição Federal de 1988 (art.8º, parágrafo único) regula a atividade do trabalhador rural e o iguala ao trabalhador urbano prevendo os mesmos direitos trabalhistas. A partir dessa Constituição, o trabalhador rural adquiriu direito a ter depositados os valores do FGTS. Da mesma forma, tem direito a receber a multa de 40% no caso de demissão sem justa causa.

1989 - Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR/CUT)

Anos 1990

1991 - Movimento Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens (MAB)

1991 - Instituídas as Leis complementares 8.212/91 e 8.213/91.

1992 – Programa da Terra.

1993-1994 - Programa Emergencial de Reforma Agrária.

1993 - Aprovada a Lei Agrária, nº 8629, de 25/02/93. Essa lei definiu que a propriedade que não cumprir sua função social é passível de desapropriação; manteve os critérios constitucionais para definição da **função social**; estabeleceu que as terras rurais públicas a ser destinadas preferencialmente à execução da reforma agrária; excluiu as palavras “latifúndio, minifúndio, empresa rural”, substituídas por critério de tamanho, definido modularmente.

1995 – Diretrizes do Programa de Reforma Agrária.

1996 - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) pelo Decreto 1.946, de 28/06/96.

1997 – Reforma Agrária Solidária, Projeto São José Ação Fundiária.

1997 – 2000 - Programa Cédula da Terra.

1998 – 2002 - Programa Banco da Terra. 1998 - Lei Complementar nº 93 Instituição do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra).

1999 – 2002 - Novo Mundo Rural

Anos 2000

2000 – 1ª. Marcha das Margaridas

2002 - Programa Garantia-Safra por meio da lei nº 10.420 de 10 de abril de 2002 e alterado pela lei nº 10.700 de 9 de julho de 2003.

2002 – 2004 - Projeto de Crédito fundiário e Combate a Pobreza Rural.

2003 – 2006 - II PNRA

2004 - Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Anexo 3

Associações rurais por categoria no estado do Ceará de 1950 à 1961:

Munícipio	Nome da Associação	Fundada sob a liderança
Camocim	Ass. dos Peq. Agricultores de Camocim	Francisco Teixeira
Uruoca	Ass. dos Peq. Agricultores de Uruoca	Pompilio Rocha
São Benedito	Ass. dos Peq. Agricultores de S. Benedito	Ângelo Vale
Pindoretama	Ass. dos Peq. Agricultores de Pindoretama	José Leandro
Irauçuba	Ass. dos Peq. Agricultores de Irauçuba	Antonio Barroso
	Subtotal 5	
Cedro	Ass. dos Peq. Lavradores de Cedro	Raimundo Gregório
	Ass. dos Peq. Lavradores de Pajuçara	Velho Gonçalo
Ibiapina	Ass. dos Peq. Lavradores de Ibiapina	Chico Ferreira
	Subtotal 3	
Iguatu	Ass. dos Lav. e Trab Agrícola de Iguatu	Vicente Pompeu e Manuel Aeri
L da Mangabeira	Ass. dos Lav. e Trab Agrícola de Mangabeira	Pedro Nazareno e Joaquim Teixeira
Pacoti	Ass. dos Lav. e Trab Agrícola de Pacoti	João Sampaio e Heitor Bastos
Quixadá	Ass. dos Lav. e Trab Agrícola de Quixadá	Luciano Barreiro e Zé Bento
Nova Olinda	Ass. dos Lav. e Trab Agrícola de Nova Olinda	Jesus Batista
Aracati	Ass. dos Lav. e Trab Agrícola de Aracati	Américo Silvestre
Granja	Ass. dos Lav. e Trab Agrícola de Granja	José Leandro
	Ass. dos Lav. e Trab Agrícola de Tabatinga	Caio Cirino
	Ass. dos Lav. e Trab Agrícola de Catuana	Chico Mendes
Itapajé	Ass. dos Lav. e Trab Agrícola de Itapajé	Israel Sales
Amontada	Ass. dos Lav. e Trab Agrícola de São Bento de Amontada	José Agenor
Aracoiaba	Ass. dos Lav. e Trab Agrícola de Aracoiaba	José Amadeu
Várzea Alegre	Ass. dos Lav. e Trab Agrícola de V. Alegre	Raimundo Lucas
Granjeiro	Ass. dos Lav. e Trab Agrícola de Granjeiro	Raimundo Moreira
Caridade	Ass. dos Lav. e Trab Agrícola de Caridade	José Bezerra

Acopiara	Ass. dos Lav. e Trab Agrícola de Acopiara	Vicente Pompeu e Manuel Aeri
	Subtotal 16	
	Ass. dos Lav. de Santana da Caridade	Araci Santos
	Subtotal 1	
Piquet Carneiro	Ass. dos Agricultores de Piquet Carneiro	José Bernardo
	Subtotal 1	
Chaval	Ass. dos Lav. e Trab. de Chaval	Pompilio Rocha
	Subtotal 1	
Jucás	Ass. Peq. Agricultores e Trab. Agric. de Jucás	Vicente Pompeu e Manuel Aeri
	Subtotal 1	
Itaitinga	Ass. dos Lav. e Trab. Rurais de Itaitinga	José Leandro
	Subtotal 1	
	Total 29	

Fonte: José Leandro, 1988, p. 50 e 51.

Anexo 4

Nossos Sindicatos:

REGIÃO – CARIRI – 28 STTR

SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE ABAIARA Rua Pe. José Leite Sampaio, S/Nº Abaiara – CE - CEP. 63.240.000 Tel. (088) 3558-1167	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE ALTANEIRA Rua. João Gonçalves Nº 698 Altaneira – Ce. - CEP. 63.120.000 TEL. (088) 3548-1120	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE ARARIPE Rua Miguel Arraes, nº 200 Araripe – CE - CEP – 63.170.000 Tel.(88)3530-1224
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE ASSARÉ Rua. Nenen Arraes Nº 65 Assaré – CE - CEP. 63.140.000 Tel. (088) 3535-1060	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE AURORA Rua. Boa Vista Nº 41 Aurora – CE - CEP. 63.360.000 Tel. (088)3543-1152	SINDICATO TRAB. RURAIS DE BREJO SANTO Rua. Manoel Inácio Bezerra, nº 468 Brejo Santo – CE CEP. 63.260.000 Tel. (088) 3531-0116
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS BARBALHA Rua das Nações Unidas Barbalha – CE CEP – 63.186.000 Tel. (088) 3532-0478	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE BARRO Rua. Engenheiro Dias Cabral, 252 Barro – CE CEP – 63.380.000 Tel. (088) 33554-1088	SINDICATO TRAB. RURAIS DE CAMPOS SALES Rua Vicente Alexandrino, 842 Campos Sales - Ce CEP. 63.150.000 Tel. (088) 3533-1223
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE CARIRIAÇU Rua. Coronel Botelho, 551 Caririaçu – CE 63.220.000 Tel. (88) 3547-1555	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE CRATO Rua Pedro II, Nº 56 Crato – CE CEP. 63.100.00 Tel. (088) 3523-3809	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE IPAUMIRIM Rua Mons. Carlos Moraes, 66 Ipaumirim – CE CEP. 63.340.000 TEL.(88) 3567-1071
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE F. BRITO Rua Augusto Moreira, nº 30 Farias Brito – CE CEP. 63.130.000 Tel. (088) 3544-1123	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE GRANJEIRO Rua Henrique de Macedo, 141 Granjeiro – CE CEP 63.230.000 Tel. **3519 1215**	SINDICATO TRAB. RURAIS DE J. DO NORTE Rua da Conceição, nº 967 Juazeiro do Norte – Ce. CEP. 63.180.000 Tel. (088) 3512-5541
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE JARDIM Rua. Madriana Couto, Nº 83 Jardim – CE CEP. 63.190.000 Tel. (088) 3555-1255	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE JATI Rua José Barreto Couto, nº 92 Jatí – CE CEP. 63.196.000 Tel.(88) 3575-1238	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE M. VELHA Praça Mons. Horacio, nº 65 Missão Velha – CE CEP. 63.200.000 Tel. (088) 3542-1248
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE MAURITI Rua José Quintino, nº 55 Mauriti – CE CEP. 63.210.000 Tel. (088) 3552-1201	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE MILAGRES Rua Presidente Vargas Nº 105 Milagres – CE CEP. 63.250.000 Tel. (088) 3553-1169	SINDICATO TRAB. RURAIS DE NOVA OLINDA Rua Pedro Antonio , nº 25 Nova Olinda – CE CEP. 63.110.000 Tel. (088) 3546-1225

SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE PENAFORTE Rua. Vitória Novaes, nº 419 Penaforte – CE CEP. 63.198.000 Tel. (088) 3559-1333	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE PORTEIRAS Rua. Padre Cícero, S/nº Porteiras – CE CEP. 63.194.000 TEL. (088) 3557-1256	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE POTENGI Rua. Jaconias de Carvalho, 92 Potengi – CE CEP – 63.160.000 **Tel. (088) 35381210**
SINDICATO TRAB. RURAIS DE SANTANA DO CARIRI Rua Ulisses Coelho, nº 142 Santana do Cariri – CE CEP. 63.110.000 TEL. (88)3545-1192	SINDICATO DOS TRAB. RURRAIS DE SALITRE Rua São Pedro, Nº 260 Salitre – CE CEP. 63.155.000 Tel. (88) 3537- 1189	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE TARRAFAS Rua São José, Nº 261 Tarrafas – CE CEP. 63.145.000 **Tel.(88)3549-1040**
SINDICATO TRAB. RURAIS DE VÁRZEA ALEGRE Praça da Bandeira, nº 30 Várzea Alegre – CE CEP. 63.540.000 TEL. (088) 3541-1368		

REGIÃO DE IGUATU – 21 STTR

SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE ACOPIARA Rua Marechal Deodoro, nº 575 Acopiara – CE CEP. 63.560.000 TEL. (088) 3565 0485	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE AIUABA Rua Olga Feitosa, Nº 202 Aiuaba – CE CEP. 63.575.000 TEL. (88) 3524 1159	SINDICATO TRAB. RURAIS ANTONINA DO NORTE Rua José Rafael, nº 74 Antonina do Norte – CE CEP. 63.570.000 TEL. (88) 3525 1510
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE CARIUS Rua Coronel Boa Ventura, nº 30 Carius – CE CEP. 63.530.000 Tel. (088) 3514-1264	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE CATARINA Rua Dona Anacleta, 106 Catarina – CE CEP- 63.592.000 Tel. (088) 3556-1212	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE CEDRO Rua Dr. José Acioly, nº 56 Cedro – CE CEP. 63.400.000 Tel. (088)3564-0249
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE ICÓ Rua Francisco Maciel , 2.387 Icó – CE CEP. 63.430.000 Tel. (088) 3561-2299	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE IGUATU Rua Floriano Peixoto, 142 Iguatu – CE CEP. 63.500.000 Tel. (088) 3581-1839	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE JUCAS Rua Honor Lima, nº 61 Jucás – CE CEP. 63.580.000 Tel. (088) 3517-1286
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE MILHÃ Rua. Prefeito Azimiro de Oliveira, 669 - Centro, S/nº Milhã – CE CEP: 63.635-000 Tel - (088) 3529 1151	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE MOMBAÇA Rua João Martins de Melo, s/nº Mombaça – CE CEP. 63.610.000 Tel. (088) 3583-1072	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE ORÓS Rua Domingos Paes s/nº Orós – CE CEP> 62.520-000 Tel. (088) 3548-1224
SINDICATO TRAB. RURAIS PEDRA BRANCA Rua Ernesto Vieira, nº 87 Pedra Branca – Ce. CEP. 63.630.000 Tel. (88) 3515-1585	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE PIQUET CARNEIRO Praça da Matriz, nº 44 Piquet Carneiro – Ce. CEP. 62.606.000 TEL. (088) 3516-1200	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE QUIXELÔ Rua Luiz Gomes de Araújo nº 206 Quixelô – Ce. CEP. 63.508.000 Tel. (088) 3579-1546

SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE SABOEIRO Rua Presidente Kennedy, 262 Saboeiro – Ce. CEP. 63.590.000 Tel. 3526-1306	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE SOLONÓPOLE Rua Antonio Valterno Pinheiro, S/nº Solonópole – Ce. CEP. 63.620-000 Tel. (088) 3518 – 1364	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE UMARI Rua 07 de Setembro, nº 11 Umari – Ce. CEP. 63.310.000 **Tel. (088) 3578-1664**
SINDICATO DOS TRAB RURAIS DE DEP. IRAPUAN PINHEIRO Rua João Alfredo, S/Nº - Distrito Betânia Dep. Irapuan Pinheiro CEP. 63.645.000 Tel. (088) 3569 -1168 / 2108 / 3024	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE L. DA MANGABEIRA Rua Honório Correia Lima, Nº 96 CEP 63.300.000 Lavras da Mangabeira Tel. (088) 3536-1230 / 9917 3122 / 9223 5438	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE BAIXIO Praça São Francisco nº 34 Baixio – Ce. CEP. 63.320.000 Tel. (088) 3539 1192

REGIÃO DE SOBRAL – 38 STTR

SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE ACARAÚ Rua Coronel Duca da Silvaira, nº 04 - Acaraú – CE CEP. 62.580.000 TEL. (088) 3661 - 1122	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE ALCANTARA Rua Francisco Xavier, s/nº - Alcântara – CE CEP. 62.120.000 TEL.(088) 3640-1030	SINDICATO TRAB. RURAIS DE BARROQUINHA Rua Lacerda, s/ nº - Barroquinha– CE CEP. 62.410.000 TEL. (88) 3623 1252
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE BELA CRUZ Rua Professor Nicácio nº 648 Bela Cruz – CE CEP. 62.570.000 - Tel . (088) 3663-1521	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE CAMOCIM Rua Riachuelo, nº 460 - Camocim – CE CEP. 62.400.000 - Tel. (088) 3621-0043	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE CARIRÉ Rua Tab. Osmundo Aguiar, nº 332 - Cariré – CE CEP. 62.184.000 - Tel. (088) 3646-1119
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE CARNAUBAL Rua Dep. Vicente Ribeiro, nº 38 - Carnaubal – CE CEP. 62.377.000 - Tel. (088) 3650-1300	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE CHAVAL Rua Mons. José carneiro, nº 706 - Chaval – CE CEP. 62.420-000 - Tel. (88) 3625 1158	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE COREAÚ Rua Cel. Camilo, 282 - Coreaú – Ce CEP. 62.160.000 - Tel. (088) 3645-1515
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE CROATÁ Rua Major Medeiros nº 13 - Croatá – CE CEP. 62.393.000 - Tel. (088) 3659-1147	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE CRUZ Rua Bernardino Albuquerque, s/ nº- Cruz – CE CEP. 62.596.000 - Tel. (088) 3660-1341	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE FORQUILHA Rua Mons. Domingos Araújo, s/ nº - Forquilha – CE CEP. 62.106.000 - Tel. (088) 3619-1320
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE FRECHEIRINHA Rua Joaquim Pereira, nº 76 - Frecheirinha – CE CEP. 62.340.000 - Tel. (88)3655 1666	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE GRAÇA Rua José Candido Carvalho, 570 - Graça – CE CEP. 62.375.000 - Tel. (088) 3656 - 1077	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE GRANJA Rua 02 de Novembro, nº 200 - Granja – CE CEP. 62.430.000 - Tel. (088) 3624.1154

SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE GROAÍRAS Rua Major Araújo, nº 900 - Groaíras – CE CEP. 62.190.000 Tel. 3647-1313	SINDICATO DOS TRAB. RUARAIS DE GBA. DO NORTE Av. 12 de maio, Nº 329 - Guaraciaba do Norte – CE CEP. 62.380.000 - Tel. (088) 3652-2567	SINDICATO TRAB. RURAIS DE HIDROLÂNDIA Rua Nossa Senhora da Conceição, Nº 297 - Hidrolândia – CE - CEP. 62.270.000 - Tel: (88) 3638 1800
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE IBIAPINA Rua Pedro Aragão s/nº - Ibiapina – CE CEP. 62.360.000 - Tel. (088) 3653-1316	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE JERICOACOARA Rua Campo Grande, s/nº - Jericoacoara – CE CEP. 62.598.000 - Tel. (88) 3669 1307	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE MARCO Rua Gov. Raul Barbosa, nº 697 - Marco – CE CEP. 62.560.000 - Tel. (088) 3664-1003
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE MARTINÓPOLE Rua 28 de Março, s/nº - Martinópole – CE CEP. 62.450.000 - Tel. (088) 3627-1296	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE MASSAPÊ Praça São Francisco, 119 - Massapê – CE CEP. 62.140.000 - Tel. (088) 3643 - 1646	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE MERUOCA Rua Divino Salvador, 272 - Meruoca – CE CEP. 62.130.000 - Tel. (088) 3649-1204
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS MORAÚJO Rua Irapuan Albuquerque, s/nº - Moraújo – CE CEP. 62.480.000 - Tel. (088) 3642 – 1000	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE MORRINHOS Rua Nossa Senhora de Fátima, 229 - Morrinhos – CE CEP. 62.250.000 - Tel. 3665-1169	SINDICATO DOS TRAB RURAIS DE MUCAMBO Rua Const Gonçalo Vidal, Nº 160 - Mucambo – CE CEP. 62.170.000 - Tel. (088) 3654 – 1419
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE PACUJA Rua Francisco Eugênio de Oliveira s/nº - Pacujá – CE CEP. 62.180.000 - Tel. (88) 3641 1132	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE RERIUTABA Rua Coração de Jesus S/Nº - Reriutaba – CE CEP. 62.260.000 - Tel. (088) 3637-1399	SINDICATO TRAB. RURAIS DE S. DO ACARAÚ Rua Joaquim Anselmo, s/nº Santana do Acaraú – CE CEP. 62.150-000 - Tel. (088) 3644 – 1283
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE SÃO BENEDITO Rua Cel. Tiburcio s/nº - São Benedito – CE CEP. 62.370.000 - Tel. (088) 3626 - 2033	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE SENADOR SA Rua Alfredo Campos, s/nº - Senador Sá – CE CEP. 62.470.000 - Tel. (88) 3668-1088	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE SOBRAL Rua Pinto Lemos, nº 820 - Sobral – CE CEP. 62.100.000 - Tel. (088) 3611-2027
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE TIANGUA Rua Dep. Manoel Francisco, nº 835 - Tianguá – CE CEP. 62.320.000 - Tel. (088) 3671-3069	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE UBAJARA Rua Joaquim Fontenele, nº 270 - Ubajara – CE CEP. 62.350.000 - Tel. (088) 3634 - 1109	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE URUOCA Rua Benevides Moreira, nº 86 - Uruoca – CE CEP. 62.460.000 - Tel (88) 3648 1002
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE VARJOTA Rua Rui Barbosa, nº 839 - Varjota – CE CEP. 62.265.000 - Tel.(88) 3639-1167	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE V. DO CEARÁ Rua Lamartine Nogueira, nº 393 - Viçosa do Ceará – CE CEP. 62.300.000 - Tel. (088) 3632-1246	

REGIÃO DE JAGUARIBE – 20 STTR

SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE ALTO SANTO Rua Joaquim de Paula, nº 386 Alto Santo – Ce. CEP. 62.970.000 Tel. (088) 3429-1290	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE ARACATI Rua José de Alencar, nº 1018 Aracati – Ce. CEP. 62.800.000 Tel. (088) 3421-3529	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE ERERE Rua Capitão Teotônio, nº 360 Erere – Ce. CEP. 63.470.000 Tel. (088) 3434-1198
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE IRACEMA Rua Francisco das Chagas Magalhães, 152 Iracema- CE CEP. 63.480.000 Tel.(088) 3428-1120	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE ITAICABA Rua Coronel Correia, 444 Itaicaba- CE CEP. 62.820-000 Tel: (088) 3410-1325	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE JAGUARETAMA Rua Francisco Moreira Pinheiro, nº 31 Jaguaretama – Ce - CEP. 63.480-000 Tel. (088) 3576-1211
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE JAGUARIBARA Rua Juvenal Bezerra, nº 556 Jaguaribara – Ce. CEP. 63.490.000 Tel. (088) 3568-0127 / 3568 1221	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE JAGUARIBE Trav. Sá Pereira, nº 301 Jaguaribe – Ce. CEP. 63.475.000 Tel. (88) 3522-2359	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE JAGUARUANA Av. Simão de Goes, nº 1526 Jaguaruana – Ce - CEP. 62.823.000 Tel. (088) 3418-1130
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE LIMOEIRO DO NORTE Rua Conego Bessa, nº 2719 Limoeiro do Norte – Ce - CEP. 62.930.000 Tel.(088) 3423-1680	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE MORADA NOVA Rua Coronel Tiburcio, s/n Morada Nova – Ce - CEP. 62.940.000 Tel. (088) 3422-1368	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE PALHANO Rua Joaquim Rodrigues do Nascimento, nº 296 Palhano – Ce - CEP. 62.984.000 Tel. (088) 3415-1216
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE PEREIRO Rua Santos Dumont, nº 252 Pereiro – Ce - CEP. 63.460.000 Tel. (088) 3527-1212 / 3527 1625	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE POTIRETAMA Rua Luiz Antônio de Moura, Nº 736 - Potiretama – Ce - CEP. 62.984.000 Tel. (088) 3435-1098	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE QUIXERÉ Rua Manoel Gonçalves, nº 752 Quixeré – Ce - CEP. 62.920.000 Tel. (088) 3443-1636
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE RUSSAS Rua Conego Agostinho, nº 2238 Russas – Ce. CEP. 62.900.000 Tel. (088) 3411-0205	SIND. DOS TRAB. RURAIS DE SÃO JOÃO DO JAGUARIBE Rua Pedro Paulo, nº 281 São João do Jaguaribe – Ce. CEP. 62.965.000 Tel. (088) 3420-1384	SIND. DOS TRAB. RURAIS DE TABULEIRO DO NORTE Rua Manoel Franklin, nº 4219 Tabuleiro do Norte – Ce - CEP. 62.960.000 Tel. (088) 3424-1085
SINDICATO DOS TRAB.. RURAIS DE ICAPUÍ Rua Engenheiro Francisco de Assis, s/n Icapuí – Ce - CEP. 62.810.000 Tel. (088) 3432-1345	SIND. DOS TRABA. RURAIS DE FORTIM Rua Enoque Martins, 365 Fortim – Ce – CEP -62.817.000 Tel. (088) 3413-1582	

REGIÃO DE CRATEÚS – 18 STTR

SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE ARNEIROZ Rua Joaquim Morais Feitosa, nº 120 Arneiroz – Ce - CEP. 63.670.000 Tel. (088) 3419-1194 / 9629	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE CATUNDA Rua do Posto, Centro Catunda – Ce - CEP. 62.287.000 Tel. (088) 3686-1014	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE CRATEÚS Rua Coronel Lúcio, nº 715 Crateús – Ce - CEP. 63.700.000 Tel. (088) 3691-0208
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE INDEPENDÊNCIA Rua das Pedrinhas, nº 294 Independência – Ce - CEP. 63.640.000 Tel. (088) 3675-1010	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE IPAPORANGA Rua Pedro Farias, s/n Ipaporanga – Ce - CEP. 62.218.000 Tel. (088) 3684-1249	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE IPU Rua Padre João de Castro, nº 1132 Ipu – Ce - CEP. 62.250.000 Tel. (088) 3683-1406
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IPUEIRAS Rua Coronel Antônio Eufrasino, nº 45 Ipueiras – Ce - CEP. 62.230.000 Tel. (088) 3885-1868	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE MONSENHOR TABOSA Rua Major Ventura, nº 07 Monsenhor Tabosa – Ce - CEP. 63.780.000 Tel. (088) 3696-1835	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE NOVA RUSSAS Rua Cornélio Rosa, nº 56 Nova Russas – Ce - CEP. 62.200.000 Tel. (088) 3672-0223
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE NOVO ORIENTE Rua Sargento Hermínio, nº 41 Novo Oriente – Ce - CEP. 63.740.000 Tel. (088) 3629-1120	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE PARAMBU Rua Hidelbrando Alves Caracas, nº 04 Parambu – Ce - CEP. 63.680.000 Tel. (088) 3448-1198	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE PIRES FERREIRA Praça do Mercado Público, s/n Pires Ferreira – Ce - CEP. 62.255.000 Tel. (088) 3651-1209
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE PORANGA Rua Epifanio de Pinho, nº 136 Poranga – Ce. CEP. 62.220.000 Tel. (088) 3658-1300	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE QUITERIANÓPOLIS Rua Alexandre de Melo, s/n Quiterianópolis – Ce. CEP. 63.652.000 Tel. (088) 3657-1155	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE SANTA QUITÉRIA Rua João Rodrigues Pinto, nº 377 Santa Quitéria – Ce - CEP. 62.280.000 Tel. (088) 3628.0332
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE TAMBORIL Praça 07 de Sentembro, nº 11 Tamboril – Ce - CEP. 63.750.000 Tel. (088) 3617-1128	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE TAUÁ Rua Jataí Sobrinho, nº 118 Tauá – Ce - CEP. 63.660.000 Tel. (088) 3437-1362	SIND. DOS TRAB. RURAIS DE ARARENDÁ Rua Henrique Soares, S/Nº Ararendá – Ce – CEP: 62.210.000 Tel. (88) 3633-1141

REGIÃO DA GRANDE FORTALEZA – 28 STTR

SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE AQUIRAZ Rua Virgílio Coelho, nº 996 Aquiraz – Ce - CEP. 61.700.000 Tel. (85) 3361-1127	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE BEBERIBE Rua Monsenhor Dourado, 05 Beberibe – Ce - CEP. 62.840.000 Tel. (85) 3338.1255	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE CASCAVEL Rua Honório Pereira, Cascavel – Ce - CEP. 62.850.000 Tel. (85) 3334.1379
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE CAUCAIA Rua Goes, nº 210 Caucaia – Ce. CEP. 61.600.000 Tel. (85) 3342-0083	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE CHOROZINHO Rua Padre Enemias Nº 06 Chorozinho – Ce. CEP. 62.875.000 Tel.(85)3319-1580	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE EUSÉBIO Rua Santa Adélia, nº 445 Eusébio – Ce. CEP. 61.785.000 Tel.(85) 3260-2553
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE FORTALEZA Rua Major Ledislau Lourenço, nº 531 Fortaleza – Ce -CEP. 60.840.250 Tel: 3250-2154	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE GUAIUBA Rua Pedro Augusto, nº 196 Guaiuba – Ce. - CEP. 61.873.000 Tel:	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE HORIZONTE Rua Cel. Francisco Feliciano de Sousa, Nº 180 Horizonte – Ce - CEP. 62.880.000 Tel. 3336 2649
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE ITAINTINGA Rua Manoel de Sousa, Nº 797 Itaitinga – Ce. CEP. 61.880.000 Tel.(85) 3377-1753	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE MARACANAÚ Travessa Coronel Antonio Justa, nº 161 Maracanaú – Ce. CEP. 61.940.000 Tel.(85) 3371 1026	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE MARANGUAPE Rua Coronel Antônio Botelho, nº 436 Maranguape – Ce - CEP. 61.900.000 Tel. 3341 0720
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE PACAJUS Rua Tabelião José Gama Filho, s/n - Centro Pacajus – Ce - CEP. 62.870.000 Tel. 3348 0055	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE PACATUBA Rua Coronel João Carlos, s/n Pacatuba – Ce - CEP. 61.800.000 Tel. 3345 1244 / 3345 1111	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE PALMÁCIA Rua Moisés Moreira, nº 693 Palmácia – Ce - CEP. 62.777.000 Tel. 3339 1197
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE PINDORETAMA Av. Francisco das Chagas Rebouças, Nº 1085 Pindoretama/Ce - CEP. 62.860.000 - Tel. 3337 1666	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE PACOTI Rua Raimundo Lobato Sampaio, s/n Pacoti – Ce - CEP. 62.770.000 - Tel. 3325 2172	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE REDENÇÃO Rua 13 de maio, s/n Redenção/Ce -CEP. 62.790.000 - Tel. 3332 1371
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE ACARAPE Rua José Guilherme, s/n Acarape – Ce - CEP. 62.785.000 - Tel: 3373 3021	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE ARACOIABA Rua Santos Dumont, nº 303 Aracoiaba – Ce - CEP. 62.750.000 - Tel: 3337 1388	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE ARATUBA Rua Targino Goes, nº 370 Aratuba /Ce - CEP. 62.762.000 - Tel: 3329 1166

SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE BARREIRA Rua Féliz Pereira, nº 221 Barreira – Ce - CEP. 62.796.000 Tel.(85) 3331.1195	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE BATURITÉ Rua Dom Bosco, nº 578 Baturité – Ce - CEP. 62.760.000 Tel. (85) 3347-0781	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE CAPISTRANO Rua José Daniel, s/n - Capistrano – Ce. CEP. 62.748.000 - Tel: 3326 1285
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE GUARAMIRANGA Rua Joaquim Alves Nogueira, Guaramiranga – Ce - CEP. 62.766.000	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE ITAPIUNA Rua Tenente José Joaquim, nº 09 Itapiuna – Ce - CEP. 62.740.000 Tel: 3431 1147	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE MULUNGU Praça Coletor Bezerra Borges, Nº 171 Mulungu – Ce - CEP. 62.754.000 Tel: 3328 1128
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE PARACURU Av. Antônio Sales, s/n Paracuru – Ce - CEP. 62.680.000 Tel. (85) 3344.2248		

REGIÃO DE SERTÃO CENTRAL – 14 STTR

SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE BANABUIU Rua João Ferreira, Nº 1026 nº 42 Banabuiu – Ce. - CEP. 62.925.000 Tel. (088) 3426-1160	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE BOA VIAGEM Rua Monsenhor José Cândido, Nº 45 Boa Viagem – Ce - CEP. 63.870.000 Tel. (088) 3427-1355	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE CANINDÉ Av. Francisco Cordeiro Campos , nº 558 Canindé – Ce - CEP. 62.700.000 Tel. (088) 3343-0336
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE CARIDADE Rua Dr. Plácido de Pinho, nº 388 Caridade – Ce - CEP. 62.730.000 Tel. (088) 3324-1445	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE CHORÓ Rua Nossa Senhora de Fátima, s/n - Centro Choró – Ce - CEP. 63.950.000 Tel. (088) 3438-1129	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE IBICUITINGA Rua Capitão Manoel Antônio, nº 1963 Ibicuitinga – Ce - CEP. 62.950.000 Tel. (088) 3425-1063
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE ITATIRA Av. Nossa Senhora do Carno, Itatira – Ce - CEP. 62.725.000 Tel. (088) 3436-3233	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE MADALENA Rua Antônio Serafim de Souza, s/n Madalena – Ce - CEP. 63.860.000 Tel. (088) 3442-1021	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE PARAMOTI Rua Geronimo Cruz, nº 532 Paramoti – Ce - CEP. 62.736.000 Tel. (088) 3320-1347

SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE QUIXADÁ Rua Rodrigues Júnior, nº1042 Quixadá – Ce - CEP. 63.900.000 Tel. (088) 3412.0481	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE QUIXERAMOBIM Rua da Cruz, nº 216 - Quixeramobim – Ce. CEP. 63.800.000 Tel. (088) 3441-0119	SIND. DOS TRAB. RURAIS DE S. LUIZ DE IBARETAMA Av. Fco. Rodrigues da Costa, nº 208 São Luiz de Ibaretama – Ce - CEP. 63.970.000 Tel. (088) 3439-1013
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE OCARA Rua Rita Correia, s/n Ocara – Ce. CEP. 62.756.000 Tel. (85) 3322-1080	SINDICATO DOS TRAB. RURAISDE SENADOR POMPEU Rua Antonio Soares, 174 Senador Pompeu – Ce. CEP. 63.600.000 Tel. (088) 3449-0374	

REGIÃO DE ITAPIPOCA – 17 STTR

SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE AMONTADA Rua Coronel Alipio dos Santos, nº 1124 Amontada – Ce - CEP. 62.500.000 Tel. (088) 3636-1267	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE APUIARES Rua Padre Francisco José, nº 16 Apuiares – Ce - CEP. 62.630.000 Tel. (088) 3356 1131	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE IRAUÇUBA Rua Pedro Domingos, s/n Irauçuba – Ce - CEP. 62.620.000 Tel. (088) 3635-1164
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE ITAPAJÉ Rua Antônio Eusébio Bastos, nº 157 Itapajé – Ce - CEP. 62.600.000 Tel. (85) 3346-1266 / 3346 0665	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE ITAPIPOCA Rua: Dom Aureliano Matos, nº 625 Itapipoca – Ce - CEP. 62.500.000 Tel. (088) 3631-2019	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE ITAREMA Rua Adauto Bezerra, nº 20 Itarema – Ce - CEP. 62.585.000 Tel. (088) 3667-1605
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE MIRAIMA Rua Josefa Braga, nº 446 Miraima – Ce - CEP. 62.530.000 Tel. (088) 3630-1009	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE PENTECOSTE Rua Dr. José de Borba Vasconcelos, Pentecostes – Ce - CEP. 62.640.000 Tel. (85) 3352-2121	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE S. L. DO CURU Rua Rachael Moreira, s/n São Luiz do Curu – Ce - CEP. 62.785.000 Tel. (85) 3355-1795
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE TEJUSSUOCA Rua Antônio Bernardo Forte, nº 44 Tejussuoca – Ce - CEP. 62.614.000 Tel. (85) 3323-1351	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE TRAIRI Rua Dr. José da Silveira, nº 129 Trairi – Ce - CEP. 62.690.000 Tel. (85) 3351-1225	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE TURURU Rua dos Carneiros, s/n Tururu – Ce - CEP. 62.652.000 Tel. (85) 3358-1000

SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE UMIRIM Travessa Guimarães Umirim – Ce - CEP. 62.657.000 Tel. (85) 3364-1567	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE URUBURETAMA Rua Coronel João Antônio , nº 806 Uruburetama – Ce - CEP. 62.650.000 Tel. (85) 3353-1145	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE SÃO G. DO AMARANTE. Rua Cel. Neco Martins , S/Nº - CEP 62670000 Tel. (85) 3315 4258
SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE GENERAL SAMPAIO Rua José Severino Sampaio, nº 178 General Sampaio – Ce - CEP. 62.738.000 Tel. (85) 3357-1026	SINDICATO DOS TRAB. RURAIS DE PARAIPABA Rua Brasileiro Braga, s/n Paraipaba – Ce - CEP. 62.687.000 Tel. (85) 3363-1001	

Anexo 5

Presidentes do Brasil

1956 - 1961 - Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK)

1961 - 1961 - Jânio da Silva Quadros

1961 - 1964 - João Belchior Marques Goulart (Jango)

1964 - 1967 - Marechal Humberto de Alencar Castello Branco

1967 - 1969 - Marechal Arthur da Costa e Silva

1969 - 1974 - General Emílio Garrastazu Médici

1974 - 1979 - General Ernesto Geisel

1979 - 1985 - General João Baptista de Oliveira Figueiredo

1985 - 1990 - José Sarney

1990 - 1992 - Fernando Afonso Collor de Melo

1992 - 1995 - Itamar Augusto Cautiero Franco

1995 – 1998 – Fernando Henrique Cardoso

1999 - 2002 - Fernando Henrique Cardoso

2003 – 2006 - Luiz Inácio Lula da Silva. (Lula)

2007 - 2010 - Luiz Inácio Lula da Silva. (Lula)

2011 - 2014 - Dilma Vana Rousseff

Governadores do Ceará

1959-1963 - Parsifal Barroso

1963 – 1966 - Virgílio Távora

1966 – 1971- Plácido Castelo

1971 – 1975 -César Cals

1975 – 1978 - Adauto Bezerra

1978 – 1982 - Virgílio Távora

1983 – 1987 – Gonzaga Mota

1987 – 1991 – Tasso Jereissati

1991 – 1995 - Ciro Ferreira Gomes

1995 – 1998 - Tasso Jereissati

1999 – 2002 – Tasso Jereissati.

2003 – 2006 - Lúcio Alcântara

2007 – 2010 - Cid Ferreira Gomes

2010 – 2014 – Cid Ferreira Gomes

11. Os Autores

Os Autores

Francisco Amaro Gomes de Alencar – Professor Associado do Departamento de Geografia, UFC. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema), UFC e Doutor em Sociologia, UFC.

José Levi Furtado Sampaio – Professor Associado do Departamento de Geografia, UFC. Mestre em Geografia, UFPE, e Doutor em Geografia, USP.

Francisco Kennedy Leite Felix – Licenciado em Geografia, UFC, aluno do Mestrado em Geografia.

Helaine Saraiva Matos – Jornalista, especialista em Jornalismo Científico pela UFC, aluna do Bacharelado em Geografia e bolsista de iniciação científica UFC;

Rosângela Ferreira Moura – Secretária de Mulheres da FETRAECE, graduada em Letras e pós-graduada em Gestão e Coordenação escolar;

Antonio Soares Guimarães – Secretário de Formação, Organização Sindical e Comunicação da FETRAECE;

Anísia Gomes Ribeiro – Assessora da FETRAECE e Pedagoga;

Raimundo Vicente da Silva Júnior – Assessor da FETRAECE, Estudante de Direito, Pedagogo e Técnico em Agropecuária;

Marilu Moreira de Souza – Assessora da FETRAECE e Geógrafa, pós-graduada em Planejamento Educacional;

José Rogério Martiniano de Sousa – Assessor da FETRAECE e Sociólogo

Maria Rosa de Sousa Rodrigues Martiniano – Assessora da FETRAECE, Educadora Popular e graduanda em História;

Antonia Rosangela Silveira Cavalcante – Assessora da FETRAECE e Socióloga;

Erbênia Maia da Costa – Coordenadora do Projeto Dom Helder Camara no Sertão Central e Socióloga.

O "Pulsar da Vida no Campo", editado no contexto em que a FETRAECE celebra 50 anos, quer revelar a bravura do homem e da mulher do campo em construir sua própria história e se encontrarem nela. Assim muitos nomes aparecem, como participantes ativos dela, tais como José Leandro, Vicente Pompeu, João Felismino, João de Sales, Paullet Ripert, Amadeu Arraes, Olavo Sampaio, Belinha do Vale, Zé Mendes, Antonio Amorim, Antonio Soares Guimarães (Bandeira) e tantos outros e outras.

50 anos
FETRAECE